



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

**CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 1451/09	<b>DATA:</b> 10/09/2009
<b>INÍCIO:</b> 15h16min	<b>TÉRMINO:</b> 19h56min	<b>DURAÇÃO:</b> 04h41min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 04h41min	<b>PÁGINAS:</b> 97	<b>QUARTOS:</b> 57

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

GEORGE DA SILVA MELO – Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Roraima.  
JORGE NASSAR PALMEIRA – Diretor-Presidente da ELETRONORTE.  
FLÁVIO DECAT DE MOURA – Diretor-Presidente de Boa Vista Energia S/A.  
RAUL PRUDENTE DE MORAES – Presidente da Companhia Energética de Roraima.  
ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO – Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Roraima.  
ADEMIR TELES DE MENEZES – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima.  
PEDRO PINTO DA SILVA – Diretor do Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor – DECON do Estado de Roraima.  
PLÍNIO NOVAIS PINTO – Superintendente dos Correios em Roraima.  
IVO SOM – Deputado Estadual de Rondônia.  
FLAMARION PORTELA – Deputado Estadual de Rondônia.  
SOCORRO SIMÕES – Deputada Estadual de Rondônia.  
FARADILSON REIS DE MESQUITA – Líder comunitário.

**SUMÁRIO:** Esclarecimentos à CPI sobre tarifas de energia elétrica no Estado de Roraima.

**OBSERVAÇÕES**

Reunião realizada na Câmara Municipal de Boa Vista, Estado de Roraima.  
O início da reunião não foi gravado.  
Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há falha na gravação.  
Há palavras ininteligíveis.



**O SR. GEORGE DA SILVA MELO** - ...de Boa Vista, Estado de Roraima.

Quero agradecer aos Deputados Federais aqui presentes: o Presidente da CPI, Deputado Eduardo da Fonte, e os Deputados Marcio Junqueira, Urzeni Rocha, Maurício Quintella Lessa, Sergio Petecão, Edio Lopes, Gladson Cameli, Ilderlei Cordeiro, Neudo Campos e Luciano Castro; aos Deputado Estaduais Flamarion Portela e Ionilson Sampaio; e aos demais convidados.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Deputado Eduardo da Fonte, para a condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero agradecer a presença ao Vereador George da Silva Melo, Vice-Presidente desta Câmara Municipal, que nos honra na abertura da presente reunião. Quero agradecer também ao Presidente desta Câmara Municipal, Vereador Braz Assis Behnck, por ter autorizado e oferecido os recursos humanos e materiais para a realização desta reunião, nesta Casa legislativa.

Gostaria também de convidar os Srs. Parlamentares de Roraima para que tomem assento à Mesa: o Deputado Marcio Junqueira, o Deputado Neudo Campos, o Deputado Luciano Castro, o Deputado Edio Lopes e o Deputado Urzeni Rocha, que nos honram muito com a presença hoje na presente reunião.

Convido também o Deputado Maurício Quintella, que representa o povo de Alagoas, nesta reunião; o Deputado Ilderlei Cordeiro e o Deputado Sergio Petecão, que representam o povo do Acre; e o Deputado Gladson Cameli para que tomem assento à Mesa, para que possamos iniciar à reunião.

E, representando a Assembleia Legislativa de Roraima, convido o Deputado Ionilson Sampaio, que nos honra muito com a sua presença. *(Pausa.)*

Convido o Dr. José Nassar Palmeira, Diretor-Presidente da ELETRONORTE, e o Dr. Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente da Boa Vista Energia, para que tomem assento à Mesa para possamos iniciar os trabalhos.

Gostaria também de agradecer ao povo de Roraima por ter-nos recebido tão bem. Esse problema do povo de Roraima é um problema de todo o povo brasileiro, que não aguenta mais chegar no final do mês e ver a sua renda familiar comprometida com o pagamento das tarifas de energia elétrica.



Quero reafirmar a importância desta CPI, que realiza um trabalho técnico, um trabalho sério, um trabalho responsável, buscando resultados concretos para o povo brasileiro.

Tenho certeza de que, ao final, esta CPI apresentará propostas importantes para o setor energético, para que possamos minimizar os efeitos das tarifas de energia elétrica para as famílias brasileiras.

Gostaria também, antes de passar aos trabalhos, de fazer uma grande referência a um Deputado Federal do meu partido, o Governador Neudo Campos, que, com certeza, teve uma grande iniciativa à frente do Governo de Roraima, quando, desbravando a região, conseguiu trazer a energia da Venezuela, que, hoje, sem dúvida, é muito importante para o desenvolvimento de Roraima. E foi uma solução, na época, muito elogiada pelo então Ministro Raimundo Brito, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque garantiu os recursos de energia elétrica para o desenvolvimento de Roraima.

E quero dizer, Deputado Neudo, que temos de esclarecer aqui ao povo de Roraima o porquê de a energia chegar à fronteira tão barata e tão cara à casa das famílias de Roraima. Isso é o que a CPI terá de explicar. É o que a CPI vai querer que os senhores presentes expliquem para que possamos esclarecer por que a família de Roraima, hoje, compromete boa parte da sua renda familiar com o pagamento da conta de luz, Deputado Maurício Quintella Lessa, no final do mês.

Convido o Deputado Luciano Castro, que nos honra muito com a sua presença. É um dos Deputados mais atuantes do País.

Passo a Presidência para o Deputado Edio Lopes. O Relator, Deputado Alexandre Santos, incumbiu a relatoria no Estado de Roraima ao Deputado Urzeni Rocha e a sub-relatoria da Região Norte ao Deputado Marcio Junqueira. Eu vou participar desta audiência junto com os Parlamentares que vieram de outros Estados, para que possamos acrescentar aos debates, a fim de que, ao final, tenhamos informações importantes para a elaboração do relatório final da CPI.

Antes de passar os trabalhos ao Deputado Edio Lopes, gostaria de convidar o Deputado Flamarion Portela, que nos honra muito com a presença.

Retifico o nome do Sr. Jorge Nassar Palmeira, Diretor-Presidente da ELETRONORTE — estava escrito José, mas é Jorge — e registro a importância da



sua presença, porque tenho certeza de que o espírito de todos é o de colaboração, o espírito de podermos esclarecer e, ao final da CPI, apresentar propostas importantes e resultados importantes para que o consumidor de Roraima e o consumidor brasileiro sejam ouvidos e sejam respeitados.

Passo a Presidência ao Deputado Edio Lopes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Ao assumir a direção dos trabalhos desta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, aqui em Roraima, não poderia deixar de agradecer a gentileza — aliás, uma característica do Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que ora está aqui em Roraima — e a deferência com o meu Estado, com o Estado de Roraima, ao delegar-nos a Presidência desta importante Comissão aqui em Boa Vista.

Presidente Eduardo da Fonte, em nome do povo do meu Estado, aqui fica o nosso agradecimento pela gentileza e deferência que o senhor ora faz ao meu Estado.

Gostaria de dar as boas-vindas aos Deputados de outros Estados e aos senhores convidados. E gostaria de convidar o Deputado Raul Prudente de Moraes, ora Presidente das Centrais Elétricas de Roraima, para tomar assento à Mesa.

Também gostaria de chamar o Dr. Ademir Teles de Menezes, Promotor de Justiça na área de defesa do consumidor. *(Pausa.)*

Gostaria de chamar o Sr. Secretário de Fazenda do Estado de Roraima, Dr. Leocádio Vasconcelos. E, por último, o Dr. Plínio, Superintendente dos Correios em Boa Vista.

Senhoras e senhores, instalada a Comissão, já devidamente instalados os senhores participantes para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós gostaríamos de fazer algumas observações.

Nós vamos ouvir, primeiro, uma breve exposição dos convidados para esta audiência pública e estabeleceremos, de início, um prazo limite de 5 minutos. Todos os senhores que foram convidados para estarem aqui: Boa Vista Energia, CER, ELETRONORTE, Secretaria de Fazenda, Ministério Público e Defesa do Consumidor...



Queiram me perdoar o imperdoável esquecimento de convidar o Dr. Pedro Pinto para fazer parte aqui da Mesa dos trabalhos.

Cada um dos convidados terá um prazo estabelecido inicialmente da ordem de 5 minutos para fazer uma exposição concernente ao objeto desta audiência pública, qual seja a formação da tarifa de energia elétrica em Roraima. Não queremos discutir aqui a questão mais ampla. Vamos discutir a questão local, bem particularizada, do Estado. Então, eu quero que todos os que forem fazer as suas exposições atenham-se à questão de formação da tarifa de energia elétrica em Boa Vista e no Estado de Roraima.

Nós gostaríamos de começar ouvindo o Presidente da ELETRONORTE, Dr. Jorge Nassar Palmeira.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Srs. Deputados, senhoras e senhores, boa tarde. Sobre a questão da formação de tarifa para o Estado de Roraima, o que temos a dizer sobre a ELETRONORTE é que a ELETRONORTE hoje compra energia da Venezuela, da EDELCA, a partir de um programa de Governo, à época, pelo qual o Governo elaborou um plano estratégico de desenvolvimento da Amazônia, e esse desenvolvimento busca o desenvolvimento sustentável. E aí a cidade de Boa Vista, praticamente, assim como todo o Estado, era abastecida por parque térmico de baixa confiabilidade, parque térmico que já era oriundo de outros locais. Foi transferido de Belém, da antiga Usina de Miramar, aqui para Boa Vista. Então se optou por uma fonte mais segura, mais confiável e que pudesse atender ao desenvolvimento do Estado. Então, na época, fez-se um contrato com a EDELCA, na Venezuela. Esse contrato estabelece preço de energia comprada, preço de operação e manutenção, custos de investimento etc. E, anualmente, como é que se forma a tarifa? Quer dizer, não é a ELETRONORTE que estabelece um preço de venda dessa energia para a Boa Vista Energia. Nós mandamos o Plano de Contas anualmente para a ANEEL, que é a agência reguladora. A ANEEL recebe esse Plano de Contas. Em cima desse Plano de Contas, ela define a tarifa de venda, a tarifa de repasse da ELETRONORTE para a Boa Vista Energia. Só para os senhores terem uma ideia, se a gente for compor o custo da tarifa hoje completa da compra de energia da Venezuela, hoje a nossa tarifa seria em torno de R\$242,04. Essa seria a tarifa compondo o que eu falei: a energia comprada, O&M,



investimentos, serviço da dívida. Está certo? Tem que compor também. E a ANEEL estabelece um preço de venda da ELETRONORTE à BOVESA de R\$137,75. Eu queria até ressaltar que o Deputado Neudo Campos tentou, através de um projeto de lei, obter a sub-rogação da CCC para a gente conseguir baixar ainda mais esse custo. Infelizmente, foi rejeitado na Comissão de Minas e Energia. Era isso o que eu tinha a comentar, para não me alongar muito. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Dando sequência aos trabalhos, nós gostaríamos de ouvir o Presidente da Boa Vista Energia, Dr. Flávio Decat de Moura.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Meu caro Deputado Edio Lopes, que ora preside esta sessão; Deputado Eduardo da Fonte, Presidente desta CPI; Deputado Marcio Junqueira, do DEM aqui de Roraima; Deputado Urzeni Rocha, do PSDB de Roraima; Deputado Gladson, meu caro companheiro de viagem aí pelos aviões do Norte; Deputado Ilderlei Cordeiro; Deputado e ex-Governador Neudo Campos; Deputado Maurício Quintella; meu caro amigo Deputado Portela; demais Deputados; Sr. Presidente da CER, Raul Prudente de Moraes; Secretário de Planejamento do Governo; senhoras e senhores, eu trouxe, Sr. Presidente, uma apresentação de uns 20 minutos, mas em função dos 5 minutos que o senhor nos oferece, eu farei um breve relato e, depois, se necessário, eu farei uma apresentação didática do processo de formação da tarifa de maneira geral. Primeiramente, eu queria dizer que esta CPI é da maior pertinência. O processo de formação da tarifa é complexo, é difícil de ser feito e compreendido. E já estava mesmo na hora de a sociedade debater, porque, no final do mês, quem paga é o consumidor, e ele não sabe se está pagando algo devido ou algo que não é devido. A distribuição de energia é uma concessão de serviço público. Então, a empresa Boa Vista Energia tem uma concessão do serviço público, que é federal. A legislação é federal, a regulação é federal, através de uma agência reguladora, que permite um ganho da ordem de 9% sobre os investimentos feitos para as empresas, não mais que isso. E não é um bom negócio. O negócio de distribuição de energia bem gerido dá 9% de retorno, o que é, do ponto de vista empresarial, um negócio que não é brilhante. Essa empresa Boa Vista Energia dá prejuízo. É uma empresa hoje falida. É uma empresa que tem uma perda anual da ordem de 30 milhões, que



o acionista majoritário, que é a ELETROBRÁS, tem que repor. Ela gasta mais do que pode, porque, na tarifa composta para a cidade de Boa Vista, o agente regulador define que a Boa Vista Energia pode gastar 20 milhões por ano dessa ordem com carros, pessoal, equipamentos, despesas. E ela gasta 60 milhões. Quem paga essa diferença? O acionista majoritário. A ANEEL, no processo de revisão tarifária que está terminando este mês e que vai ser implantado em novembro deste ano, estabeleceu a redução da tarifa em 12%, o que vai agravar ainda mais o quadro econômico-financeiro da empresa. A empresa não está equilibrada. A empresa vai ter que fazer cortes importantes para se equilibrar na nova tarifa. A empresa é boa do ponto de vista operacional. Das empresas de distribuição do Brasil ela tem um bom desempenho, ela tem uma boa percepção nas pesquisas feitas pelo órgão regulador, que é a ANEEL. Ela tem uma boa percepção da sociedade. Ela tem bons índices de desempenho, mas precisa de gastar para isso. Por outro lado, 30% do que cada um dos consumidores aqui de Boa Vista paga é imposto. De todo o dinheiro da conta de cada um dos senhores, 25% — de cada 100 reais da conta, 25 reais — vão para a Boa Vista Energia. O resto não vai para lá: é imposto, é compra de energia, é encargo tarifário. Então, voltando, Presidente, talvez a mensagem mais importante seja realmente discutir a carga tributária sobre a tarifa, porque a carga tributária na tarifa de energia, na tarifa da gasolina, no óleo, é fácil de cobrar, é fácil de aplicar. Ninguém... Empresas de distribuição, a PETROBRAS, elas não burlam o Fisco. Elas pagam; recolhem e pagam direitinho. Então, é fácil tributar em cima da tarifa de energia elétrica. É hora de discutir. Eu acho muito proveitosa a Comissão. É a primeira mensagem que eu tenho. Se necessário, eu tenho um pequeno filme falando sobre a empresa e tenho também uma exposição mais profunda sobre isso que eu acabei de falar. Muito obrigado. É o que eu tinha a dizer, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Passo a palavra ao Deputado Raul Prudente de Moraes, Presidente das Centrais Elétricas de Roraima. (*Pausa prolongada.*)

**O SR. RAUL PRUDENTE DE MORAES** - Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes, em seu nome quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar os Deputados que vieram ao nosso Estado. Sejam bem-vindos. Eu não queria perder tempo, já que os



5 minutos que me deram já se vão, mas eu vou tentar, Presidente, rapidamente fazer uma explanação. Eu trouxe em *datashow* porque acho que este momento é importante para que nós, principalmente a sociedade roraimense, conheçamos um pouco da nossa Companhia. (*Segue-se exibição de imagens.*) A Companhia Energética de Roraima já está há 40 anos no Estado. A Boa Vista Energia é uma parte da nossa Companhia. Ela veio de uma cisão, há alguns anos atrás. A Boa Vista Energia cuida da geração e transmissão de energia de Boa Vista, e nós cuidamos dos 14 municípios. Eu vou ser bem breve, bem rápido. Eu acho que a composição, Sr. Presidente, a gente poderia discutir, como foi feito pelos meus antecessores, o Flávio Decat e Dr. Palmeira, a gente poderia discutir logo após a explanação, porque não teremos tempo em 5 minutos para fazê-lo. Sempre que faço uma apresentação, gosto de apresentar o meu Estado, dizer aos nossos visitantes que a Capital, Boa Vista, é uma cidade interessante. É um Estado com 15 municípios. Nós cuidamos de 14 municípios. A nossa companhia gera e distribui energia para 14 municípios do interior. Lembro também — está na explanação — que a densidade demográfica do nosso Estado é muito grande. A gente percebe... Aliás, é baixa a densidade demográfica, com isso, para quem gera e distribui energia, fica cada vez mais caro fazer... levar a energia ao interior do nosso Estado. Aí vocês veem a nossa hidrelétrica. O Estado de Roraima tem uma hidrelétrica, a Hidrelétrica de Jatapu, que fica no sul do Estado, gera hoje cerca de 2,2 megas. Era para estar gerando cerca de 10 megas. Vai estar nesses próximos meses sendo revitalizada. A CER é uma empresa do Governo de Roraima. A geração e distribuição é do Governo do Estado. O mantenedor principal é o Governo do Estado. Há muitos anos essa empresa é deficitária, como foi falado pelo Dr. Flávio. Assim como a Boa Vista Energia, a CER também é uma empresa deficitária. E aí vocês percebem que nós estamos em 137 localidades. Dessas localidades, parte delas são comunidades indígenas. Somente 2 comunidades indígenas pagam energia. Pasmem os senhores: são 59 comunidades! Dessas 59, somente 2 pagam energia. No restante até hoje nós não conseguimos resolver essa questão da cobrança da energia nas comunidades indígenas. Nós levamos energia hidráulica para 45 localidades, dentre elas, então, Jatapu e também o suprimento de energia que nós compramos da Boa Vista Energia. A Boa Vista Energia vende energia para





CER. A CER tem algumas localidades que já estão interligadas com a energia de Guri, que são Mucajaí, Alto Alegre, Bonfim, Iracema, Cantar e Pacaraima, para a qual nós compramos a energia da CADAPE. CADAPE é uma empresa que está estabelecida em Santa Helena, na fronteira do nosso Estado, fronteira do nosso País, e vende energia com contrato específico para vender energia para Pacaraima. Aí eu queria mostrar para os senhores. Desde 2000, o nosso percentual... O nosso índice de reajuste tarifário, no ano de 2000, foi 29%. Foi o maior aumento na tarifa de energia dos consumidores da companhia de energia do Estado. Este último ano, foi também um dos anos em que tivemos um dos aumentos maiores. E aí se percebe que a forma que a nossa empresa foi administrada por muitos anos fez com que ela, cada vez mais, ficasse deficitária. Com isso, os índices de reajuste praticados têm sido, infelizmente, muito altos. Hoje vocês percebem que a tarifa que nós cobramos, sem ICMS, sem PIS e sem COFINS, está em cerca de 35 centavos, a residencial. É o valor que nós cobramos na tarifa residencial. Eu queria também... Temos recebido muitas reclamações. Para desmistificar, eu vou deixar, Sr. Presidente, na Comissão, uma matéria da *Folha de S.Paulo*, do dia 19 de julho, que tem como manchete: "*Regiões ricas pagam tarifa menor de energia*". Essa matéria foi muito bem feita, página inteira da *Folha de S.Paulo* de julho. Lá estão ilustradas as 10 tarifas mais caras do País e as 10 tarifas mais baratas do País. Nós não estamos nem nas mais caras, nem nas mais baratas. Logo, em seguida, vocês verão onde nós estamos situados. Aí estão algumas... A energia mais cara do Brasil é a do Maranhão, conforme matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, conforme a ANEEL. Essa matéria foi tirada também, pelo jornal, da ANEEL. E a mais barata é a do Amapá. Entre as tarifas vigentes, como eu falei, nós estamos em torno de 35 centavos o valor da tarifa residencial. Nós praticamos a de baixa renda, cerca de 12 centavos. Estou falando também que nessas tarifas não estão computados os impostos, os tributos. É sem os tributos, para ficar bem claro. Então, nós não somos... não praticamos a maior tarifa nem a menor. Ficamos na intermediária. Eu queria passar esse *slide* mais para exemplificar de forma muito simplista o que nós gostaríamos aqui de passar para a sociedade, a forma que é feita, de forma simples. Como disse o Dr. Flávio, não é simples a composição do índice de regime tarifário. Nós, em 1º de novembro, vamos ter o nosso índice. Poderá até ser negativo, mas



nós entendemos que, infelizmente, conforme a empresa vai se tornando deficitária... E todos conhecem, a sociedade roraimense conhece a CER. Eu assumi há 10 meses. Estamos buscando saneá-la, resolver os grandes problemas que essa empresa tem, mas, infelizmente, se reflete na tarifa de energia. Quanto mais a empresa é mal gerida, essa empresa tende a cobrar mais pela sua tarifa. São dados que queríamos colocar. São dados também que, para a CPI, entendo como importantes. Aí mostra, dentro da composição, quais são os itens. A compra de energia, a transmissão, os encargos não são gerenciáveis. Não cabe à Boa Vista Energia, não cabe à companhia de energia de Roraima, a CER, fazer qualquer tipo... Não temos ingerência sobre os processos, somente em 25% deles, que são os custos operacionais, como eu falei, cota de depreciação e remuneração do investimento, que aí é a capacidade de gestão da empresa, dos gestores da empresa. Eu queria também... Trouxe para a sociedade... Quando eu vim aqui, o Governador Anchieta me chamou, pediu que eu trouxesse todos os dados. O nosso Governador... 98% dos recursos que nós pagamos, dos salários com que nós mantemos a nossa empresa, vêm dos cofres do Governo do Estado. Mais ou menos 5 milhões de reais são repassados todos os meses para a nossa companhia, para que nós paguemos todos os impostos, todos os encargos, a folha de pagamento. E nós gostaríamos que a sociedade soubesse também que essa empresa... A arrecadação, mais ou menos, cerca de um milhão e meio, um milhão e pouco. Muito baixa a nossa arrecadação. Temos dificuldades. São 25 mil consumidores, alta inadimplência, dificuldade imensa de receber esses recursos. Então, realmente, não é muito fácil o dia a dia da nossa companhia, mas nós estamos invertendo toda essa dificuldade para que nós tenhamos uma tarifa menor, lembrando, novamente... E vou deixar aqui, Sr. Presidente, para registro também. Trouxe uma conta de energia sem identificação real, onde... quanto custa, 55% desses 25 mil consumidores são consumidores de baixa renda, que pagam cerca de R\$3,67. É a nossa arrecadação. Então, eu queria que ficasse registrado também que grande parte da cobrança da nossa empresa vem dos clientes, dos consumidores de baixa renda. Aí está, então, demonstrado, nesse último, o valor que nós pagamos à BOVESA Energia. A BOVESA Energia nos vende energia, nós pagamos todos os meses, e esse valor aí é o do mês de julho, de cerca de 750 mil reais. CADAFE é a empresa que vende



energia, e nós levamos para Pacaraima. Pacaraima tem um contrato específico. São cerca de trinta e poucos mil dólares, quarenta mil dólares, todos os meses. E a geração da CER, o que eu acabei de falar, que é o que o Governo do Estado repassa para comprar óleo... Vocês viram no *slide* anterior que grande parte da nossa geração vem de óleo *diesel* subsidiado em parte pela ELETROBRÁS, óleo CCC, e a outra parte é paga pelo Governo do Estado, que é o óleo *diesel* com preço de bomba. Por que preço de bomba? Quando nós não conseguimos receber da comunidade indígena e de grande parte da população, essas comunidades não podem ser legalizadas na ELETROBRÁS e, com isso, não podemos receber o óleo CCC. O óleo CCC é um óleo subsidiado que serve às comunidades, com um custo muito baixo. Então, o custo da nossa empresa é isso aí. Sr. Presidente, tenho mais, mas basicamente é isso aí que eu queria deixar. Nós geramos cerca de 12 milhões de quilowatts-hora, que são cerca de 12 megas de energia nessa região, nos 15 municípios. Eu fico à disposição de V.Exa., para que possamos debater melhor sobre a nossa companhia, que, vou repetir, leva energia para os 14 municípios do interior. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Só a título de esclarecimento, pelos números apresentados aqui pela matéria da *Folha de S.Paulo*, entregue pelo Presidente da CER, Deputado Raul Prudente, o título de distribuidora mais cara do Brasil tem que ser dado à Boa Vista Energia, haja vista que, no Maranhão, custa 41 centavos o quilowatt e, aqui, em Boa Vista, beira a 46 centavos o quilowatt. Então, o título de energia mais cara do Brasil é de Boa Vista, segundo o quadro demonstrado aqui pela *Folha de S.Paulo*.

Vamos dar prosseguimento. Eu gostaria de ouvir o Secretário de Fazenda, Dr. Leocádio, haja vista que, dentro da composição da tarifa de energia elétrica nossa de cada dia, também há uma substancial participação na formação de preço da questão tributária.

**O SR. ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO** - Meu boa tarde. Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Edio; cumprimentar os demais Deputados que se fazem presentes, de modo especial os que representam outros Estados — sejam bem-vindos —; os nossos Deputados Estaduais que se fazem presentes; os demais convidados; e a plateia em geral. Sr. Presidente, em relação



ao ICMS, a conta é bem fácil. Como é que ocorre a tributação de ICMS sobre a energia elétrica hoje? Considerando que ela é importada da Venezuela, a tributação se dá por ocasião da importação. A cada mês, a ELETRONORTE paga, a título de ICMS, 17% sobre a energia importada. Esses 17%, segundo a nossa legislação, são calculados sobre uma tarifa média, considerando que a BOVESA tem mais de uma tarifa média para consumo final, a nossa lei manda que consideremos uma tarifa média. A BOVESA tem mais de uma tarifa para ao consumo final. Então, a lei manda que, nesse caso, apliquemos uma tarifa média, para fins de base de cálculo do ICMS. Essa tarifa média que é posta em prática hoje no Estado é de 34 centavos. E sobre esse montante aplica-se a alíquota de 17%. É um dos Estado que aplicam a menor alíquota. Nós temos Estados com alíquotas de até 25%; a nossa é 17%. E faz-se, então, a substituição tributária. Ou seja, no que pese a distribuição ser feita pela BOVESA, a própria ELETRONORTE é quem faz o recolhimento na condição de contribuinte substituto desse ICMS. Considerando que, pela legislação estadual, nós temos algumas categorias de consumidores que são isentos, como, por exemplo, produtores rurais consumidores de até 200 quilowatts (de modo especial os agropecuaristas e os beneficiários da Lei nº 215, que é a lei que isenta do ICMS todos aqueles produtores agropecuários) e outros (as repartições públicas, as repartições consulares, todas se enquadram nas hipóteses de não incidência ou imunidade), como é que nós procedemos? Ao final de cada mês, tendo em vista que o ICMS já é pago sobre o total da energia importada, a BOVESA levanta e nos apresenta um relatório dessa energia fornecida a esses consumidores enquadrados na condição de isentos, imunes ou na condição de não incidência. A BOVESA nos apresenta a cada mês um relatório identificando, quantificando o valor dessa energia vendida a esses consumidores, e nós expedimos um certificado a cada mês, um certificado de crédito, para que ela repasse para a ELETRONORTE. Esse valor é deduzido mensalmente do valor a ser recolhido pela ELETRONORTE. Ou seja, a ELETRONORTE, em vez de recolher 2 milhões e 600, que seria o cálculo sobre a importação, ela recolhe aqueles 2 milhões e 600 menos aquele crédito que o Estado dá, correspondente à isenção daquela quantidade de energia fornecida pela BOVESA a esses consumidores isentos pela legislação. Então, é essa forma. Hoje, é 34 centavos a tarifa base de cálculo do ICMS. Porque há tarifas menores e há



tarifas maiores. A minha, por exemplo, deste mês, é 45 centavos. Esse é o preço do quilowatt. Mas há tarifa menor. Por isso se aplica a alíquota sobre uma tarifa média de 34 centavos. Então, essa é a forma de tributação, de incidência do ICMS sobre energia para a BOVESA e para a ELETRONORTE. A princípio seriam essas as informações. Para quaisquer outras estaremos à disposição. Muito obrigado, por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Dando prosseguimento, nós gostaríamos de ouvir, ainda que de forma preliminar, como todos os demais que o antecederam, o Dr. Ademir Teles, ilustre Procurador de Justiça do Estado na área do consumidor.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Sr. Presidente, em seu nome eu cumprimento as demais autoridades aqui presentes. E já esclareço, de pronto, que, especificamente sobre a composição do valor da tarifa, nós não temos nenhum procedimento instaurado na Promotoria de Defesa do Consumidor. No entanto, nós temos instaurados, envolvendo energia elétrica, 2 procedimentos. Um é um inquérito civil, instaurado por mim agora, no dia 21 de agosto, para apuração do critério de cobrança das tarifas de energia elétrica que, segundo a Boa Vista Energia, foram realizados pela chamada média de consumo.

Essa situação trouxe para os consumidores locais um desagrado muito grande, com muitas reclamações, todos sem entender o critério de cálculo dessa chamada média. Então, eu instaurei um inquérito civil.

Estamos coletando provas. Já recebemos algumas informações da Boa Vista Energia que foram requisitadas. A Boa Vista já encaminhou, já foram juntadas nesse procedimento, nesse inquérito civil. E, ao final desse inquérito civil, nós teremos, digamos, um parecer técnico sobre esse critério, que, já informo a V.Exa. e às demais autoridades, num primeiro momento, demonstra — pelo menos há indícios — que esse critério foi um critério cobrado em absoluto desacordo com a Resolução nº 456 da ANEEL. A ANEEL editou a Resolução nº 456, que estabelece esses critérios de cálculos e em que situações se pode cobrar por média de consumo. Então, nós estamos ainda em fase de apuração desse inquérito civil propriamente dito.



O outro procedimento que nós temos instaurado na Promotoria diz respeito à iluminação pública. Nós já requisitamos informações da Boa Vista Energia, já recebemos essas informações, também requisitamos informações do município. E já recebemos essas informações, para melhor esclarecimento sobre critério da cobrança da chamada CIP, a Contribuição de Iluminação Pública.

Então, isso é o que nós temos hoje na Promotoria de Defesa do Consumidor no que diz respeito a energia elétrica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Prosseguindo, passo a palavra ao Dr. Pedro Pinto, do Departamento de Defesa do Consumidor.

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Sr. Presidente, boa tarde. Autoridades, Deputados, senhores e senhoras, eu quero começar questionando algo sobre o que todos os consumidores têm dúvida. Algum tempo atrás, nós tínhamos aqui energia gerada por uma termelétrica, que é uma energia cara, porque consome óleo *diesel*, tem manutenção dos motores, do equipamento. E, quando surgiu essa novidade de trazer energia da Venezuela, muito mais barata, gerada através de uma hidrelétrica, então foi aquela euforia. Bom, vamos ter uma energia mais barata. Vamos poder comprar um ventilador, colocar um ar-condicionado — aqueles que têm um pouquinho mais de dinheiro. E, pelo visto, aconteceu exatamente o contrário. Eu, realmente, fui pego ontem de surpresa. Recebi um telefonema do Deputado Edio Lopes para que eu viesse até a CPI, e não pude trazer mais detalhes do que eu gostaria de passar aos senhores aqui. Mas, com certeza, a ELETRONORTE pode passar isso para nós. Na época da assinatura desse contrato, que foi feito em dólar, o dólar estava em torno de R\$3,60. Hoje, ele... Ontem, fechou a R\$1,82. Ou seja, a energia de uma hidrelétrica é mais barata. Pelo menos, isso é o que o povo pensa. E o povo procura o órgão de defesa do consumidor para tentar entender como as coisas acontecem. E, pelo que eu tenho visto e ouvido aqui, vai ser muito difícil explicar isso para o povo, porque eu estou vendo que isso é uma caixinha de surpresas. Ou melhor, não é nem uma caixinha de surpresas, é uma caixinha que ninguém consegue abrir. Eu acho que, inclusive, a ANEEL, ou um representante da ANEEL, devia estar aqui para explicar como é que é feito. Eu sei que é complexo esse cálculo. Mas eu estava ouvindo aqui o Sr. Diretor-Presidente da Boa Vista Energia e o representante da ELETRONORTE, que disseram: “*Não, quem*



*determina o reajuste é a ANEEL*”. Então, nós temos que trazer a ANEEL para explicar realmente como isso acontece. Eu tenho participado de algumas audiências públicas na ANEEL, e nunca conseguiram explicar isso para o nosso povo, como realmente é feito esse reajuste, como isso é cobrado. Então, nós temos aí várias reclamações do nosso povo, a indignação da população. Realmente, aqui nós temos a tarifa de energia elétrica mais cara do País. Como o Dr. Promotor de Defesa do Consumidor falou, nós temos também uma taxa altíssima de iluminação pública, que também não foi explicada até hoje. Então, isso prejudica realmente o nosso consumidor. E o consumidor de Roraima precisa realmente de uma explicação. Eu estou sentindo que realmente nós não vamos sair daqui com uma explicação, mas eu gostaria que isso acontecesse. Se não puder ser agora, futuramente, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Por último, concluindo esta primeira rodada, nós gostaríamos de ouvir o Dr. Plínio, Superintendente dos Correios.

Pode parecer estranho o porquê da presença do Dr. Plínio aqui, mas nós sabemos que os Correios fizeram, até recentemente, a aferição das contas de luz em nossos comércios, em nossas indústrias, em nossas residências. E nós gostaríamos de ouvi-lo, sobre o porquê os Correios deixaram de efetuar esse serviço, e mais algumas informações que julgar conveniente, haja vista que durante aquele período era de relativa tranquilidade a média da conta de luz em nossas residências.

Portanto, eu passo a palavra ao Dr. Plínio, Superintendente dos Correios em Roraima.

**O SR. PLÍNIO NOVAIS PINTO** - Nobre Presidente Edio Lopes, meu cordial boa tarde; aos demais presentes, também meu cordial boa tarde.

No período de 18/2/2004 a 15/2/2009, os Correios efetivaram a distribuição e leitura de todas as contas de energia da população de Boa Vista, sendo os preços totalmente defasados. Mas para honrar o contrato que haviam celebrado, já morto no nascedouro, os Correios continuaram a fazer isso durante 5 anos. Para vocês terem ideia, nós entregávamos a leitura e entrega simultânea — que é aquela que o carteiro ia na casa, entregava o objeto na casa dos clientes — por 1 real e 2 centavos. Fazíamos essa entrega na zona rural de Boa Vista com percursos de até



80 quilômetros — isso, lá no Truaru, Urubuzinho, Roxinho, etc. No decorrer desses 5 anos, a tarifa era registrada pelo INPC. Só que no final, agora, já próximo ao término do contrato, nas negociações, a Boa Vista Energia se recusou a dar prosseguimento ao contrato, e foi rescindido. Além disso, nós ainda dávamos um bônus para a Boa Vista Energia de 6.000 leituras. Os Correios davam um bônus de 6.000 leituras, fora esses preços defasados que nós cobrávamos. E com reajuste proposto pela empresa, isso pelo nosso Departamento em Brasília, a Boa Vista recusou. E nós entramos na Justiça, a fim de preservar o monopólio postal. Estamos aguardando a decisão de uma ação cominatória impetrada agora no mês de fevereiro.

Por enquanto é só, Sr. Presidente. Eu continuo aqui, à disposição de todos, para qualquer outro esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Senhoras e senhores, nós queremos agradecer, ainda que de forma inicial, aos expositores. Passaremos então à fase dos debates.

Como é de praxe, perguntamos ao Relator, Deputado Urzeni, se ele gostaria de começar intervindo.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Eu vou, Sr. Presidente, começar os debates, até para tornar mais acalorado este debate, que acho que é tão importante para todos nós, brasileiros, não só para o nosso Estado de Roraima, mas uma situação que afeta, que agoniza toda a população brasileira, que é questão da tarifa de energia elétrica. Mas eu vou iniciar as minhas palavras focando, primeiro, a questão de Roraima, que é o que nós estamos aqui discutindo, hoje.

Sr. Deputado Dudu da Fonte, Presidente desta Comissão Parlamentar, Srs. Deputados e todos que estão aqui, a questão da energia elétrica de Roraima tem uma história. Nós precisamos, em rápidas palavras, contar essa história, que já foi mais ou menos contada pelos meus antecessores, mas que eu faço questão de contar, para que a gente forme o raciocínio mais tarde.

Boa Vista, o Estado de Roraima, quando tinha 40.000, 50.000 habitantes, era abastecido de energia pela nossa gloriosa Centrais Elétricas de Roraima, termoelétrica, que é energia cara, energia suja. Naquele tempo, não se discutia muito, nem se debatia a questão ambiental. Mas estava lá e prestava o seu serviço.





Naquela época, não tinha tanta reclamação. Não sei se naquela época, no Brasil, as pessoas ganhavam mais ou, não se sabe, não reclamavam muito como reclamam hoje.

O fato é que num determinado momento a matriz energética de Roraima foi mudada. O Governo Federal, através de uma divisão da CER, ficou com uma parte de Boa Vista, da Capital, BOVESA, todo mundo sabe; e a parte do interior, que era a parte mais onerosa, que era a parte que dava mais prejuízo, ficou com o Governo do Estado. Isso permaneceu na geração por muito tempo, até que num determinado momento a BOVESA, num contrato do Governo do Estado com a Venezuela, com o Governo brasileiro, nós conseguimos trazer a energia de Guri, que era uma energia mais confiável, que tinha a promessa de ser uma energia mais barata; que tinha a promessa de que não haveria blecaute, que era uma coisa comum em Roraima. Quem vive aqui há muito tempo sabe disso.

Eu estava ouvindo agora o Dr. Flávio Decat, da Boa Vista Energia, dizendo que a Boa Vista Energia é altamente deficitária, tem um prejuízo de 30 milhões por ano. Trinta milhões, eu ouvi. Ela tem um custo de sessenta, recebe trinta e gasta trinta.

As Centrais Elétricas de Roraima, Srs. Deputados, não precisa nem a gente dizer, porque é de conhecimento de todos do Estado, do custo dessa companhia para o Governo do Estado: custa em torno de 6 milhões de reais/mês, que, para nós, que somos um Estado pobre — o Estado, talvez, mais pobre da Federação —, significa muito o custo da energia. Mas nós pagamos isso para ter energia na comunidade indígena, para ter energia em todo e qualquer vilarejo desse Estado, para ter energia nas vicinais do interior do nosso Estado. Esse é o custo que a CER tem, que o Governo do Estado tem, para manter energia aos roraimenses que moram no interior do nosso Estado.

A nosso ver, nós entendíamos e pensávamos que a BOVESA era o primo rico dessa história, até porque a BOVESA não tem que gerar. A BOVESA só tem que distribuir. Nem transmitir, não tem que transmitir.

Então, a pergunta que se faz, hoje, amigos, e isso nós já fizemos nesta CPI, senhores aqui presentes... Nós já fizemos algumas audiências públicas em Brasília,



e sobre o foco nacional do debate a gente viu muita coisa errada neste País com relação à formatação da tarifa da energia elétrica do País.

Dias atrás, o Deputado Marcio Junqueira estava presente, e a gente ouviu de autoridades brasileiras expertas nos assuntos dizer-nos que, por exemplo, a hidrelétrica de Furnas, de Itaipu, de Tucuruí produzem energia, e muitas vezes começam de 8 reais a 10 reais, e lá na ponta, quando chega no consumidor, está sendo vendida a 130 reais, se a geração custa 8 reais, 10 reais, 20 reais, dependendo da empresa. Então, tem alguma coisa nessa empresa que está errada nessa conta. Chegar aqui e dizer que a tributação é o único vilão da história não concordo.

É muito cômodo chegar e acusar: Olha, mas 30% de tarifa... É isso que encarece a tarifa, 30% de imposto. Eu acho que não é, Sr. Presidente. Eu não concordo. Porque quando a energia é produzida aos valores de 8, 10, 20 reais e quando chega na ponta é vendida para o consumidor a 120 reais, 130 reais... E como o senhor disse aqui, o Presidente da ELETRONORTE quer ser justo, a sua empresa deveria vender a duzentos e quarenta e pouco. Não é isso?

Então, tem alguma coisa que está errada, tem alguma coisa que é preciso explicar. Quem é que está ganhando esse dinheiro nesse intervalo de consumidor com gerador? Será que a transmissão de uma energia é tão cara assim? Tem o dinheiro do investimento, tudo bem, tem que se fazer o investimento. Mas eu acho que não é o fator preponderante para que a energia chegue a um ponto estratosférico que chegou hoje na população brasileira. Será que a transmissão, que é o que a BOVESA, por exemplo, faz em Roraima, é o fator encarecedor da energia?

O Presidente da BOVESA disse que quem formata o preço é a ANEEL. Eu concordo. E é por isso que esta Comissão Parlamentar vai esmiuçar, vai tirar na sua particularidade para o Brasil a questão da formatação do preço da tarifa elétrica no Brasil. O brasileiro, principalmente o mais pobre, chega ao final do mês e, quando vem a conta de luz, Sr. Presidente, não sabe se compra o arroz com feijão para comer ou se paga a conta da energia elétrica. É uma dúvida interminável com relação ao consumidor, principalmente a classe mais baixa do País.



As indústrias também não aguentam. Em Roraima eu conheço muitas indústrias madeireiras que fecharam, e tinham uma geração de empregos e de divisas importantes para o Estado. Fecharam porque não aguentaram pagar energia caríssima nesse Estado. Então, é como se disse nas reuniões anteriores desta Comissão: e é esse o nosso objetivo, nós estamos hoje discutindo Roraima. Acredito que o Deputado Eduardo da Fonte, com todos os Deputados desta Comissão estarão, com certeza absoluta, trabalhando em todo o Brasil para que a gente esclareça à sociedade qual o ponto encarecedor da energia; quem é que está ganhando esse monte de dinheiro neste País. Tem alguém que está ganhando. Se a tarifa é gerada barata, ela não tem como ser vendida tão cara como está. Nesse intervalo tem alguém, tem um caixa-preta, não é uma caixinha de surpresa, não, é uma caixa-preta mesmo, Pedro Pinto. Depois que a gente criou esta CPI, a gente já ouviu muitas autoridades do setor elétrico no Brasil se mexer. Sabem que nós vamos descobrir, sabem que vamos dar uma satisfação à sociedade brasileira sobre isso.

Dizer que o Correio vai aumentar a tarifa elétrica, eu acho que é brincadeira. Dizer que o ICMS, isso ou aquilo vai ser o grande encarecedor, também não justifica. Por isso, Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes, nós estamos aqui e ouvimos de uma forma bem rápida de cada entidade envolvida no setor de que em Roraima nós pagamos uma das mais altas taxas de energia deste País, num Estado onde a renda *per capita* é a mais baixa, onde a população é pobre.

Eu quero fazer uma pergunta ao Presidente da BOVESA, porque ele falou em contrato com a Venezuela. Eu quero saber quanto é que custa o quilowatt, o megawatt. Eu não entendo muito disso. Mas qual é o preço de compra para a gente saber qual é preço de venda. Porque aqui em Roraima ninguém sabe, só se sabe que foi feito um contrato. Nós precisamos saber. As informações que a gente tem é que o preço de venda é infinitamente superior ao preço que a BOVESA paga para a Companhia Energética da Venezuela. Então, essas contas nós queremos fazer. Eu vou ouvir como Relator dessa audiência pública de Roraima, para que a gente possa levar à Comissão, ao Presidente Eduardo da Fonte, as informações necessárias para que a gente informe à sociedade brasileira esse desmando, esse descabro que é a formatação da tarifa da energia elétrica do nosso País. Alguém está



ganhando muito, e quem está pagando a conta é a população mais pobre do nosso País.

Por enquanto eu vou ficar nessa introdução. Passo a palavra novamente ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero parabenizar o Deputado Urzeni Rocha que engrandece muito os trabalhos desta CPI.

Passo a palavra ao Deputado Marcio Junqueira, Relator da Região Norte, para que possa fazer suas considerações e suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Eduardo da Fonte, Presidente dos trabalhos hoje, Deputado Edio Lopes. Quero saudar de forma especial o Deputado Ilderlei, o Deputado Maurício Quintella, o Deputado Petecão, que nos honram com sua presença em nosso Estado. Também saúdo o Deputado Gladson Cameli; os Deputados Estaduais Flamarion Portela, Ivo Som, Deputada Socorro; os Vereadores presentes: Chico Doido, que eu vi aqui ainda há pouco, o Chico do Democratas; enfim, saúdo todos os presentes, inclusive o Deputado Ionilson Sampaio.

Farei um breve comentário. Escutei aqui ambas as empresas. Daí, Deputado Flamarion, a importância da presença da Assembleia aqui, pois, às vezes, a gente discute sem ter todos os elementos. E a CPI tem a missão de abrir essa caixa-preta, esse mistério. Porque eu escutei aqui, das empresas, que as duas são deficitárias, as duas têm problemas.

Então, ficou claro que o modelo que existe é equivocado. As duas empresas disseram que têm prejuízo. E fica demonstrado a insensibilidade do Governo Federal, quando deixa que isso aconteça — tendo em vista a ANEEL —, segundo o Presidente da ELETRONORTE nos disse no início de sua fala.

Mas a grande verdade é que só tem um prejudicado nessa história toda: o consumidor, o contribuinte, o cidadão ou a cidadã, quem paga a conta. Eu ouvi aqui milhões de prejuízos dali, milhões de prejuízos do outro lado, mas o grande prejudicado é a população. No nosso Estado, Deputado Edio, nós temos na capital uma tarifa muito alta e no interior um serviço muito ruim.

Quero ser objetivo tendo em vista que outros irão se pronunciar. Eu quero perguntar ao Dr. Jorge Nassar, Presidente da ELETRONORTE quanto custa o



megawatt hoje, de forma objetiva. Quanto custa o megawatt? O que pagamos pelo megawatt na Venezuela, se tem alguma variação, como foi dito aqui pelo Sr. Pedro Pinto — foi muito pertinente a sua pergunta —, em relação ao dólar.

Eu tenho certeza que a população quer ouvir do senhor quanto nós pagamos hoje. O Deputado Neudo Campos também vai-se pronunciar. Gostaria de saber ainda se o senhor tem informação de quem pagou a Linhão de Guri. Porque a impressão que nós temos é que foi feito um investimento, que vem um capital estrangeiro, que alguém tomou prejuízo. Eu quero saber se foi financiado pelo BNDES, se tem a ver com o dinheiro do contribuinte, se foi o povo que pagou, porque, no caso de Itaipu, nós assistimos isso. Em Itaipu, quem pagou foi o povo brasileiro. E hoje nós corremos o risco de ter que comprar a energia de Itaipu de volta. Então, eu pergunto ao senhor qual é o preço do megawatt, qual é o preço de quilowatt, e quem pagou pelo Linhão de Guri.

Ao nosso querido Dr. Flávio Decat, eu quero que o senhor entenda que não existe nada pessoal. Nós estamos num trabalho para esclarecer à população. O senhor disse da formatação da tarifa, e eu acho que aí está o grande problema. É importante a participação do Procurador, Dr. Ademir Teles. Dr. Decat, se nós aqui, que estamos convivendo, não entendemos, e sou membro da Comissão de Minas e Energia e não consigo entender essa fórmula, como pode um cidadão entender essa fórmula mirabolante para nós chegarmos a esse custo, a esse preço. E eu pergunto ao senhor, tendo em vista que o senhor afirmou: vender energia dá prejuízo? Comprar e vender dá prejuízo? Pois não são os dados que nós temos. E eu provoço essa pergunta. O Governo Federal está de um lado, como o Deputado Urzeni disse muito bem, o Governo Federal fica com algo e não deixa que o Governo Estadual ou a CER se privatizem, ou se juntem. O modelo aí existente, volto a afirmar, não serve para ninguém, não serve para a ELETRONORTE, não serve para a população, não serve para a CER, não serve para ninguém. É melhor passar para as associações de bairro, para o Faradilson Mesquita. De repente ele gerencia melhor, a gente compra energia e vende. Então, eu queria perguntar ao senhor: vender energia dá prejuízo? Não seria o problema, Dr. Decat, a gestão?

O senhor ainda afirma que os impostos são o grande vilão. Aí eu já vou direto para o Secretário Leocádio. Eu gostaria que o senhor dissesse qual é o tamanho da



mordida do Estado. Com quanto o Estado fica — de forma bem objetiva, Secretário? O Dr. Decat, num determinado momento, diz que o grande problema são os impostos, que da tarifa de 100 reais — o senhor inclusive usou esse exemplo — de uma conta, apenas 25 reais vão para Boa Vista Energia. No caso, 75 reais é de imposto. Eu quero saber quanto é o imposto estadual, se alguém puder informar quanto é o imposto municipal e quanto é o imposto federal. Essa é a pergunta para o Dr. Leocádio.

Eu queria apenas fazer um comentário para o Dr. Raul Prudente. O Dr. Raul Prudente disse que a energia aqui é barata, é uma das energias mais baratas. Eu queria apenas dizer ao Deputado Raul Prudente que tudo é caro quando não se pode pagar. Nós temos a questão econômica do Estado muito séria, índice de desemprego batendo no alto. Então, tudo é caro. Se você for comprar alguma coisa, Deputada Socorro, e custar 1 real, mas se você não tiver 1 real, se torna caro.

Dr. Leocádio, além dessa questão, que eu queria saber, de quanto de fato é a mordida do Estado, eu queria que o senhor repetisse o cálculo dessa alíquota, pois não consegui entender.

Por fim, Dr. Ademir Teles, tenho que parabenizá-lo por sua iniciativa. Acho que é um grande trabalho que o Ministério Público acaba prestando à população. E meu querido amigo, Sr. Pedro Pinto, o senhor disse sair da CPI hoje sem essa resposta; o senhor vai sair, sim. Esta CPI também é conhecida como CPI da ANEEL, porque nós entendemos que está exatamente nesse modelo adotado pela ANEEL o grande problema das tarifas no Brasil como um todo. Então, a CPI está aqui exatamente colhendo essas informações para que nós possamos readequar. Porque diferente do que as pessoas pensam, uma parcela da população, quem faz lei neste País é o Congresso Nacional. E se tivermos — e tenho certeza que iremos caminhar para isso — que adequar a lei para beneficiar aquele que paga a conta, isso o faremos. Agora, só podemos fazer isso colhendo informações e ouvindo todas as posições.

Eu quero fazer esse último comentário, tendo em vista que sou Relator da Região Norte. Não acredito num sistema isolado de transmissão. Acho que existe muita falácia. Nós estamos aqui na Amazônia queimando óleo *diesel*, em função de não termos as nossas hidrelétricas; estamos na região com maior potencial hídrico



do planeta e, no entanto, em Roraima, no Amazonas, no Acre, a principal matriz é o óleo *diesel*, é uma aberração. Então, a CPI tem um papel muito importante, sim. Da mesma forma que é importante a participação de cada um dos senhores.

Portanto, seriam essas as minhas primeiras perguntas. Devolvo a palavra ao Presidente Edio Lopes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Bem, senhoras e senhores, nós adotamos o critério de ouvir 3 oradores. Nós já tivemos a intervenção do Relator, Deputado Urzeni, do Deputado Marcio Junqueira. Ouviremos, na sequência, o Deputado Neudo Campos.

Ouvimos a oportuna exposição feita tanto pelo Relator quanto pelo Deputado Marcio Junqueira, em especial para os Deputados de outros Estados entenderem todo panorama do fornecimento de energia elétrica no Estado. A exposição deles foi bastante oportuna e esclarecedora. Daqui para a frente gostaríamos que os participantes fossem objetivos, que fizessem perguntas dirigidas aos participantes, para que possamos incrementar o ritmo do trabalho dessa Comissão, porque deveremos entrar pela noite. Nós queremos sair daqui tendo explicado cada item: o que é imposto, o que é transmissão, o que é distribuição, o que é o custo da energia elétrica em Roraima. Nós precisamos informar à sociedade porque compramos energia a 6 centavos da Venezuela e vendemos a quase 50 centavos. Então, é preciso saber onde está indo esses quarenta e tantos centavos de diferença entre transmissão, distribuição e administração.

Na sequência, ouviremos a pergunta do Deputado Neudo Campos, já no critério direto, para que nós possamos avançar nos trabalhos desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS** - Obrigado, Deputado Edio. Gostaria de, primeiro, dar as boas-vindas aos nossos colegas Deputados, ao ilustre Deputado Presidente da CPI, Eduardo da Fonte, aos Deputados Gladson Cameli e Sergio Petecão, ambos do Acre, ao Deputado Ilderlei Cordeiro, também do Acre, e ao Deputado Maurício Quintella, de Alagoas. Sejam muito bem-vindos à nossa terra. Quero saudar também nossos colegas, o Deputado Edio Lopes, o Deputado Marcio Junqueira e o Deputado Luciano Castro, os Deputados Estaduais, Ionilson Sampaio, Flamarion Portela e a Deputada Socorro Simões; as autoridades presentes, o Presidente da CER, Sr. Raul Prudente, o Secretário da Fazenda Leocádio



Vasconcelos, o Presidente da CAE, Evandro Moreira, o Presidente da ELETRONORTE, Dr. Jorge Palmeira. E quero saudar uma pessoa que sempre trabalhou em energia, e é realmente emblemática sua presença, o engenheiro Antônio Caramelo, que trabalha na BOVESA. Quero saudar todos os empresários na pessoa do Sr. Laerte Oestreicher e o Manoelzinho, o industrial do gelo.

Antes de tudo, quero tecer algumas palavras historiando um pouco o que foi a nossa energia. Eu nasci aqui. Quando eu era jovem, às 10 horas, a luz piscava. Isso queria dizer que dentro de 15 minutos haveria blecaute geral, apagaria a luz. E a gente ia levando a vida assim, era uma vida muito simples.

Deputado Ivo Som, bem na minha frente, eu não o tinha visto. Muito obrigado pela sua presença.

Pois bem, depois as coisas evoluíram: a cidade cresceu, o território cresceu, e veio a ELETRONORTE. Essa empresa chegou aqui, porque nós já tínhamos uma crise muito forte de energia. Nós tínhamos apagões naquela época, e a ELETRONORTE tomou conta da geração de energia em Boa Vista, da distribuição e da comercialização — o Edmir Cordeiro de Melo sabe muito bem disso.

Pois bem, o que nós temos hoje? Depois que chegou a energia de Guri, conseguimos, numa engenharia política sem tamanho, convencer o Presidente da Venezuela à época, Rafael Caldeira, a resolver o problema da Venezuela e também o nosso, para suprir o sul da Venezuela até Santa Elena de Uairen, em que faltava energia — em Santa Elena, naquele tempo, Deputado, cada casa tinha um grupo gerador. Precisávamos também resolver o nosso problema, já que a Venezuela não tinha conseguido o seu grande intento, que era fornecer energia elétrica para o parque industrial de Manaus. Manaus não quis. Manaus optou pelo gás de Urucu. Aí nós ficamos suspensos no pincel, porque tudo o que queríamos era que Manaus aceitasse essa energia, porque essa linha de transmissão cortaria o Estado de Roraima de norte a sul.

Isso não aconteceu, mas, quando fiz a proposta ao Presidente Rafael Caldeira para que fizesse a sua linha de transmissão até Santa Elena, porque nós faríamos de Santa Elena até Boa Vista, o Presidente Caldeira se interessou por isso e começou a trabalhar. Eu fui, então, ao Presidente da República à época, Fernando Henrique Cardoso, que também determinou à ELETRONORTE e à ELETROBRÁS





que fizessem essa linha de transmissão. Na verdade, presente lá no Planalto estavam o Ministro de Minas e Energia, eu e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Enfim, eu tenho jornais da época que diziam o seguinte: *assinado pelo Ministério de Minas e Energia, pela ELETROBRÁS e pela ELETRONORTE*. Diziam que, em 6 meses de não subsídio da conta CCC, a energia seria gerada de forma termoeleétrica; que, em 6 meses, os investimentos feitos para fazer a linha de transmissão estariam quitados — em 6 meses, estariam quitados. Eu tenho isso publicado pelo jornal *Brasil Norte*, que nem existe mais. Eu tenho isso publicado.

Mas o que nós vimos na verdade? O que mudou dessa publicidade de 2000 para a realidade depois? Por que o preço está tão caro? Há diversos fatores. Sabe quem paga 800 mil dólares pela manutenção e operação da linha de transmissão desde Las Claritas, na Venezuela, até Santa Elena de Uairen, dentro da Venezuela? Somos nós quem pagamos. Sabe quem paga 20 milhões de dólares pela amortização dos investimentos feitos dentro da linha de transmissão da Venezuela? Somos nós. Sabe quem paga a amortização da linha de transmissão dentro do Brasil? Também somos nós, também somos nós que pagamos isso — nós, consumidores.

É por isso que é uma energia tão barata comprar da Venezuela por 33 dólares o megawatt — entenda o megawatt como se fosse uma tonelada. Nós compramos uma tonelada de energia, para dizer assim, por 33 dólares. O câmbio de hoje é em torno de 65 reais, apenas 65 reais. E nós pagamos, nós, consumidores. Esses 65 reais se tornam para nós esse mesmo quilo, o quilo dessa energia, a tonelada dessa energia, digo melhor. Nós, consumidores — nós, consumidores residenciais —, pagamos 454 essa mesma energia. É absurdamente desmedido isso. É muito caro, é muito caro.

O Dr. Flávio Decat e o Dr. Jorge Palmeira são pessoas competentes, respeitáveis, e nós entendemos seus posicionamentos. Eles dizem que a ELETRONORTE tem prejuízos.

Mas veja só. Veja só: será que cabem aqui, Deputado Eduardo da Fonte, para uma população pequena — menos do que 500 mil é a nossa população —, cabem 3 empresas aqui? Cabe a ELETRONORTE, cabe a BOVESA e cabe a CER? Cada uma dessas com suas diretorias, cada uma dessas com seus gastos. Será



que isso não está demais? Esse formato não é muito caro para nós? Será que nós não temos que encontrar outra solução? Será que não seria necessário apenas uma empresa? E a ELETRONORTE, ao tempo em que fazia a geração dos velhos motores trazidos lá do polo petroquímico de Camaçari, velhos, cheios de problemas, dava conta, gerava energia, a distribuía e comercializava. Depois que chega a energia pronta, a energia já prontinha da Venezuela, pela linha de transmissão, agora a ELETRONORTE se tornou apenas importadora. Recebe a 33 dólares, mas já repassa para a BOVESA por um preço muito superior a isso, mais do que o dobro.

Então, é uma escala de aumentos que oprimem. Chegaram ao ponto de que muitas pessoas hoje já não podem mais consumir energia elétrica. Aquilo que ia ser barato, aquilo que ia ser pago pelo não-pagamento, pelo não-uso da conta CCC, em 6 meses, está matando o custo de vida, ofendendo o bolso dos consumidores do nosso Estado.

Então, está na hora de, nessa CPI, que é muito bem-vinda, se fazer muito, não só em Roraima, mas em Pernambuco, a terra do Deputado Presidente da CPI, Eduardo da Fonte. Existem problemas seriíssimos também no Ceará. Fui para a Comissão de Defesa do Consumidor trabalhar essa questão da energia, para ver essa questão de perto. Fiz requerimento para que a ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, fosse auditada pelo Tribunal de Contas da União, por permitir à CER um aumento de 24%. Meu amigo, Presidente Raul Prudente de Moraes, não tem nenhuma culpa nisso. Agora, 24% é muito acima da inflação. Uma inflação de 6% e um aumento de vinte e quatro.

A BOVESA, também, aumentou 13,59, também mais que o dobro da inflação do período. Então, essas coisas têm que ser dadas. O que eu recebi da ANEEL, o que eu recebi da Comissão de Defesa do Consumidor foi uma resposta que a tarifa de energia elétrica seria diminuída, para a BOVESA, em 10%. Não sei se isso já aconteceu. Espero que aconteça. Qualquer diminuição na tarifa será muito bem-vinda, extremamente bem-vinda.

Mas o objetivo dessa CPI é muito grande; é profundamente importante no sentido de refletir a forma de produzir, distribuir e comercializar a nossa energia. Há algo errado, há algo que não dá certo, a aritmética não fecha, não dá para concordar, não dá para aceitar que uma energia cujo megawatt custa 65 reais seja



revendido a 454 reais para as pessoas pobres do nosso Estado, para o residente do nosso Estado. Isso é inaceitável. Se a ELETRONORTE está tendo prejuízo, se os acionistas da PETROBRAS estão desembolsando 40 milhões, eu não consigo, Dr. Flávio, entender essa aritmética; não consigo perceber porque dessa forma se compra barato, se vende caro e ainda tem prejuízo.

Eram essas as palavras que eu gostaria de dizer aqui. E vejo também, só fazendo um comentário com relação à questão da leitura dos medidores aqui, que muitas vezes esses medidores não são lidos. Por algum motivo, o leiturista diz que não pôde entrar e depois se faz uma projeção, se vê 3 meses atrás e se projeta isso para frente. Muitas vezes você viaja, você está de férias, você não consumiu energia naquele mês, mas você vai pagar como se tivesse consumido. Então, é preciso estar atento a isso, porque isso tem provocado profundas injustiças. É melhor que se encontre outros caminhos e evitar essa forma de projeção.

Se tem alguma coisa que ser feita na questão tributária, vamos discutir o que está caro, qual é o imposto que está caro, quais são as incidências tributárias que podem mudar e diminuir, mas também temos que discutir especificamente no caso de Roraima que bastaria uma única companhia para fazer a importação, fazer a interiorização dessa energia de Guri. Vivemos aqui um problema terrível: temos aqui 200 megawatts de energia disponíveis; nós consumimos em torno de 80 megawatts, sobram 120 megawatts em Boa Vista, e o interior está sem energia; no interior não tem energia. É preciso fincar postes nesse interior para poder interiorizar essa energia e, digamos, garantir o crescimento desse Estado.

Enfim, Sr. Presidente, é uma oportunidade muito grande poder estar aqui usando da palavra diante de um acontecimento que realmente oprime o povo de Roraima. Somos um sistema isolado, estamos ligados à Venezuela, mas precisamos ser interligados com o sistema brasileiro. O Ministro Edison Lobão, num pronunciamento na Comissão de Minas e Energia, falou sobre um projeto que seria extremamente bem-vindo, que é uma linha de transmissão saindo de Tucuruí e passando por Macapá e chegando a Manaus; depois de Manaus, chegando a Boa Vista. Com isso, teríamos energia, sobra de oferta de energia num determinado período em que na Venezuela seria escasso, e poderia acontecer aquela troca de energia que já acontece no sul do País, no MERCOSUL, com a Argentina, com o



Uruguai e o Paraguai. Enfim, acho que temos soluções. Essa CPI é extremamente bem-vinda, são Deputados competentes, interessados. Cada Deputado Federal e Estadual que está aqui está vendo seu povo ser oprimido por tarifas injustas e irreais. Então, eles estão aqui para dizer que estão dispostos a encontrar uma solução. Tenho certeza de que haverá uma solução exitosa. E aqui em Roraima eu digo que tem que ter uma única empresa para importar e para distribuir e comercializar, uma única empresa. Quanto à questão dos impostos, há que se analisar tanto no lado federal quanto no lado estadual.

Na verdade, Roraima que era termoelétrica, que tinha antes todas as benesses provocadas pela conta CCC, que subsidia a energia elétrica... Por exemplo, Manaus é termoelétrica; o custo de geração de megawatt de Manaus é muito maior do que o nosso; é algo em torno de 250 reais; o nosso é 65 reais. No entanto, o consumidor de Manaus paga mais barato do que o consumidor de Boa Vista. Por quê? Porque a conta CCC opera esse milagre. Nós fizemos a tarefa de casa, nós mudamos da termoelétrica, da caríssima termoelétrica para a hidrelétrica, e não temos nenhum subsídio. É necessário, e era isso que meu projeto de lei visava, esse benefício que Manaus tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Suas conclusões, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS** - Apenas para concluir, Sr. Presidente. Então, era isso que meu projeto de lei buscava e, no entanto, de uma forma inexplicável, na Comissão de Minas e Energia foi desastrosamente derrotada. Então, estou procurando outros caminhos, inclusive conversando com a ELETRONORTE, que vejo como parceira, para que possamos fazer algo que possa melhorar aqui o preço da energia. Desse jeito é que não pode continuar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Como havíamos proposto, passamos a palavra ao Presidente da ELETRONORTE, e logo em seguida ao Presidente da Boa Vista Energia, para responder às perguntas feitas pelo Deputado Raul, haja vista que o Relator não especificou nenhuma pergunta e nem o Deputado Neudo Campos.

Antes, porém, eu gostaria de chamar a atenção dos senhores participantes, que, com exceção do Dr. Ademir Teles, Procurador de Justiça do Estado, que está



aqui na condição de convidado, todos os demais estão na condição de convocado, portanto, sujeitos ao imperativo da lei de dizer a verdade nesta Comissão. Embora um pouco tardiamente, estamos fazendo essa observação aos que aqui se encontram.

Portanto, passo a palavra ao Presidente da ELETRONORTE.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Bem, falamos sobre a questão do preço de compra de energia da Venezuela. Nós temos que entender o seguinte. Não é só o preço de compra do insumo; atrelado ao preço de compra do insumo compõe à tarifa o quê? Custo do investimento da linha, custo de investimento de subestações, custo de investimento em outras instalações, custo operacional. Então veja, como é o que estão compostos os preços do contrato Brasil/Venezuela? Inclusive, Sr. Presidente, eu trouxe aqui uma brochura que mostra essa questão do contrato, inclusive com todos os anexos; mostrando o contrato, composição de preços, custos. etc. E eu queria passar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Desculpe-me a intervenção, Presidente, eu gostaria que o senhor fosse objetivo. A pergunta do Deputado Marcio Junqueira era quanto a ELETRONORTE paga à Venezuela por cada quilowatt de energia que chega aqui, ponto.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Pois é, mas o problema é que não é só esse valor que o senhor está falando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Mas nós queremos saber esse detalhe, Presidente.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Não, mas não é só esse valor. Tem vários valores. Primeiro, pelo custo da tarifa, o valor do insumo energia: 26 dólares por megawatt/hora, nos 10 primeiros anos, e 28 dólares por megawatt/hora, nos 10 segundo anos. Contrato de 20 anos. Correção dessa tarifa, é pelo CPI americano, ou seja, pela inflação americana. Então, esse preço de 26 dólares é o preço original do contrato. À medida que a cada ano se mede a inflação americana, você vai agregando essa inflação nesse preço original. Outra coisa: pagamento da ELETRONORTE de parte do investimento da linha Caroni/Santa Elena; metade do investimento ficou com a Venezuela, metade do investimento ficou com a



ELETRONORTE. São 90 milhões de dólares em 10 anos. O.k.? É o custo do Linhão de Guri. Só do lado venezuelano, 90 milhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - É o custo do Linhão de Guri?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - É o custo do Linhão de Guri.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Só do lado Venezuelano?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Só do lado venezuelano.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Lá nos gastamos 90 milhões de dólares?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Noventa milhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - O Governo brasileiro, o Brasil gastou 90 milhões de dólares?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Isso. Esse foi o acordo feito, acordo bilateral entre os 2 governos. E, segundo, o custo de operação e manutenção, que dá 800 mil dólares por ano. Então, a composição desses custos — é aquilo que eu falei — nos dá um custo de R\$242,04. Isso é custo, não é tarifa, tem diferença. O que a ANEEL faz? Para não onerar o consumidor, a parcela A da tarifa — foi aquilo que o Dr. Raul tentou mostrar — é o chamado *pass through*. Aquilo que vier, vai para a tarifa do consumidor final. Então é o caso do insumo, por exemplo, os 26 dólares, 28 dólares. Aquilo que são outros custos, a ANEEL faz uma avaliação e diz: o consumidor não pode pagar, ou a BOVESA não pode pagar 242. Então, a nossa tarifa de venda, essa é a diferença entre custo e tarifa. É por isso que o Dr. Flávio diz: “*Olha, eu tenho um prejuízo de 30 milhões*”. Ele custa tanto, mas vende a tanto, está certo? Então, a nossa tarifa de venda, R\$137,75, megawatts/hora.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Duzentos e quarenta e dois é o nosso custo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Não. O nosso custo para manter essa linha de transmissão, com a compra da energia, pagamento de investimento, pagamento de pessoal, despesa de terceiros, aluguel de helicóptero, manutenção etc., porque não é só, digamos, o produto não chega aqui acabado e eu sou um



mero repassador de produto. Eu tenho que ter subestação, linha, pessoal para operar, pessoal para manter, helicóptero para correr a linha etc.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Somente dos R\$242,00, apenas R\$137,00.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Presidente, me desculpa a intervenção e também o Deputado autor da pergunta, mas eu acho que nós estamos discutindo uma questão muito importante aqui. O senhor acaba de informar a esta CPI que o custo de toda a rede feita lá dentro da Venezuela está sendo repassado para esses consumidores que estão aqui. É isso?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Uma parte dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Em quanto tempo... porque nós também, uma outra questão que queremos saber é se o trecho de cá também está sendo repassado ao consumidor.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Uma parte dele também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - E o consumidor está recebendo um papel como futuro proprietário dessa rede?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Veja, a concessão é por 30 anos. No caso da Venezuela, 20 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Quer dizer, o consumidor está pagando uma rede na Venezuela, pagando uma rede aqui dentro, mas o consumidor de Boa Vista nunca será proprietário dessa rede. É isso que o senhor está dizendo na CPI.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Será, porque a rede é da União. Após os 20 anos de concessão, essa concessão reverte para a União, e aí ela pode delegar uma outra empresa, uma outra concessionária. Veja, nós somos concessionários do serviço público de energia elétrica. Nós fomos contratados, temos um contrato de concessão para explorar um bem público, está certo? Esse bem não é da ELETRONORTE, não é da BOVESA, não é da CER. É um bem público. Então, ele reverte, ao final da concessão, para a União. Ao final da concessão, ao final dos 20 anos, toda essa linha, a subestação etc., isso aí é



revertido para a União. E a União, então, decide se vai leiloar essa concessão ou se vai passar para uma outra empresa essa concessão.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Sr. Presidente, a gente pode fazer intervenção neste momento? É sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Eu diria o seguinte: eu acho que esse ponto é tão crucial para o entendimento de nós, roraimenses, dessa questão, que nós iríamos abrir, então, para pergunta objetiva.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Uma pergunta só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Porque, só a título de esclarecimento, nós tivemos um depoimento na CPI lá, e o custo do megawatt de energia da termoeletétrica não chega a 200 reais. Como nós aqui estamos com um preço, segundo o que está dizendo o Presidente aqui, de duzentos e tantos reais?

Deputado Quintella.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Nassar, é uma pergunta. Este acordo Brasil e Venezuela, que é bilateral, passa pelo crivo do Congresso? Se não passa, quem é que decide? Quem é que toma a decisão final a respeito do plano, dos custos, se é bom para o Brasil, se é bom para o Estado de Roraima? Esta era a pergunta que eu queria fazer: se o Congresso Nacional é ouvido quando se definem todos esses critérios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Deputado Neudo Campos, uma pergunta.

**O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS** - Deputado Jorge... Presidente da ELETRONORTE, Jorge Palmeira, quem sabe futuro Deputado, eu gostaria de formular a seguinte pergunta. Quando a energia estava chegando aqui, quando, no ano 2000, a energia da Venezuela estava chegando aqui, aliás, assim que chegou, tenho o jornal assinado pelo Ministério de Minas e Energia, pela ELETROBRÁS e pela ELETRONORTE que diz o seguinte, claramente: que, em 6 meses, os investimentos feitos para construir a linha de transmissão de energia elétrica até Boa Vista seriam pagos pela conta CCC naquilo que não seria gasto, que deixaria de ser gasto. Aquilo que subsidiava antes a geração de energia elétrica, termoeletétrica, ao





não deixar de ser gasto, aqueles valores seriam, em 6 meses, suficientes para pagar os investimentos da linha de transmissão de energia. Agora, quer dizer, isso aconteceu; na verdade, deixou de ser gasta, a conta CCC não está mais gastando como gastava quando era termoeleétrica. Isso aconteceu. Mas o ruim é que nós, consumidores de Boa Vista e de Roraima, continuamos pagando, continuamos pagando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - A pergunta, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS** - Então, aquela publicidade não seria verdadeira, houve algum engano, porque, de alguma forma, o enganado fomos nós, consumidores, que pensávamos que a energia — e essa era a proposta — barata da Venezuela iria chegar de forma confiável, abundante aqui, para nos retirar definitivamente do apagão, dos rodízios de apagão que era o nosso dia a dia aqui. Enfim, então, a publicidade do Ministério de Minas e Energia, da ELETROBRÁS e da ELETRONORTE estavam erradas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Antes de o Presidente da ELETROBRÁS se manifestar, eu não quero ser inoportuno com o Presidente, mas nós trataremos nesta Comissão com todo o rigor que nos é facultado. O Presidente até agora não respondeu quanto paga o quilowatt. Nós não estamos interessados nos agregados. Nós queremos saber — e foi esta a pergunta do Deputado Marcio Junqueira — quanto a ELETRONORTE paga à Venezuela por cada quilowatt de energia recebida.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Presidente, posso? Bem, eu respondi. Dentre as diversas composições do custo, eu falei que 26 dólares por cada megawatt/hora, nos 10 primeiros anos, 28 dólares por cada megawatt nos outros 10 anos, contrato de 20 anos, corrigidos pela inflação americana. Isso hoje está em torno de, em real, R\$80,63.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Então, nós já vamos para mais de 40 dólares.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Quarenta dólares, em torno disso; R\$80,63 — desculpa, R\$80,60 o megawatt.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - O que, trocando para real, nós teríamos cerca de 8 centavos por quilowatt, confere?



**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Oito centavos por quilowatt/hora.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Satisfeito.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Relator.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Sr. Presidente, é só para um esclarecimento também, porque ficou uma dúvida com relação às respostas do Presidente da ELETRONORTE. Eu gostaria de perguntar a V.Exa... Os preços já foram dados. Agora V.Exa. afirmou que os investimentos das linhas de transmissões estão embutidos na tarifa. Quando da contratação desse fornecimento de energia, está escrito no contrato que o consumidor é que iria pagar isso? A pergunta é esta: está lá no contrato que a construção dessas redes, todas essas coisas, essas obras, quem iria pagar eram os consumidores de Roraima?

A segunda pergunta: se o Governo brasileiro, a parte do Governo do Estado que bancou... Porque o Estado de Roraima bancou a parte do Linhão. Lembro que teve empréstimo, pegou dinheiro emprestado para construir. Quer dizer, o Governo do Estado pegou dinheiro para bancar a parte dele. Isso, no caso de Roraima, foi emprestado. No caso do Governo Federal, devem ter sido recursos da União, emprestados também. Quer dizer que o Governo pegou dinheiro emprestado para o consumidor pagar sem saber?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Então, quero que o senhor responda se existe cláusula contratual que dava ao consumidor o débito do empreendimento. Era o consumidor quem era o responsável pelo pagamento da conta?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Sr. Presidente, queria primeiro fazer um comentário sobre as colocações do Deputado Neudo Campos sobre a questão da CCC. O senhor conhece bem a CCC. O que é a CCC? É a Conta de Consumo de Combustíveis. O custo de uma usina termelétrica operando a óleo diesel é em torno, se considerarmos as máquinas que havia em Boa Vista, de 800 reais, a preço de hoje, o megawatt/hora. O que a ANEEL estabeleceu e o Governo estabeleceu como política para não onerar o consumidor nestes 800 reais? Criou a chamada Conta de Consumo de Combustíveis — CCC, onde ela absorve praticamente 70% desses custos com combustível. Então, por exemplo, hoje o equivalente hidráulico é



em torno de sessenta e poucos reais. Então, uma usina termelétrica, mesmo que ela custe 800, ela só vai para o consumidor final com os 60 reais no valor dela, mais impostos, encargos, operação e manutenção, investimento etc. Essa diferença, quem paga? São os consumidores brasileiros que estão em todo o País. Ou seja, na conta de energia elétrica de cada consumidor brasileiro tem lá um delta qualquer coisa, alguns centavos que a ANEEL estabelece, onde esses alguns centavos, seja lá no Rio Grande do Sul ou no Paraná, todo consumidor brasileiro paga isso na conta de energia. Esse dinheiro é arrecadado para cobrir essa diferença. Então, veja, quando se colocou que em 6 meses a CCC estaria coberta, na verdade é esta diferença entre os 800 reais e os 60 reais. Então, realmente a CCC deixou de pagar e todo consumidor brasileiro deixou de pagar alguma coisa. Então, por exemplo, agora com a interligação que o senhor falou, Tucuruí-Macapá-Manaus. Quer dizer, vamos deixar de queimar óleo em Macapá e vamos deixar de queimar óleo em Manaus. Se Deus quiser, consegue-se trazer a linha até Boa Vista. Está chegando a linha lá em Rondônia e Acre. Então, nessa economia de combustível, hoje o custo da CCC o consumidor paga em torno de 2,5 bilhões de reais por ano só dessa diferença de combustível. Então, o consumidor brasileiro deixa de pagar isso e obviamente a tarifa final dos consumidores diminui. Então, não sei se expliquei, mas, na verdade, a propaganda era verdadeira. Bem, outra coisa, a pergunta sobre o contrato. O contrato foi feito em um protocolo de intenções entre os 2 Governos. Foi o protocolo chamado de Guzmania. Então, o Governo brasileiro e o Governo venezuelano assinaram esse protocolo dizendo: olha, vamos trazer energia de Guri, da Venezuela, até Boa Vista. E a partir daí, então, esse acordo foi negociado para ver preço de energia, preço de investimento etc. Então, é aquilo que coloquei. Tem um preço para o insumo, *commodity*, e tem os valores dos investimentos. Aí o senhor pergunta: nesse contrato já está dito que o consumidor é quem vai pagar a conta? No contrato de concessão, aquilo que o Dr. Flávio falou, a remuneração do investimento é da ordem de 9%. Então, isso vai para a tarifa. Significa que qualquer investimento feito em energia elétrica, seja em água ou outro bem, digamos, em que você tenha uma concessão, quem paga a conta é o consumidor.



**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Quer dizer que os contratos, então, são feitos. Alguém toma emprestado para eu pagar a conta. Os critérios de pagamento da conta eu não sei e nem assinei o contrato.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Falta responder ao ilustre Deputado Quintella quanto à questão relativa a este acordo bilateral Brasil e Venezuela com relação ao Congresso Nacional.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Foi um acordo bilateral entre os 2 Governos, somente Executivo. Ele não chegou a ir ao Congresso Nacional. E a partir do acordo do Executivo, então, o contrato de compra e venda de energia foi elaborado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Na sequência, passamos a palavra ao Deputado Eduardo da Fonte.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, gostaria de perguntar ao Sr. Jorge Palmeira, Diretor-Presidente da ELETRONORTE, que ele seja claro e objetivo na resposta e que explique ao povo de Roraima por que a energia de Roraima é comprada da Venezuela por 8 centavos e chega na casa das famílias de Roraima por 45 centavos. O que acontece com essa energia nesse caminho? Por que aumenta mais de 500%?

Quero que ele explique também por que Roraima tem duas distribuidoras de energia elétrica. É uma forma de ter cabide de emprego aqui em Roraima, para onerar o custo da energia no preço final para as famílias de Roraima? Por que até agora a ELETRONORTE não tomou uma atitude e uma posição para que se enxugassem esses custos, otimizassem essas empresas para que elas se tornassem empresas viáveis e que não onerassem a energia elétrica com um preço tão alto para as famílias, para os comerciantes e para os industriais de Roraima? É a primeira pergunta. Gostaria que ele fosse objetivo e respondesse à essa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Com a palavra o Presidente da ELETRONORTE.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Bem, com relação aos 8 centavos e 45 centavos, não tenho aqui como explicar, porque os 45 centavos já chegam no consumidor final. Então, eu posso explicar a parte da ELETRONORTE. Gostaria



depois, se o Presidente permitir, que o Dr. Flávio explicasse a parte da BOVESA. Então, veja, é aquilo que comentei há pouco. Uma coisa é o valor da *commodity*, o valor da energia; outra coisa é a composição de preços, composição de custos que vão compor a tarifa final da energia. Então, 8 centavos é o preço da *commodity*. É só a máquina gerando e saindo energia da máquina. Aí tem custo de transporte, custo de subestação, custo com pessoal etc., etc. Então, aqui somos uma empresa relativamente enxuta. Não temos aqui 60 pessoas tomando conta dessas instalações. Agora, infelizmente, pelo valor do investimento, o investimento não foi feito pela União, foi feito pela ELETRONORTE, com financiamento que tem de ser pago todo ano. Então, pelo valor desse empréstimo, temos um custo relativamente elevado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Mas, Sr. Jorge, então por quanto a ELETRONORTE repassa a energia elétrica para a distribuidora?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Repassa a 0,137.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Zero vírgula 13 centavos.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Então, sai de 8 centavos para 0,13. Há um incremento de cerca de 70%.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Só na *commodity*, sem contar o custo do investimento. É aquilo que eu falei: o custo total é 0,242. Nós passamos para a BOVESA 0,137.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Certo. O incremento desses 70%, a *commodity*, mas não há como enxugar os custos da ELETRONORTE para que baixe ainda mais? Porque 70% a mais também já é um custo alto.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - É o que eu estava dizendo, que não são 70% a mais. São, mais ou menos, uns 50% a menos. Estou dizendo o seguinte: o custo total, considerando *commodity*, investimentos etc., é 0,242; a gente repassa à BOVESA a 0,137. O.k?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Então, peço agora que o Dr. Flávio Decat explique como compra a 0,13 centavos e chega a 0,45 centavos na casa da família de Roraima.



**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Obrigado, Deputado. Queria corrigir aqui uma falha, saudando a Deputada Estadual Socorro Simões, o Deputado Estadual Ivo Som e o Deputado Federal, membro desta CPI, Sergio Petecão, que me esqueci de saudar. Desculpe-me por isso. Vou projetar ali os números. *(Pausa.)* Esses são os números da revisão tarifária, Presidente, que está sendo feita neste exato momento pela ANEEL. No dia 25 vai ter uma audiência pública aqui no Estado. E a notícia para o consumidor roraimense é que a ANEEL está propondo uma redução na tarifa de 12,02% a vigorar a partir de 1º de novembro. Então, dia 25, isso vai ser exposto aqui pela ANEEL numa audiência pública. Essa nova composição tarifária da empresa leva a esses números. O que a empresa gasta? Compras de energia, transporte, paga encargo e usa recursos para pagar seu pessoal, seus custos. De energia, 89,4 milhões por ano; de encargos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Roraima, só Roraima; falando só Boa Vista: 89,4 milhões... Depois, o meu caro amigo Raul Prudente pode complementar com a CER. Mas 89,4 milhões compramos de energia mais encargos, por ano; 6 milhões de encargos intrassetoriais, que é a CCC, que é a CDE, que permite fazer o Luz para Todos e assim por diante, é a RGR, que permite financiar as expansões do setor; o que dá 95 milhões. Sobre estes 95,4 milhões, a empresa não tem nenhuma ingerência, nenhuma gestão. Isso é o dinheiro que a gente tem de pagar, e pronto. A parcela B, onde nós temos gestão (E aí vem aquela pergunta: tem gestão? Tem, é claro! Gestão é um ponto relevante.), os custos operacionais que a ANEEL permite sejam gastos aqui na Boa Vista Energia é de 20 milhões. A remuneração...

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Para entender, para entender. Que a ANEEL permite... É a ANEEL que regula o que vocês podem gastar.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Isso. A ANEEL faz o que ela chama de empresa de referência. É uma empresa virtual que seria uma empresa eficiente aqui para essa concessão. Ela faz isso para cá. E esse é um dos pontos mais importantes, na minha visão, *data venia*, que a CPI tem abordado, porque as regiões mais difíceis exigem uma empresa de referência maior, o que leva a que as tarifas sejam maiores nas regiões mais pobres do País. Esse é um dos defeitos que o Diretor-Geral da ANEEL está buscando combater. Então, esse é um ponto. Aqui ela



diz o seguinte: uma empresa eficiente, bem informatizada, gasta 20 milhões. Nós gastamos mais do que isso. Essa é a realidade. Então, cabe gestão sim. Custo operacional, 20. Remuneração do acionista. Quanto seria a remuneração do acionista? Seria de 16,4 milhões, anual. Cota de reintegração. O que é isso? É o dinheiro que se coloca na tarifa para que a Boa Vista Energia possa ir substituindo os equipamentos que vão queimando e ficando velhos. Esta é a composição, dá 43 milhões. Ora, aí a pergunta do senhor: é bom negócio vender energia? É se nós estivermos equilibrados dentro desses custos. Como a empresa gasta 60 em vez de 20, é por isso que ela tem prejuízo. Esse é o ponto que... Isso aqui é uma composição feita por fora. Nós temos de segui-la! Não conseguimos gastar os 20 milhões, estamos tendo de fazer um ajuste para gastar os 20 milhões. No máximo, 36.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - E esse ajuste já está sendo feito?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Está, está sendo feito. O Presidente Lula, no ano passado, assumiu a gestão das distribuidoras federais, chamadas assim, são 6 distribuidoras, e atribuiu a elas uma gestão profissional com o objetivo de recuperá-las. Essas empresas davam prejuízo... Elas deram, em 2007, um prejuízo de quase 700 milhões de reais; em 2008, 1 bilhão e 200 milhões de reais de prejuízo. Por isso ele determinou que fosse... E nós já conseguimos recuperar. Um prejuízo que estava estimado em 1 bilhão e 800 para 2008, nós conseguimos reduzir para 56 milhões de lucro no ano passado, no conjunto delas.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor, então, diz que as empresas, digamos, estatais ainda, essas tiveram prejuízo de 1 bilhão e...?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Em 2007, 1 bilhão e 200 milhões.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - E por que as distribuidoras que foram privatizadas e que estão hoje nas mãos de grandes fundos, de grandes empresas, por que elas dão lucro? Quer dizer que se repete o mesmo modelo?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Os maiores lucros, Deputado Marcio Junqueira, de empresas privadas do Brasil — é bom ressaltar isso.



**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Quer dizer que o que é privado dá lucro, o que é público dá prejuízo?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Nós demos lucro no ano passado.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Ano passado vocês...

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - É, revertemos.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Em 2007, nós perdemos?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Isso. Em 2008, o lucro foi de 56 milhões.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Quer dizer que nós conseguimos, em 1 ano, eliminar um prejuízo de 1 bilhão?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Sim, senhor. Então, esse é o quadro. Acho que eu respondo aqui a uma das perguntas importantes feitas, que é como é feita a distribuição do dinheiro que nós recolhemos aqui na tarifa. Eu tinha anotado outras perguntas, Presidente, não sei se agora há oportunidade ou se o Raul Prudente pudesse...

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Eu perguntei ao senhor também se o imposto o senhor considera o grande vilão.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - É um dos vilões, sem dúvida nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Vamos reorientar os trabalhos da Comissão. Estamos num pingue-pongue aqui na Mesa. Gostaria de reorganizar de forma definitiva. Vamos ouvir a sequência de perguntas do Deputado que está com a palavra, o Deputado Eduardo da Fonte. Depois, vamos ouvir o Deputado Petecão. Depois, o Deputado Ivo Som. Esses 3. E aí passamos às respostas. Vamos organizar para ver se todos têm oportunidade, porque creio que todo mundo aqui tem perguntas importantes a fazer.

De forma bem objetiva, terminando as perguntas, o Deputado Eduardo da Fonte.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Gostaria de perguntar novamente ao Sr. Flávio e também que o Sr. Raul respondesse. Tenho aqui uma questão que é grave. Um consumidor da Boa Vista Energia que tem uma conta média de 500 reais. De repente, no mês 5 de 2009, ele recebe uma conta de 943 reais, ou seja, ele tem seu orçamento programado para pagar 500 e, de repente,





tem de pagar 950 reais. Nisso a gente vê claramente que tem uma falha gravíssima na medição dessas tarifas, dessas contas, mesmo porque tenho aqui 7 contas; em 6 contas ele gastou 500 reais e em 1 ele gastou 943 reais. Então, tem um erro grave.

Por que os Correios foram descredenciados? De duas empresas distribuidoras de energia aqui de Roraima os Correios faziam a medição e enviavam as contas. De repente, veio uma empresa privada do Amazonas — foi essa a informação que recebi aqui — que passou a fazer a medição e enviar as contas para que os consumidores tenham que pagar. Então, fica claro o desrespeito ao consumidor. Fica claro que as 2 empresas descredenciaram uma das empresas que mais orgulham o povo brasileiro, que são os Correios, que faziam um trabalho sério, e, de repente, vem uma empresa privada para fazer esse trabalho e há irregularidades na medição e na cobrança das contas. Gostaria que o Dr. Flávio respondesse.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Pois não, Deputado. Realmente, é lamentável o erro. *(Falha na gravação)*... com erro, emitimos 77 mil contas por mês, e o ideal é que seja zero de erro. Ninguém gosta, nem eu, nem o senhor, nem ninguém, de receber uma conta com valor adicional. Claro que não. Mas a questão dos Correios... Depois até pediria para ver, vou apreciar isso e dar informação direta, tanto para a CPI quanto para os consumidores sobre o porquê dos erros etc. A questão dos Correios é uma questão de gestão. Temos que perseguir os menores custos. Admiro profundamente os Correios brasileiros, é uma instituição como a PETROBRAS, centenária no Brasil, muito mais antiga do que a própria PETROBRAS, mas o fato é que no reajuste de preços que os Correios queriam colocar, entendendo que isso era monopólio dos Correios, eles queriam passar o custo para a empresa de 1 milhão para 2 milhões por ano.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - E qual foi o custo da empresa contratada?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Um milhão. Fizemos uma licitação pública...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Mas mostra que essa empresa não tem a qualificação para fazer o serviço dos Correios. Talvez fosse mais barato para o consumidor que tivesse o incremento desses R\$2,00 para que os Correios



fizessem o serviço do que botar uma empresa ineficiente, que prejudica os consumidores. Tenho conhecimento — foi uma informação passada pelo Deputado Edio Lopes — de que há vários casos de irregularidade nas medições das tarifas dos consumidores de Boa Vista. Então, no mínimo, é uma economia... Tantos itens para se fazer economia, não numa questão crucial como essa, que tem prejudicado vários consumidores.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Acho, Deputado, que são duas coisas que o senhor tocou. Uma, é a economia. Temos que perseguir a economia, é uma tendência de todas as empresas brasileiras. No Estado de V.Exa. também, lá na CELPE também se faz com essa... No Rio de Janeiro se faz de forma privada, licita e obtém o menor custo. O que o Correio dizia era o seguinte: que esse tipo de leitura e entrega violava o monopólio dele de distribuição de correspondência. Esse foi... Ainda está na Justiça essa questão toda. Mas a qualidade tem que ter. Então, uma coisa não exclui a outra. Temos que buscar economia e com qualidade. Isso concordo com o senhor, temos que buscar mesmo. E isso é uma coisa que estamos buscando a cada dia.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - Gostaria que constasse, que o Relator anotasse o nome dessa empresa para que saibamos quais são os Estados em que ela presta esse serviço para que possamos averiguar a forma que essa empresa tem tratado o consumidor, não só em Roraima mas em todo o Brasil. Estamos vendo irregularidades gravíssimas, e muitas vezes os pais de família não têm condições de pagar esse erro que vem a mais na sua conta e muitas vezes tem a sua luz cortada no final do mês.

Tenho um projeto de lei já aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor e na Comissão de Trabalho, hoje se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, onde os consumidores terão oportunidade de pagar a média dos últimos 12 meses, não tendo que pagar, muitas vezes sacrificando seu orçamento familiar, por um erro em que eles não têm nada a ver, muitas vezes prejudicando o orçamento da família.

Quero deixar também registrado que a qualificação dessa empresa vamos checar, para ver se ela deu um preço baixo porque realmente não tinha qualificação



para prestar esse serviço. Gostaria que constasse em ata e que o Relator tomasse as medidas cabíveis para que essa empresa também seja investigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Solicito ao Deputado Urzeni, Relator desta Comissão, que anote que o Presidente da Boa Vista Energia admite que é um erro da empresa quando emite para o consumidor essas contas que oscilam às vezes duas, três vezes o valor cobrado normal, e que posteriormente procurássemos saber da Boa Vista Energia que, mesmo eles admitindo o erro, se eles, ainda assim, cobram essa conta tão alta que, intermediariamente, vem aparecendo.

Passamos a palavra ao Deputado Petecão. Na sequência, Ivo Som...

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - ...e, na sequência, o Promotor Dr. Ademir Teles.

Pela ordem, Deputado Marcio Junqueira.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Ainda dentro do meu bloco de perguntas, tenho uma pergunta para o Dr. Leocádio que não foi respondida. Não houve oportunidade de o Dr. Leocádio responder qual é o tamanho da mordida, digamos assim, qual é o tamanho da alíquota cobrada pelo Estado, tendo em vista que aqui ouvimos a afirmação de que o grande vilão são os impostos. É importante que a população de Roraima e nós, da CPI, saibamos qual é o valor que fica aqui no Estado, porque às vezes dizem que é mais a parte do Estado que encarece a conta de energia, para a gente poder diferenciar. Gostaria que o Secretário Leocádio respondesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Com a palavra o Secretário Leocádio Vasconcelos.

**O SR. ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO** - Sr. Presidente, o ICMS é 17% sobre uma tarifa de 34 centavos o quilowatt. Isso representa 0,57 centavos, 0,5 centavos por quilowatt, pouco mais de 0,5... 5 centavos, um pouco mais de 5 centavos por quilowatt; ou seja, 17% sobre 34 centavos, 17% sobre 34, deduzindo-se daí ainda aquelas hipóteses de isenção, aqueles fornecimentos que são contemplados com isenção, imunidade, não incidência. Na média, o Estado recebe menos do que 5 centavos por quilowatt.



**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Não existe alíquota diferenciada?

**O SR. ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO** - Não, para energia ou é 17% ou zero.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Empresarial, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Passamos a palavra ao Deputado Sergio Petecão.

Estando ausente, o Deputado Ivo Som.

**O SR. IVO SOM** - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos demais Deputados. Legitimados Deputados Federais do País, para nós é motivo de orgulho recebê-los neste Estado maravilhoso, e os acolhemos com muita satisfação e grandeza, em nome deste povo humilde, pacato, trabalhador e guerreiro do extremo norte do País, aqui no meu Estado de coração, Roraima. Sejam bem-vindos, sintam-se à vontade, sintam-se em casa.

Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V.Exa. o convite oficial à minha pessoa — até nos falamos ontem, mais uma vez, por telefone — para participar desta humilde reunião de audiência pública de tanta valia para o nosso povo, para o nosso Estado. E também estender o convite feito em nome do Relator, Deputado Federal Marcio Junqueira.

O povo já não aguentava mais. Não vou dirigir a palavra, até porque alguns já me conhecem, e diuturnamente estou na Boa Vista Energia. Esta bolsa aqui é só conta de energia — é só conta. Dinheiro que é bom, nada. Mas o povo tem sido penalizado, e muito, todo ele.

A Boa Vista Energia e a ANEEL já anunciam uma coisa inverídica, mentirosa, e já discuti isso. Ela anuncia aqui nos jornais que a ANEEL aprova redução de 10% para este ano em Roraima. Mas como ela pode dar 10% de redução se o ano passado ela aumentou de 17% a 24% a energia acima da inflação? Primeiro, ela tinha que deduzir o que fez ilegalmente para depois dar o desconto. No mínimo, isso. O que me levou a entrar com projeto de lei na Assembleia e o requerimento de minha autoria aprovado pela maioria daqueles Deputados foram justamente essas denúncias. Faço questão de deixar com a CPI.



Pasmem V.Exas., que isso aqui é todo dia que eu faço. O meu gabinete recebe, em média, de 10 a 70 pessoas com reclamação. Até porque já informamos a eles, o advogado, Dr. Robson, Dr. Gerson, que eles já cansaram de ir à Boa Vista Energia e não solucionar. Mas, como a gente vai lá e entra com assessoria, reduzem, e na maioria já tivemos reduções imediatas.

Vou citar, por exemplo, Sr. Presidente, uma conta de um senhor que era 12 reais. Lá tem o laudo de que ele, na casa dele, tem uma televisão, uma geladeira e 3 bicos de luz. Lá tem o laudo quando foi feito à época. Foram fazer vários laudos nessa casa e constata os mesmos equipamentos e diminuiu-se uma lâmpada. Ficaram uma televisão, 1 geladeira e 2 luzes, quer dizer, diminuiu. Agora, estranhamente, o que não pode se aceitar é assaltar o povo do meu Estado. A conta dele, que era cobrada no último mês consequente deste ano, era de R\$12,47 e, segundo a Boa Vista Energia, era cobrada a média dos 3 últimos meses. Se até o mês 5 era 12 reais, pode-se calcular 10 vezes mais que não dá 120 reais os 10 últimos meses, mas o mês seguinte, estranhamente, a conta veio 153. O cidadão foi lá e pagou a conta. Ele pagou porque ele recebia um salário mínimo para tomar conta dessa casa e o dono disse: só pague a luz. Ele disse: *“É baratinho, eu vou ficar”*. A segunda conta do mês já veio R\$213,01. Pagou também e me procurou. Fomos lá juntos. Fomos à Boa Vista, pegamos um técnico. Deu foi prejuízo para o rapaz. O rapaz da Boa Vista Energia, quando foi lá, deixou a porteira aberta, o cavalo do rapaz sumiu com o gadinho que ele tinha lá. Outro problema! A outra conta, em vez de 213 — pasmem os senhores! —, quase 400 reais. De 12 reais, foi um aumento quase de 1.500%. Aí, fomos à Boa Vista Energia. Ela foi lá com o mesmo laudo, que também só constata 1 televisão, 1 geladeira e 2 bicos de luz. E que mágica é essa, Presidente?

Foi isso o que nos levou a entrar com projeto, requerimento aprovado na Assembleia Legislativa — vou passar à CPI os originais com as cópias —, reivindicando ajustamento na cobrança de energia elétrica mais cara do País. Em requerimentos de minha autoria, assinados pela maioria dos Deputados, questionando também, nestes requerimentos 021 e 022, a respeito dos combustíveis.



Fui a Brasília, como V.Exa. me recebeu muito bem, Deputado Marcio, e entreguei ofício em todos os gabinetes dos Deputados Federais e Senadores, inclusive na Presidência da República, à chefia pessoal do Presidente da República. Fui ao Ministro Lobão, fomos a todos os órgãos. Só quem me respondeu até hoje, o que eu fiz à ANEEL, por incrível que pareça, foi a Deputada Federal Angela Portela. Ela me entregou um grande dossiê de resposta justamente em cima das minhas perguntas.

Quando eu digo a V.Exa. que não aceito esta discussão de anúncio de 10% na dedução é porque já se aumentou energia dos contribuintes humildes, do povo de Roraima. É bem clara a *Folha de S.Paulo*, que recebi há pouco da assessoria da CPI — isto é um crime: regiões ricas pagam tarifa menor de energia.

Eram essas minhas colocações.

Quero parabenizar a CPI, que veio numa hora certa, e dizer que o povo de Roraima não aguenta isto: primeiro, reajustar as contas de energia, deduzir o que aumentaram e depois dar o anúncio do desconto dos 10%. Até porque entendemos que o povo de Boa Vista é brasileiro, não é da Venezuela, como me surpreendi quando disse o Presidente da ELETRONORTE que 90 milhões de reais foram pagos à Venezuela. É como o Presidente, Deputado Eduardo da Fonte, disse: isso é um crime, é um assalto. Aqui, olha só: 90 milhões de dólares e mais 800 mil reais/ano, mais 10 anos de concessão, e sem que saiba o contribuinte pagar essa conta. Em vez de funcionar a energia dos motores com óleo diesel, que era bem barato, hoje está sendo assaltado o povo do meu Estado.

Nós vamos a fundo. Estamos com mais de 10 mil assinaturas. Vamos também em busca da dedução da Taxa de Iluminação Pública, que é um absurdo, ela é inconstitucional. O povo de Roraima merece mais respeito.

Era mais para isso e parabenizar a CPI. Vamos a fundo, e que não deixe este povo humilde, trabalhador do Estado de Roraima, o menor Estado da Federação brasileira, ser penalizado e pagar a conta do Governo Federal ou de quem quer que seja, muito menos da Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós queremos agradecer a participação do Deputado Ivo Som. Sabemos o quanto V.Exa. tem lutado nessa questão.

Quero aproveitar a oportunidade para solicitar a V.Exa. que repasse a esta Comissão todo esse trabalho, fotocópias desse trabalho que V.Exa. tem juntado durante todo esse tempo.

Recebemos aqui, com muito prazer, esta Comissão registra a presença do Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, Líder do Governo no Senado. Gostaríamos de facultar a palavra ao Senador.

Antes do Senador, transmitimos a palavra ao Presidente de fato e de direito desta Comissão, Deputado Eduardo da Fonte, e logo, na sequência, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de agradecer a presença ao Senador Romero Jucá, que, com certeza, é um dos melhores Senadores do Brasil, que tem lutado e defendido não só o povo de Roraima, mas o povo brasileiro; e dizer, Senador Romero Jucá, que muito nos orgulha a sua presença hoje aqui na CPI, porque tenho certeza de que irá engrandecer, e muito, o debate. Iremos construir juntos soluções importantes não só para o povo de Roraima, mas para todo o povo brasileiro.

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - Quero saudar o Deputado Federal Eduardo da Fonte, o Deputado Federal Edio Lopes, o Deputado Federal Marcio Junqueira, o Deputado Federal Urzeni Rocha; saudar os Deputados Estaduais que estão aqui presentes, Deputado Ionilson, Deputado Ivo Som, Deputada Socorro, Deputado Flamarion; saudar o Presidente da CER, Raul Prudente; saudar o Dr. Jorge Palmeira, o Dr. Flávio Decat e toda a equipe da ELETRONORTE e da ELETROBRÁS; e dizer, em rápidas palavras, primeiro que eu passei aqui exatamente para dar o meu testemunho e registrar a importância da CPI que está presente hoje aqui em Roraima.

O Deputado Eduardo da Fonte tem uma luta pela questão da energia também em Pernambuco. Não é diferente aqui em Roraima. Temos um processo que é difícil aqui em Roraima, mas que começa a ser equacionado.



Quero aproveitar a oportunidade para dar algumas notícias sobre o encaminhamento dessa questão energética, mas dizer, Deputado Eduardo da Fonte, Deputado Edio, que é muito importante para a população de Roraima e para o Congresso Nacional estar aqui hoje, na presença de vocês, visitando e vendo em Roraima a situação do que precisa ser feito; e dizer que há um anseio da população de que a questão energética seja equacionada, que será equacionada. Temos diversos problemas, temos problemas não só de tarifa. Temos problemas de tarifa que serão equacionados pela CPI e também através da Medida Provisória nº 466, que reposiciona a questão de tarifas dos sistemas isolados.

É importante lembrar que o sistema isolado é um sistema em que vários custos são embutidos na cobrança da tarifa, e Boa Vista, Roraima, como não é conectada ao resto do Brasil, é um sistema isolado. Esse sistema isolado nós lutamos muito, e o Ministério de Minas e Energia baixou a Medida Provisória nº 466. Ela está sendo votada na Câmara e no Senado, ela está sendo discutida no Ministério de Minas e Energia porque alguns parâmetros têm que ser definidos, mas, com certeza, essa medida provisória que nós lutamos muito vai baixar a tarifa, porque vai deixar de calcular o sistema isolado da tarifa da forma como era.

Além disso, providências estão sendo tomadas. Roraima deixará de ser sistema isolado porque, no planejamento para 2011, já constará no Ministério de Minas e Energia a interligação com Manaus.

Na segunda-feira, o Presidente Lula estará com o Presidente da Guiana na fronteira, e do comunicado entre os 2 países constarão os estudos que serão feitos pela ELETRONORTE e pela ELETROBRÁS para a construção de uma hidrelétrica na Guiana.

Portanto, a ideia é que possamos construir uma hidrelétrica, num primeiro momento, de 800 megawatts, e essa hidrelétrica será conectada ao resto do Brasil, será interligada também para atender Manaus, e vai acabar, portanto — no futuro, é claro —, com a dependência que teremos somente da Venezuela. O Estado de Roraima, para construir o seu projeto de desenvolvimento, não pode depender somente de energia da Venezuela. Não podemos ter dependência de um único país, temos que ter opções. Esta ligação com a Guiana e a construção da hidrelétrica da Guiana é uma opção determinante para o futuro do Estado.





No comunicado que o Presidente Lula deverá assinar com o Presidente Bharrat, da Guiana, deverá estar, entre as ações, essa questão da hidrelétrica. Portanto, é um fato importante.

Além disso, o Governador Anchieta e o Presidente Raul Prudente participaram de uma reunião, na semana passada, com o Ministro Edison Lobão em que ficaram definidos recursos para a interiorização de energia que vem da Venezuela e chega até Boa Vista. Deveremos ter um aporte de cerca de 200 milhões de reais para essa interiorização e mais a continuidade do Programa Luz para Todos, que é um programa de mais de 70 milhões ou 80 milhões de reais, ou seja, através da CER. Sem contar com um investimento que, daqui a pouco veremos, com a ELETRONORTE e com a BOVESA, que é exatamente a continuidade do Programa Luz para Todos para o Município de Boa Vista.

Além disso, é importante registrar, por último, que nós aprovamos no Senado e já está tramitando na Câmara dos Deputados, de volta, um projeto do Deputado Zarattini — e é importante que os Deputados da Comissão, Deputado Eduardo da Fonte, se debrucem para aprovar rapidamente esse projeto sobre tarifa social, que diminuirá a conta de luz das pessoas mais pobres.

No caso de Roraima, no caso da região amazônica, da Região Norte, coloquei uma emenda minha que faz com que a empresa distribuidora de energia possa receber, até 50 watts de consumo, diretamente do Sistema ELETROBRÁS na cobrança de energia de aldeias indígenas e de população quilombola.

Ou seja, não tem sentido pôr medidor em aldeia indígena, porque não há como entregar a conta e não há como pagá-la. Então, até 50 quilowatts, para cada aldeia, para cada comunidade indígena, para cada casa indígena, serão pagos pelo Governo Federal.

Isso é importante para a CER, como empresa, porque nós teremos 200 comunidades recebendo energia, dentro do Luz para Todos. E essas comunidades receberão energia, mas não teriam como pagar as contas, quer dizer, cada casa não teria como pagar essa conta, e a cobrança seria algo oneroso para a CER.

Então, nós tivemos o cuidado de colocar isso no projeto da tarifa social. Estou vendo que o Evandro já quer pôr também a água, não é, Evandro? Mas, no caso da energia, será aprovado na Câmara, e o Governo Federal cobrirá a conta de cada



habitação em área indígena, assim fazendo com que a empresa distribuidora de energia não seja penalizada com a distribuição dessa energia e com a manutenção desse sistema energético.

O projeto de tarifa social voltou do Senado para a Câmara com essa e mais algumas emendas, que diminuirão a conta da população mais carente, de modo geral. Então, eu faria esse apelo à CPI das Tarifas, para que, além da questão da tarifa, se debruçasse também sobre o projeto da tarifa social, porque é algo extremamente importante para o País e para a população mais pobre do nosso Brasil.

Então, saudando os membros da CPI, eu agradeço a oportunidade de poder registrar essa posição, e tenho certeza de que o trabalho da CPI será extremamente importante e fará com que, no País, se faça justiça tarifária às populações, aos empresários, aos segmentos que precisam produzir.

Quero só registrar — e estou vendo o Milton também — para a área produtora que, ao Roraima acabar com o sistema isolado, poderemos ter a tarifa verde, que é a tarifa de irrigação, que será cobrada, mas mais barata, porque hoje não há aqui, e efetivamente o custo de quem usa irrigação é mais caro. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Para uma questão de ordem, Deputado Gladson Cameli.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Sr. Presidente, eu quero pedir ao Presidente da CPI, Deputado Eduardo da Fonte, e a toda a Assessoria que nos acompanha nesta missão oficial, que formalizem um convite oficial ao Deputado Ivo de Souza Pereira para nos acompanhar até o Estado do Acre, Estado que eu represento no Congresso Nacional, porque são de extrema importância, Deputado, os relatos que S.Exa. tem feito, andando por vários Estados brasileiros, sobre a questão das contas de energia. Peço que S.Exa. nos acompanhe nessa missão.

Quero também aproveitar a oportunidade, Senador Romero Jucá, para parabenizá-lo pela humildade de V.Exa. estar presente nesta CPI e dizer, perante todo o povo de Roraima que espero muito, no meu Estado, que os Senadores representantes do Acre estejam amanhã na Assembleia Legislativa.



Nós temos 3 Senadores. E espero contar pelo menos com a presença de algum deles. Queria deixar registrado isso. Pertencço à base do Governo do Estado e do Governo Federal, mas não posso deixar de cobrar, já a partir de agora, a presença dos Senadores amanhã no Estado do Acre.

E peço, Presidente, que V.Exa, encaminhe, juntamente com a Assessoria da CPI, um requerimento solicitando a presença do Deputado Ivo de Souza no avião da Força Aérea que nos levará para o Acre.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente, antes de o Senador Romero Jucá se retirar, até porque acho que é importante, tendo em vista que o Senador falou sobre várias questões, que acrescentasse — isso em termos de sugestão — o desempregado roraimense, para que ele também não pagasse a conta de luz, porque, senão, todos nós seremos obrigados a nos mudar para áreas indígenas (*palmas*), e o desempregado também não tem como pagar.

Outra sugestão, Senador, é a de que, antes de nós avançarmos na construção dessa hidrelétrica no Mazaroni, na Guiana, possamos voltar a discutir Cotingo, aqui no Estado de Roraima (*palmas*), porque, aí, nós teremos de fato a não dependência nem de um país nem de outro. Com a construção de Cotingo — e eu sei que o senhor pode e sei que vai ajudar —, talvez tenhamos a primeira hidrelétrica indígena do planeta, e, aí, sim, estaremos fazendo jus ao investimento do dinheiro do povo brasileiro em território nacional.

Eram as sugestões, Deputado Edio Lopes, que me senti na obrigação de fazer, e é oportuno o momento para isso, tendo em vista que nós recebemos aqui a visita do Senador Romero Jucá.

**O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** - Eu agradeço a sugestão do Deputado Marcio Junqueira e quero registrar que, independentemente da discussão da construção da hidrelétrica na Guiana, duas situações estão sendo estudadas pelo PAC para energia em Roraima: Rio Branco, com turbinas invertidas, num sistema moderno, o mesmo que está sendo usado no Rio Madeira, e Cotingo. E tenho certeza de que as duas serão construídas.

Agora, volto a dizer, a questão energética hidráulica, que é uma energia barata e não poluente, é algo que deve ser buscado ao máximo. Então, nós



construirmos a Guiana não quer dizer que não precisaremos construir Cotingo. Não. E, como o Brasil estará interligado com Roraima, Roraima poderá fornecer energia para Manaus e também para o resto do Norte. Será um processo interligado, e, portanto, todas as energias hidráulicas serão bem-vindas. O Nordeste precisa de energia, tem carência.

Então, na verdade, esse é um processo que está em andamento, e tanto Cotingo quanto Rio Branco já estão sendo analisadas, projetadas, porque precisam e serão construídas. Vamos trabalhar para que as duas sejam hidrelétricas do nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Vamos dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

Tenho certeza de que conto com a concordância do Deputado Sergio Petecão, que está na ordem, então, passo a palavra ao Promotor de Justiça, que está um pouco já atrasado para um compromisso, segundo me antecipou quando chegou aqui.

Portanto, antes de ouvirmos o ilustre Deputado Sergio Petecão, ouviremos o Dr. Ademir Teles, Procurador de Justiça no Estado.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Sr. Presidente, na verdade, eu gostaria de fazer uma pergunta para o Dr. Flávio Decat, e gostaria de fazer uma solicitação também para a CPI, para a Comissão.

A pergunta, Dr. Flávio é: o senhor reconheceu aqui, de público, o erro no faturamento do consumo de energia elétrica, quando mostrado pelo Presidente da CPI, e nos disse que foi erro. Esse erro, pelo que nós detectamos, no âmbito da mídia e do Ministério Público, foi um erro geral, para quase, senão todos os consumidores, para praticamente todos os consumidores de Boa Vista.

Eu gostaria de perguntar a V.Sa.: uma vez reconhecido esse erro pela companhia, pela BOVESA, se V.Sa., na condição de Presidente, determinou a devolução do valor cobrado a maior, conforme regulamenta a Resolução nº 456, no seu art. 76 e no seu art. 78; e, se não o fez, eu gostaria de saber de V.Sa. por que isso não foi feito até hoje, já que se trata de tarifas dos meses de março, abril, maio, de muitos meses atrás.



Antes de o Sr. Flávio responder, Sr. Presidente, eu só gostaria, se fosse possível, que me encaminhasse — e não sei se a CPI pode me encaminhar — uma cópia da ata em que consta o reconhecimento do erro do faturamento, para que seja juntada nesse inquérito civil que está em tramitação no Ministério Público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Assim será feito, Sr. Procurador.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Meu caro Procurador... Posso, Presidente, responder? (*Pausa.*) Meu caro Procurador, eu não vi a conta. Eu estou imaginando que seja um erro, pelas diferenças de valores. A ANEEL regula exatamente isso, e a empresa, reconhecendo o erro, paga e compensa o pagamento.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - O senhor tem conhecimento de que a companhia, juridicamente, já respondeu que não há erro?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MORAES** - Eu não conheço essa conta, não conheço essa conta.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - O senhor aqui disse que poderia, então, na sua palavra de agora...Antes, o senhor disse que era um erro; agora o senhor está dizendo que “poderia ser” um erro.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MORAES** - Sim. Eu não vi a conta.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - O senhor não viu a conta. Então, o senhor supõe que seja um erro. É isso?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MORAES** - Se for um erro, vai ser ressarcido.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Se for um erro, vai ser ressarcido.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MORAES** - É um procedimento regulado pela ANEEL.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - E o senhor sabe por que a companhia não devolveu àquelas pessoas que procuraram a companhia, desesperadamente, demonstrando que tinham um consumo médio de 200, 250 quilowatts, e veio 700 quilowatts, sem nenhuma média aritmética que justificasse? O senhor poderia nos esclarecer, pelo menos para mim, que tenho esse inquérito civil instaurado, por que a companhia, em vez de reconhecer e devolver o dinheiro cobrado a maior, ou reemitir uma conta correta, acabou por obrigar muitas pessoas



humildes a fazerem uma confissão de dívida de 20 meses, de 18 meses? O senhor tem conhecimento dessa situação que está ocorrendo aqui em Boa Vista?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MORAES** - Não. A empresa tem o seu processo, seus métodos, todos eles regulados pela ANEEL, a quem nós devemos obediência, e audita todas as nossas questões. Nesses procedimentos há o de que, caso haja uma diferença constatada, a empresa reconhece e devolve.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Então, Sr. Presidente, para encerrar, só peço que encaminhe uma cópia da ata, por gentileza.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Esta Comissão já adianta que encaminhará em DVD, para todos os participantes desta audiência pública, a íntegra da audiência pública.

Conforme anteriormente anunciado, passamos a palavra ao Deputado Sergio Petecão, do nosso querido Estado do Acre.

**O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO** - Sr. Presidente, na verdade, o debate está tão acalorado que fica até ruim para nós, que viemos de outro Estado, participarmos.

Eu gostaria mesmo de ouvir as instituições aqui representadas, como também a nossa bancada federal de Roraima e os Deputados Estaduais que estão presentes.

Agora, eu começo a entender por que aquela angústia da sua parte, da parte do Deputado Urzeni e do Deputado Marcio Junqueira em trazerem a CPI para o Estado de Roraima, o primeiro Estado para o qual esta CPI está se deslocando.

Então, queria parabenizar V.Exas. pelo empenho de trazer a CPI ao Estado. A situação aqui é mais grave do que se imaginava. Eu, sinceramente, quando ouvi falar aqui de Linhão, criando a expectativa de que, quando Roraima estiver interligada através do Linhão, a conta de luz irá baixar... Essa história foi a mesma história que contaram lá no Estado do Acre. Hoje, nós estamos interligados através desse Linhão e, nem por isso, a nossa conta de luz baixou. Muito pelo contrário, a situação lá é tão grave quanto a daqui do Estado de Roraima.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta ao Presidente da ELETRONORTE, que me deixou assim...O Presidente da ELETRONORTE, se ele pudesse me



responder, falou de uma dívida que tem com a Venezuela... Ele não está me ouvindo, não vai poder me responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Está ouvindo, sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO** - O.k. Desculpe.

O Linhão custou 90 milhões, e esses 90 milhões vão ser diluídos na conta de luz, na conta do consumidor de Roraima. Ele disse que uma parte vai ser diluída. Agora, eu gostaria de saber qual o montante dessa parte, o que representa isso em 90 milhões, que montante desse valor vai ser diluído nas contas de luz do consumidor.

Essa outra pergunta perdeu o sentido, porque eu gostaria ter feito quando o Senador Jucá estava presente, mas agora S.Exa. está ausente. Criou-se uma falácia de que, na construção das hidrelétricas, automaticamente, a energia brasileira iria baixar. E não é isso o que nós estamos vendo no dia a dia. A nossa realidade é totalmente diferente. Houve as construções das hidrelétricas, e as tarifas energéticas não baixaram. S.Exa. falou muito na construção de hidrelétricas e que iria baixar. Mas, como não está mais aqui, fica sem sentido a minha pergunta, porque ela seria dirigida a ele.

Então, fica a pergunta ao Presidente da ELETRONORTE: que ele me diga qual é o montante que será diluído na tarifa do consumidor do Estado de Roraima.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Agradecemos ao Deputado Petecão a participação.

Feita a pergunta, nós passamos ao segundo interventor, no caso, o Dr. Pedro Pinto, com a palavra.

Já anunciando, na sequência, o Deputado Estadual Flamarion Portela.

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Eu queria aproveitar aqui a palavra do Promotor Ademir, sobre as contas erradas, eu queria falar ao Dr. Flávio que nós temos mais de 400 consumidores com reclamações no DECON. Em 47% dessas reclamações, a Boa Vista Energia reconheceu que houve erro e voltou atrás; quanto ao restante, eles estão relutantes ainda em admitir que as contas vieram erradas, que as faturas vieram erradas. Essas faturas são do mês de março e abril. Quando a Boa Vista Energia cancelou o contrato com os Correios e passou a cobrança pela média, foi um desastre total, ouviu, Dr. Flávio? Foi realmente um desastre o que



aconteceu. Então, só no DECON são mais de 400 consumidores reclamando de superfaturamento. São contas absurdas! Eu estava ouvindo o Deputado Ivo Som. Com toda razão, Deputado, se eu tivesse trazido aqui as contas, as reclamações dos consumidores, com certeza, ia trazer uma mala daquela que o senhor trouxe aqui também. Então, eu acho que a providência do Ministério Público chegou em boa hora. Com o Dr. Ademir, nós vamos fazer essa parceria. Já conversamos aqui também. Pedimos a colaboração da Boa Vista Energia, porque, realmente, foi um problema seriíssimo que aconteceu aqui em Boa Vista e não tem explicação, não existe explicação. O consumidor que tinha um consumo de 200 quilowatts passou a gastar 1.200 quilowatts, 800, 900 quilowatts, quer dizer, um negócio, assim, absurdo, muito fora da realidade. Eu, que já estou há 23 anos na defesa do consumidor, nunca havia me deparado com uma situação dessa. Então, pessoas chegaram a chorar no DECON, porque não tinham como pagar. E a ameaça é aquela: ou paga ou corta a energia do cidadão. Então, é um negócio muito complicado. Nós procuramos a ANEEL, inclusive, falamos com a Ouvidoria da ANEEL, mas parece que a ANEEL está muito mais para as empresas do que para os consumidores. Eu queria, inclusive, falar para o meu nobre Deputado: quando falei que a CPI não ia conseguir abrir a caixa, a caixa-preta, não é que a CPI não tenha esse trabalho maravilhoso! Acho que os senhores estão de parabéns. Este é o momento oportuno. Nós temos de brigar, porque a tarifa, realmente, é abusiva, é a tarifa mais cara do País. Nós fizemos um levantamento com todos os PROCONs, com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, e nós pagamos a tarifa mais cara hoje do Brasil realmente em Boa Vista. Eu acho que uma providência tem de ser tomada. Como eu disse, quando foi anunciado que nós compraríamos a energia da Venezuela através de hidrelétricas, foi realmente uma festa, porque a energia gerada por uma hidrelétrica, claro, é muito mais barata do que uma energia gerada por termelétrica. Mas está aí. Nos estamos pagando todo o Linhão de Guri, quer dizer o consumidor está pagando e sem saber que está pagando — isso é o mais importante. Outra coisa que eu queria citar aqui e deixar registrado é que existem alguns consumidores que são beneficiados. São consumidores carentes que são beneficiados. Aqueles consumidores que consomem até 200 quilowatts, como o Dr. Leocádio falou aqui, eles têm um desconto, têm um benefício do Governo Federal.





Em compensação, esse benefício que é dado pelo Governo Federal é tirado pela Taxa de Iluminação Pública. Há consumidor que sua conta, sua fatura, chega a 12 reais e ele está pagando 24 reais de Iluminação Pública cobrada pelo Município de Boa Vista. Inclusive, até onde eu conheço, a lei municipal diz que a cobrança tem de ser feita pela testada do terreno, e não é feita. Por exemplo, se é um condomínio ou uma estância... Vamos falar de estância, se a estância tem 40 apartamentos, todos os consumidores pagam Taxa de Iluminação Pública. Ou seja, são 40 taxas em um terreno só, que tem só uma testada. Então, são várias coisas que têm de ser repensadas, têm de ser revistas. A Comissão Parlamentar está de parabéns. E nós lá estamos à disposição para qualquer tipo de esclarecimento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Antes de passar a palavra ao Deputado Flamarion, creio que, na fala do Dr. Pedro Pinto, há um item bastante interessante, que esta Comissão não poderia deixar passar.

O senhor afirmou que a Boa Vista Energia está cobrando pela média?

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Não. Cobrou nos meses de março, abril e maio — em alguns casos, maio. Nesses 3 meses houve essa calamidade. Foi realmente um desastre. Esse foi um desastre. Passou um terremoto, e as pessoas tinham medo, tinham pavor. Quando chegava mais ou menos dia 5, dia 6, quando realmente os consumidores recebem a fatura, os consumidores ficavam em pânico. Em pânico, porque sabiam que vinha realmente um bomba. E acontecia. E nós temos lá todos esses documentos registrados, a denúncia dos consumidores, que nós podemos, se os senhores quiserem, nós podemos... Inclusive eu não ia falar sobre esse assunto, porque era tarifa. Mas esse é um caso importante, foi levantado aqui, e nós precisamos dar esse depoimento para que realmente uma providência seja tomada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Bem, feito o esclarecimento pelo Dr. Pedro Pinto, eu já passo essa pergunta para, na sequência responder, a Boa Vista Energia...

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Se verdadeira a afirmação do Dr. Pedro Pinto, esta CPI gostaria de saber se a Boa Vista Energia pagou àquela



empresa terceirizada pela medição da energia nos 5 primeiros meses de 2009, haja vista que, segundo afirmou o Dr. Pedro Pinto, foi cobrado pela média.

Portanto, já fica a pergunta, e eu passo a palavra ao Deputado Flamarion, antes, porém, ouvindo a questão de ordem do Deputado Marcio Junqueira.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Eu só queria — é natural, mas o senhor só não frisou — solicitar à CPI que pedisse ao Sr. Pedro Pinto todas essas informações que ele declarou, por escrito, e mais o que ele pudesse juntar dessas 400 reclamações nesse período.

Seria muito importante para a CPI no sentido de nós, posteriormente, cobrarmos de forma mais clara esse acontecido referente aos meses de março, abril e maio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Solicitação do Deputado Marcio Junqueira atendida por esta Presidência.

Determino à Assessoria da Comissão que proceda ao trâmite, para que o Dr. Pedro Pinto forneça a esta Comissão o material que ele, com árduo trabalho, até agora conseguiu juntar.

Com a palavra o Deputado Flamarion Portela.

**O SR. FLAMARION PORTELA** - Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes; Deputados Federais de Roraima, que eu cumprimento no nome do Deputado Marcio Junqueira; Deputados Estaduais também aqui do Estado, que cumprimento no nome da Deputada Socorro, quero das as boas-vindas aos Deputados de outros Estados. Saibam que os senhores estão em uma terra de gente boa, gente ordeira, gente receptiva, gente bastante hospitaleira. Sintam-se em casa.

Mas, Sr. Presidente, eu queria ouvir o Dr. Flávio Decat e também o Presidente da ELETRONORTE, porque eu queria trazer duas sugestões, Deputado Marcio, objetivas, concretas, porque eu sei que esta CPI vai chegar ao final com resultados fantásticos. E espero que chegue, Deputado Edio Lopes, porque, justiça seja feita, os senhores vão encontrar muitas resistências nesses caminhos que vão trilhar. Eu sei — e V.Exa. sabe do que estou falando — que os senhores vão encontrar muitas resistências, Deputado Eduardo da Fonte, muitas. Mas eu sei que vão chegar, sim.



Então, eu queria especificamente para Roraima, primeiro: que o percentual, Dr. Decat, que é diluído na nossa conta, na conta do cidadão comum, correspondente ao valor que pagamos pela construção do Linhão de Guri, fosse pontualmente especificado na nossa conta de luz. Nós vamos pagar, mês a mês, 50 centavos, 1,2 real, 2 reais, mas que eu soubesse efetivamente quanto estou pagando por esse Linhão de Guri.

O Deputado Petecão fez uma pergunta aqui extremamente procedente. Desses 90 milhões do Linhão de lá, que parte nós estamos pagando? S.Exa. perguntou: *“Qual é o percentual que a sociedade roraimense está pagando?”*. E o Deputado Edio, no início, disse: *“Nós vamos pagar, mas não vamos ter nenhuma ação, porque isso é um patrimônio público”*.

Segunda outra grande sugestão para a CPI: nós temos em Roraima o Líder do Governo, nós temos em Roraima um homem de prestígio nacional. Nós temos em Roraima uma pessoa influente em Brasília. Por que não, Dr. Decat, a ELETROBRÁS, não ELETRONORTE, mas a ELETROBRÁS absorver esse valor e tirar das costas desse povo? Por que não a ELETROBRÁS, até mesmo por influência do Senador Romero Jucá, através de uma medida provisória do Sr. Presidente da República, absorver esse valor e tirar das nossas contas? Porque ele é parte integrante, ele é uma variável, ele é uma componente do preço final da nossa conta.

E eu deixo registrado aqui essas duas... enquanto nós não conseguirmos transferir para a ELETROBRÁS, através de uma medida provisória, que taxativamente cada um de nós saiba quanto estamos pagando por esse valor...

Eu queria só fazer esse registro, porque sei que a CPI vai, sim, dar uma grande contribuição à Nação, e, com certeza, espero que essa contribuição à Nação também em Roraima seja alcançada.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós vamos passar a palavra aos expositores para responder os questionamentos feitos pelos 3 interventores.

E queremos dizer ao Deputado Flamarion que esta Comissão tem, sim, recebido muita, mas muita pressão. A primeira delas foi o esvaziamento da Comissão, mas aqui, até por uma questão de justiça, Deputado Eduardo da Fonte,



eu tenho de dizer ao meu povo, ao povo de Roraima, em especial a V.Exa., que não fosse a ousadia e a persistência e — eu diria — o topete, como dizem lá no Nordeste, do Deputado Eduardo da Fonte, esta Comissão teria acabado quando fez a primeira reunião e se instalou.

E, segundo, o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara — que diante da ameaça do Deputado Eduardo da Fonte de ir ao Supremo Tribunal Federal — honrou o regimento daquela Casa, e ele mesmo designou estes membros que hoje aqui estão.

E, certamente, enfrentaremos tantas outras pressões, mas o objetivo desta Comissão é tão grande, que essas pressões certamente serão levadas como foram as que apareceram até então.

Com a palavra o Presidente da Boa Vista Energia e, na sequência, o Presidente da ELETRONORTE.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Alguns pontos... O primeiro ponto, Sr. Presidente, se permite, eu gostaria de oferecer a esta Comissão todas as respostas dadas aos consumidores que fizeram as reclamações no DECON. São 400 consumidores — o Dr. Pedro Pinto vai dizer, vai mandar as contas. E eu gostaria também de agregar as respostas que a empresa deu, que eu vou, então, encaminhar para a CPI, se o senhor assim concordar. O segundo ponto é a questão que o Dr. Pedro Pinto menciona de que a nossa tarifa é a mais cara do Brasil. Não é. Esse próprio... A *Folha de S.Paulo* que aqui foi distribuída pelo senhor mostra que nós não estamos entre as 10 primeiras. Estão aqui as 10 primeiras. Nós somos hoje a de número 23. Se puder colocar ali uma...uma...

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Mas é verdade...(Inaudível.)

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Não é 50. Ele acha. A tarifa mais cara é a de 41,4 centavos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO DA FONTE** - E por que é 45?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Não, são duas coisas. Essa é a tarifa sem imposto. Em cima da tarifa, vêm os impostos. Então, dentro da tarifa, 41,4 é a tarifa definida pela ANEEL. Com esses 41,4, vem a nossa, que é 35,5, hoje. Com a redução de 12%, que vai ser feita agora em novembro, nós vamos para a de número 43. Com relação... Isso é a tabela da própria ANEEL, que pode ser encontrada no



site da Agência Nacional de Energia Elétrica. A outra questão que foi colocada aqui é a questão dos impostos. O ICMS aqui do Estado de Roraima é 17%, mesmo *flex*, sem nenhuma variação. Agora, em cima dessa tarifa de 35, vêm os impostos. Há os impostos. O ICMS é 17%, o PIS/COFINS tem uma alíquota de 9,25% e há imposto de Renda de 34% no cálculo da remuneração regulatória, o que leva a que o peso dos impostos na conta de energia seja de 39%. Ou seja, para cada 100 reais que são pagos, 39 são impostos e encargos; 7 é o custo da transmissão; 29 é o custo da energia, é o custo da geração, e 25 é o que vai para a empresa Boa Vista Energia. Essa é a equação da conta de impostos e insumos da tarifa do consumidor de Roraima. O Deputado Flamarion me honrou com uma pergunta: *“Por que a ELETROBRÁS não banca isso?”*. A ELETROBRÁS não pode bancar. A ELETROBRÁS é uma empresa acionista, empresa de capital aberto, tem acionistas no Brasil, no mundo inteiro. Ela é regida pela Lei das S.A. Ela não pode bancar esses custos.

**O SR. FLAMARION PORTELA** - O Tesouro, então.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - O Tesouro? Há duas maneiras de subsidiar a conta de energia, uma é pelo próprio consumidor brasileiro. Por exemplo, a CCC é bancada por todos os consumidores brasileiros. Portanto, é o consumidor bancando esse subsídio. O Luz para Todos é bancado por todos os consumidores brasileiros, e também é subsidiado. O outro subsídio é pelo consumidor, é um imposto federal, que é, então, rateado com todo mundo. Se o Tesouro bancar, é o contribuinte brasileiro que está bancando.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Mas aí existe um contrassenso, Sr. Presidente, porque, ao mesmo tempo em que o Tesouro não pode bancar, como foi proposto pelo Deputado Flamarion, a população pode bancar o leão da Venezuela. Quer dizer, nós não somos consultados e somos, de forma impositiva, obrigados a pagar o fornecimento de energia de um outro país e, ao mesmo, não recebemos a complacência do Governo. Então, é de fato imperativo que nós discutamos isso de forma mais profunda, mais madura, porque, até agora, só quem está sendo prejudicado aqui é o consumidor brasileiro.



**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Eu disse que a ELETROBRÁS não podia manter. O Tesouro pode. É uma decisão do Governo Federal. A ELETROBRÁS não pode por força legal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Falta o senhor responder se a Boa Vista Energia cobrou pela média nos 5 primeiros meses do ano.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Cobrou. Na realidade, foram 2 meses. E quem entregou a conta, nessa ocasião, foi o próprio Correio, porque ainda havia um resto do contrato, e o restante foi distribuído pela própria empresa, porque era o tempo necessário para fazer a licitação pública para contratar a nova empresa.

**O SR. FLAMARION PORTELA** - Sr. Presidente, e a janelinha de quanto nós vamos pagar, cada um de nós, pelo valor... cada conta vai pagar pelo valor diluído da linha de transmissão de Guri que cada consumidor iria pagar. Se dá para ele fazer na conta, para nós sabermos: "Vou pagar 1 real, vou pagar 2,20, vou pagar 10". Cada um, se eu posso ter uma janela, lá na conta especificamente, para saber quanto eu pago pelo Linhão.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Podemos até fazer a conta, porque, na realidade, para cada 100 reais, 29 dizem respeito à geração de energia. Essa geração de energia é comprada a cento e trinta e poucos reais da ELETRONORTE. E, desses cento e trinta e poucos, quanto é o Linhão? Qual é o percentual?

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Basicamente (*ininteligível*.)

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - É um ótimo negócio para a Venezuela.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Não tem nada com a Venezuela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Bem, ainda insisto na questão da cobrança pela média. O senhor afirma a esta CPI que a Boa Vista Energia não pagou à empresa pelo trabalho de aferição de energia, durante os 5 meses em que as contas de energia foram feitas pela média, conforme afirmou o Dr. Pedro Pinto?

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Não, não pagamos. O que nós pagamos é a distribuição. A distribuição foi feita pelo Correio, na ocasião, e pagamos ao Correio pelo nosso próprio pessoal. Depois, sim, é que começaram a vir as contas no devido tempo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Esta Presidência requer à Boa Vista Energia que encaminhe, no prazo que será estabelecido — e faremos isso de forma oficial —, cópia do contrato da empresa, tanto o contrato antigo com os Correios, como o contrato atual com a empresa que presta esse serviço hoje à Boa Vista Energia.

Com a palavra o Deputado Ilderlei Cordeiro.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria subscrever o pedido do Deputado Flamarion, no que diz respeito à informação do valor que cada contribuinte roraimense está pagando pela construção do Linhão de Guri. E, aí, quero acrescentar que seja informado tanto o valor que diz respeito ao lado venezuelano até a cidade de Santa Helena, como do lado brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Creio que a proposta do Deputado Flamarion deverá fazer parte de uma grande proposta desta CPI, porque, na verdade, a formação da conta de energia elétrica neste País é um negócio tão emaranhado, tão nojento, que até hoje ninguém conseguiu explicar nesta CPI. Mas esta CPI vai chegar lá. É algo tão enrolado, com termelétrica, que não gera energia, que cobra energia, com... A Argentina, que nem a usina tinha, recebeu do Brasil anos pelo fornecimento de uma energia — e nem usina ela tinha.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - E, no meio de tudo isso, estamos nós. Então, eu creio que a proposta do Deputado Flamarion é bem-vinda. E ela certamente fará parte de um grande pacote, que será produzido por esta Comissão para nós reorganizarmos o setor de tarifa energética neste País.

Com a palavra o Deputado Ilderlei Cordeiro.

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes, primeiro, quero agradecer a Deus por estar aqui hoje na primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir um ponto tão importante, que é justamente a iluminação pública como um todo, tanto residencial, como comercial, como também as iluminações públicas, como foi falado.

Mas quero parabenizá-lo, Deputado Edio Lopes, pelo seu requerimento convocando esta CPI para cá; parabenizar pelo seu empenho, pelo seu trabalho, lá em Brasília, querendo, cada vez mais, esclarecer ao seu Estado essa conta de luz,



que tanto V.Exa. fala que está escura. Mas é uma caixa-preta que nós vamos abrir e vamos achar, se Deus quiser.

Parabéns, Deputado Edio Lopes; parabéns Deputado Marcio Junqueira, que é um grande lutador também indefensável do povo de Roraima, também conosco em Brasília, sempre discutindo e brigando na tribuna da Casa, sem medo e abrindo os peitos contra este Governo, querendo explicação de tudo que acontece.

E também não é diferente com o nosso querido amigo Urzeni, do PSDB, colega da Oposição, mas de uma oposição responsável, querendo o melhor para o Estado, querendo o melhor para o País. Para mim, é uma satisfação muito grande estar aqui, pela primeira vez, em Roraima, conhecendo um pouco o Estado de V.Exas., e, infelizmente, vindo conhecer vendo as dificuldades que o povo tanto passa aqui, sem explicação sobre o que paga, com tanto suor, com o seu trabalho — a conta de luz.

Parabéns também ao Governador Neudo Campos, que tanto lutou para conseguir... Há essa dificuldade por que passa a população, que hoje, sem explicação quase nenhuma, está pagando duas vezes esse Linhão, porque paga pelo empréstimo e paga pela manutenção. Então, queremos a explicação de tudo isso também, Sr. Presidente.

Quanto à pergunta que o Deputado Sergio Petecão fez: quanto é que o povo está pagando e já pagou, é o que vamos ter de ver aqui, para a população de Roraima, que ainda está pagando duas vezes, e paga a manutenção também. Então, temos de ter uma explicação urgentemente dessa situação, porque o povo de Roraima não pode ficar nessa situação de pagar uma conta que o fim talvez nunca chegue. E, infelizmente, temos de deixar esses linhões para outro país e não para nós.

Parabéns também ao Deputado Luciano Castro, que nos acompanhou. Infelizmente, S.Exa. teve outros compromissos e precisou sair, mas está lutando em Brasília, também defendendo o povo de Roraima, sem condição nenhuma de discutir uma situação tão grave como essa. Infelizmente, o Deputado não está na CPI, mas está ajudando a construí-la também.

Mas, quanto às minhas perguntas, Deputado Edio, já fui contemplado por V.Exas., cobrando, reivindicando, perguntando, pedindo explicação, porque o povo





tem realmente de saber da realidade do que paga tão caro. Mas o que eu ia pedir V.Exa. fez agora, com o último pedido, que era justamente esses contratos que havia com os Correios, porque temos de saber quanto o Correio recebia, quanto essas empresas terceirizadas, privadas, estão recebendo, saber se há aditivo. Queremos ver também todos os contratos que foram realmente feitos nessas empresas que fazem esse levantamento.

De antemão, como eu falei, fui contemplado com todas as perguntas. As perguntas que os senhores fizeram aqui me ajudaram a engrandecer cada vez mais o que tenho pelo Acre, porque no Acre não é diferente, há muita coisa lá também para ouvirmos dos nossos queridos convocados para falar a realidade e achar a solução que o povo tanto quer: pagar por um coisa justa, não por uma coisa tão injusta como está sendo cobrada na conta de luz do nosso País.

Seria isso.

Contem comigo. Vamos estar em Brasília trazendo solução para o povo brasileiro, em especial daqui de Roraima, representado por uma bancada tão importante como a que está aqui hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Muito obrigado, Deputado Ilderlei Cordeiro. Roraima é que se sente honrada com a presença de V.Exa.

Aproveitamos para passar a palavra à ilustre Deputada Estadual Socorro Simões. A presença feminina nesta tarde, nesta Comissão, certamente engrandece os trabalhos desta CPI.

**A SRA. SOCORRO SIMÕES** - Boa tarde, Sr. Presidente. Parabéns a esta CPI, que Deus os abençoe e fortaleça o empenho de cada um dos senhores. Mas a minha é a pergunta que o povo quer fazer: se esse dinheiro, essa diferença cobrada nesses últimos 6 meses, vai ser devolvido e se vai ser devolvido a todos os moradores de Roraima.

Muito obrigada.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Esse assunto é caso a caso, Deputada, se me permite, Presidente. É caso a caso, e, identificado o erro, ele é devolvido. Cada consumidor, segundo a regra, comparece à empresa, a empresa faz a avaliação. Esses 400 casos que o Dr. Pedro Pinto mencionou, por todos eles a



empresa responde, por cada um deles. E, constatado, devolve. Eu não tenho ideia, mas vamos mandar para a CPI, caso a caso, todas as respostas que a empresa deu.

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - Sr. Presidente, só para concluir a pergunta da Deputada, queria perguntar ao Presidente Flávio Decat, já que a empresa vai devolver esse dinheiro para o povo — e é de direito dele, com certeza, o senhor vai ver a realidade —, se esse dinheiro vai ser devolvido com juros e correção monetária, porque o povo paga juros se atrasar o pagamento.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Isso é feito na ocasião, Deputado. Isso não ficou acumulado. Foi feita a reclamação, o consumidor foi lá e, definido que havia algum ressarcimento a ser feito, esse ressarcimento foi feito. Nisso, nós não ficamos dependendo de nada. É feita uma inspeção, e o ressarcimento é feito.

**O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO** - O ressarcimento pode ter sido feito ou ainda ter de se fazer, mas o povo pagou em dinheiro há mais de meses e não tem juros, não tem correção. Mas, se atrasar a conta de luz, tem de pagar juros. Quero saber se vai ser devolvido com juros e correção.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Isso é compensado em conta. Não é isso? É a regra da ANEEL. Não inventamos nada.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Pela ordem, Deputado Cameli.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Eu acho que nós, Deputados Federais — isso é até bom deixar muito bem claro nesta CPI —, aqui somos representantes legítimos da população brasileira. Então, acho que temos de realmente ver como essas leis estão funcionando, porque, a partir do momento que se pagar juros e correção monetária e não haver o retorno, temos de realmente ver como estamos legislando com essas leis no Congresso Nacional.

O Deputado Ilderlei Cordeiro tem razão, estou aqui para reiterar, e a senhora também, Deputada.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Queremos, antes de atender a questão de ordem, registrar a presença do ilustre Deputado Rodolfo de Oliveira Braga, que muito nos honra com sua presença.

Pela ordem, Deputado Urzeni Rocha, Relator desta Comissão Setorial.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Sr. Presidente, Deputado Edio Lopes, acho que o debate está sendo extremamente positivo e, sem dúvida nenhuma, vamos sair daqui enriquecidos com informações extremamente importantes, para que, no final desta CPI, Deputado Ilderlei, possamos apresentar ao Brasil uma proposta que seja realmente justa para a população brasileira, no que tange à formatação da tarifa elétrica.

Mas é preciso, e eu estava perguntando agora para o Dr. Flávio, que a conta de luz... É preciso discutir, debater isso, para nós sabermos também a questão... Quando se recebe uma conta de luz, lá vem a tarifa do consumo e, lá em baixo, a tarifa de iluminação pública, que, a meu ver — e acho que todos devem pensar da mesma maneira —, é um fator que eleva muito a conta de luz, como a de água também. O Dr. Evandro está aqui. Por exemplo, nós pagamos uma taxa de 100 reais de água, e 80% é taxa de esgoto. Então, a Taxa de Iluminação Pública, eu acho que é um fator que eleva.

Então, gostaria de perguntar ao Sr. Flávio Decat como é feita essa conta, porque a conta é feita pela Prefeitura. Correto? A apresentação da conta. Quem paga é o consumidor, nós é que estamos pagando. Vamos supor que nós consumimos 100, e aí, lá no final, com a Taxa de Iluminação Pública, pagamos 150. Então, como é feita essa conta, para sabermos o consumo da iluminação pública, para que, no final, o consumidor pague aquela taxa também, que é um fator de elevação da conta de tarifa de energia.

Gostaria que V.Sa. me respondesse se os senhores têm essas entidades, tanto a companhia de energia, como as Prefeituras no Brasil todo — e vamos debater isso no Brasil todo —, se há alguma forma de chegar a essa conta final, com a tarifa de iluminação pública, que é absurda, que é cara, que encarece a conta de energia na hora que a pessoa vai pagar. Aí, a companhia diz “Não, eu não tenho nada a ver com isso, isso é problema da Prefeitura”?



Então, queremos saber isso aí também, porque, quando o consumidor vai pagar, ele paga tanto o consumo de energia como a tarifa de iluminação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós acatamos a sugestão do Relator e solicitamos a devida anotação, para que esta CPI possa requerer também informações quanto à questão da Taxa de Iluminação Pública.

Dr. Pedro Pinto.

**O SR. FLAMARION PORTELA** - Sr. Presidente, por favor. O Deputado Sergio Petecão perguntou ao Presidente da ELETRONORTE qual seria o percentual desse volume do Linhão de Guri que está sendo diluído em nossas contas. Ele disse que é parte disso. Essa parte é 10, é 20, é 40, é 60? Precisamos saber quanto isso está sendo diluído em nossas contas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Obrigado pela lembrança, Deputado Flamarion.

Passa-se a pergunta à ELETRONORTE.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Obrigado. Bem, não tenho em termos de percentuais, porque aí teria de haver uma composição ELETRONORTE/BOVESA etc. Mas eu acho que, com o pedido da CPI para levantar esses dados e encaminhar, eu acho que aí a gente vai ter um número mais preciso. Agora, neste momento, eu não teria esse número para lhe informar.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Pela ordem, Deputado Maurício Quintella.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - É uma pergunta direta ao Presidente Flávio Decat.

O senhor é presidente não só da companhia de Boa Vista, mas também da CEAL, companhia de Alagoas; e me parece que de outras companhias federalizadas. Portanto, é um homem respeitado, conhece a cadeia de energia elétrica como poucos neste País.

Eu queria fazer uma pergunta, que vou fazer lá em Alagoas. E vou fazê-la especificamente aqui em Roraima.



Da altura do seu conhecimento, da sua experiência, a margem para a queda na tarifa de energia elétrica aqui no Estado de Roraima... Se a margem... Na sua opinião, onde é que estaria essa margem? Onde é que a CPI deveria trabalhar para buscar um resultado realmente efetivo, para que houvesse a possibilidade de queda da tarifa aqui no Estado?

É a carga tributária que nós devemos atacar? É a questão operacional, que, eu não tenho dúvida, já está sendo atacada? Porque, se as federalizadas reverteram um débito de 1 bilhão e 200, em 2007, para... em 2008, para um lucro de 50 milhões, sem dúvida nenhuma esse modelo de gestão implantado pelo Presidente Lula está dando certo no País. Do ponto de vista operacional, não de ponto de vista de queda de tarifa.

Nós estamos acompanhando, no País, uma segunda revisão tarifária, que está proporcionando, nominalmente pelo menos, sem fazer aqui uma análise de inflação, do que foi aumentado no passado... Mas nós estamos acompanhando uma queda de tarifa em alguns Estados brasileiros.

Isso se deve, também, à eficiência da operação? Onde a CPI, na opinião do senhor, deve atacar para buscar reduzir a tarifa de energia elétrica aqui no Estado de Roraima?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Antes de responder, a fim de dinamizar os trabalhos, Dr. Pedro Pinto.

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Eu queria fazer só uma observação. Quando falaram sobre a devolução do dinheiro... O consumidor paga uma conta indevida, e a empresa não devolve o dinheiro *in cash*. Ou seja, esse dinheiro é compensado em uma outra conta, inclusive desrespeitando o Código de Defesa do Consumidor, que diz que, quando a cobrança é feita indevidamente, o dinheiro tem que ser devolvido em dobro. Isso está acontecendo. Inclusive, aconteceu nessas contas que foram faturadas pela média. Detalhe importante (eu acho que é a minha última participação): eu acho que o xis da questão está na ANEEL. A nossa maior dificuldade, em todo o País, dos órgãos de defesa do consumidor, quando o problema... quando se trata de energia elétrica, é que simplesmente as empresas dizem o seguinte: *"Nós estamos obedecendo a regulamentação da ANEEL. Isso é determinado pela ANEEL"*. E a ANEEL — já foi provado pelo Sistema de Defesa do



Consumidor — não é uma agência que defende o consumidor. Ela defende as empresas. E os senhores da Comissão... Esse trabalho fantástico que vocês estão fazendo... Eu tenho 23 anos trabalhando em defesa do consumidor. Se vocês não baterem forte na ANEEL... Essa é a palavra correta. Têm que bater forte. Prestem atenção na Resolução nº 456 e na Resolução nº 466, que está vindo por aí. Para os senhores terem uma ideia, hoje, se queimar... Eu estava numa audiência pública na ANEEL, no ano passado, e eu passei mais de meia hora falando disso. Eles me deram cinco, e eu fiquei mais de meia hora. Por quê? Porque só tinha um órgão de defesa dos consumidores do País representando os consumidores, que eram aqui de Roraima. Eu estava dizendo para eles: quando você queima um eletroeletrônico, eles têm 30 dias para lhe dar uma resposta, que pode ser negativa ou positiva. Enquanto isso, você fica sem geladeira, sem ar-condicionado. Não pode mandar consertar por sua conta, porque, se você mandar consertar, você perde o dinheiro. Então, é um absurdo o que a ANEEL faz com os consumidores, em favor das empresas. Não há respeito. E mais: eles não querem respeitar o Código de Defesa do Consumidor, que é uma lei federal. É uma lei que realmente é própria de relação de consumo, específica de relação de consumo e que tem de ser respeitada neste País. Então, era isso que eu tinha que deixar aqui. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Para responder ao Deputado Quintella.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Deputado, na verdade eu sou Presidente da CEAL também e deixei de estar hoje num importante seminário no Estado de Alagoas para atender aqui a convocação da CPI. Alagoas também vai ter uma redução tarifária importante, da ordem de 17%. A questão da tarifa realmente é difícil, mas eu diria que alguns pontos são relevantes para serem abordados. O primeiro deles, efetivamente, são impostos. Não é possível que 40% sejam a carga tributária paga pelo consumidor. Na Inglaterra é de 4%. Só aí tem um benefício importante, que pode ser conseguido. O segundo aspecto, que às vezes é muito relevado, é perda de energia. Aqui em Boa Vista a perda é baixa, mas na CER a perda é enorme. Quanto é, Raul? Quarenta por cento? *(Pausa.)* Quarenta por cento...

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Em Alagoas é 30%.



**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - ... da energia que a CER compra são perdidos. Por razões técnicas, devem ser uns 10%, 12%; o resto é roubado ou não pago. Então, no item “perdas”, isso é um escândalo nacional. Isso é um problema seriíssimo. E parte dessa perda quem paga é o acionista, mas parte dela quem paga é o outro consumidor. Então, esse é um item que pode ser explorado de fato. A outra é a questão da regulamentação dos sistemas isolados, que são os sistemas do Norte do Brasil, que até então eram sistemas... A MP nº 466, que está no Congresso Nacional, visa regularizar isso. Todos os modelos que foram conduzidos, tanto o modelo tradicional... Os cabelos brancos aqui, Deputado, mostram que eu participei de todos. De maneira que eu conheço todos — tanto o modelo na época do Presidente Fernando Henrique, quanto o modelo na época do Presidente Lula, da Ministra Dilma. Todos eles deixaram de lado os sistemas isolados. Por quê? Porque eram 5% do consumo nacional. E a grande confusão para regulação... É difícil, porque tem indústria, tem comércio. A grande confusão estava lá no Sul/Sudeste. Pela primeira vez está-se regulamentando os sistemas isolados. E está-se regulamentando de uma forma que vai permitir ao consumidor do Norte pagar pela energia a mesma coisa que o consumidor do Sudeste, Sul e Nordeste pagam. Ou seja...

**O SR. JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA MARINHO** - *(Ininteligível)*. Não vamos comparar Roraima com São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Lopes) - Vamos...

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Hoje paga mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Lopes) - Plateia, com todo respeito, sabemos...

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Hoje paga mais. Então, pela primeira vez isso vai ser regulamentado de uma forma correta, de uma forma adequada, justa. Então, a MP nº 466 é um ponto relevante para ser discutido também. E a outra é um desequilíbrio que o modelo traz, que eu mencionei aqui rapidamente, que é o seguinte: os Estados mais difíceis são os que têm uma empresa mais cara. Boa Vista tem boas agências, é uma cidade só etc. Mas Alagoas, do Deputado Quintela... Alagoas tem, se não me engano, 101 Municípios. A CEAL não tem nenhum representante na metade dos Municípios, o que significa que, para atender



um consumidor em um município, tem de sair de outro. Possivelmente, a CER aqui também não tem atendimento na maioria dos Municípios. Isso é uma coisa importante. Quer dizer, pelo modelo, nós temos que ter uma empresa enxuta aqui, nos mesmos moldes de uma empresa do Paraná. Então, há que haver um mecanismo, qualquer que seja, de distribuição disso pelo País. De maneira que o Estado que é fisicamente menos aquinhoado, que exige um sistema mais caro, que exige uma empresa mais cara, naturalmente mais cara... Por exemplo, o Amazonas, aqui do lado, tem 92 Municípios... tem 62 Municípios, não tem estrada, é tudo caro, a óleo, não pode ter uma empresa que seja autossustentável. Tem que haver um mecanismo de troca. Então, esses são os pontos que eu acho que são relevantes.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu só queria acrescentar o seguinte: o senhor citou aqui... Entendo a indignação, comparando a nossa região com outras regiões. Lógico que nós sabemos, através das explicações e das informações, que hoje nós pagamos até uma tarifa mais barata em relação aos outros Estados. Mas a situação econômica da nossa região também é muito diferente. Nós temos índices de desemprego aqui...

Eu pergunto ao senhor: como é que uma pessoa sem dinheiro vai pagar conta? Se ela não tem o dinheiro, ela não tem como pagar. Não tem. A conta veio: 10 reais. Mas eu não tenho os 10 reais. Eu não posso pagar. Ou eu vou assaltar, vou roubar para pagar? Não tem como.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Eu acho que essa discussão, Deputado, não é o foco da Comissão.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Não, Deputado. Eu preciso, sim... Eu acho que é importante para a CPI deixar claro para, no caso, a distribuidora que nós vivemos uma realidade diferente da do restante do País.

Então, eu só queria acrescentar isso e ainda colocar para o senhor que muito se fala do sistema isolado, dessa interligação. Mas o senhor sabe, eu sei — e é importante que a população saiba — que até hoje não foi levantada uma torre sequer de Tucuruí em direção a Manaus ou a Santarém, e muito menos a Roraima.

Portanto, no ritmo das obras do PAC, nós não podemos esperar fazer parte desse sistema nos próximos 10 anos. Eu sinto muito. Eu não acredito. Não vejo





como, com a legislação ambiental. Então, nós não podemos criar falsa expectativa para a nossa população.

O Deputado Maurício Quintella colocou com muita propriedade: nós podemos imaginar, pensar numa redução tarifária? Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Deputado Marcio Junqueira...

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Era importante colocar, Deputado Edio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Mas é importante aqui, Deputado, no meu ponto de vista, perguntar, para nós termos informação. Esse tipo de discurso que nós estamos fazendo aqui não contribui para formatar e para nós entendermos o que é tarifa energética neste País.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Mas, Deputado Edio, até agora não foi respondido absolutamente nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Então pergunte de forma objetiva, para que ele possa responder.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - É exatamente por isso que estou colocando. Estou tão somente reforçando, até na condição de Relator, colocando para eu poder, no nosso relatório, deixar claro que aqui na nossa reunião a ELETRONORTE, junto com a ELETROBRÁS, não conseguiu colocar, de forma plausível, nenhuma solução.

Eu entendo a sua preocupação. Quero aqui, inclusive, louvar o seu pragmatismo. Mas insisto em que nós temos de explorar ao máximo a nossa reunião.

**O SR. IVO SOM** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Deputado Ivo Som... Se for para fazer pergunta, e de forma objetiva, Deputado.

**O SR. IVO SOM** - Obrigado, Presidente. É isso mesmo. Eu vou fazer uma pergunta breve, rápida, para tirar uma dúvida dos consumidores, ao Dr. Flávio Decat, Presidente da Boa Vista Energia: se o contrato dos Correios... Isso foi também perguntado pelo Presidente da CPI, Eduardo da Fonte. Se o contrato dos Correios, mês, era R\$80.079,35, no período de 18/02/2004 a 15/02/2009, equivalente a 5 anos. Cinco anos de contrato firmado, que era esse. A nova



proposta enviada pelos Correios não foi aceita: R\$138.222,11. Valor mensal. Fica em aberto. Fica para a CPI. Como é que pode ser aceito a outra empresa prestar serviço melhor do que os Correios, com um contrato menor do que a proposta aceita pela dos Correios, que tinha anteriormente, de 5 anos? Cadê a qualidade? Onde vai estar exposta a sociedade, de forma verdadeira, para ter uma energia de qualidade e as suas contas chegarem no período certo?

Eram essas as minhas perguntas. Quero dizer que o povo não pode pagar a conta. Quem vai ter que pagar, como disse o Pedro Pinto... Qualquer denúncia registrada no PROCON e que seja provada... Como já tem mais de 400, a empresa tem que lembrar que vai ter que ressarcir, de uma forma ou de outra.

Então, eram essas as minhas colocações. Por que não foi renovado diretamente com os Correios e com a empresa terceirizada, talvez podendo prestar um pior serviço do que o dos Correios? É a pergunta feita ao Presidente da Boa Vista Energia, Flávio Decat.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. IVO SOM** - Ah, vai responder primeiro a do Deputado Marcio. Tudo bem. Fica a critério do Presidente da CPI.

Muito obrigado, Presidente, pela atenção.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Sim, tem a permissão, Sr. Presidente.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Só vou fazer um comentário sobre a questão da linha de interligação Tucuruí-Macapá-Manaus. Pelo novo modelo... E aí é aquilo que o Dr. Flávio colocou: esse modelo vige no sistema interligado. Toda concessão, seja de geração, seja de transmissão, vai a leilão público. Então, a linha Tucuruí-Macapá-Manaus foi dividida em 3 trechos: um trecho entre Tucuruí e Oriximiná; um trecho Oriximiná-Manaus; e outro Oriximiná até Macapá. A ELETRONORTE foi vencedora no leilão do trecho Oriximiná-Manaus, e uma empresa privada de capital estrangeiro foi vencedora dos 2 outros trechos. Então, esta semana agora nós estamos já em audiência pública para obter a licença de instalação.



**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Mas nenhuma torre foi levantada aqui.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - A previsão nossa, pelo contrato de concessão, é em dezembro de 2011 estar com essa linha...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Não. A primeira torre é o senhor que está dizendo. Eu estou dizendo que a previsão nossa é dezembro de 2011 estarmos com a interligação entre Tucuruí-Manaus-Macapá concluída.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Em 2011.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Sras. e Srs. Deputados, nós temos uma agenda a cumprir e já estamos caminhando aqui para os finais.

Eu creio que as informações, ou a falta delas, vão ajudar muito esta Comissão, porque é tão importante para nós ter informação quanto, às vezes, ela vir de forma truncada. Cada vez mais isso vai aguçar o trabalho desta Comissão.

Mas eu queria... Antes de passar a palavra aos participantes para algumas considerações que julgarem necessárias, eu queria dizer ao Presidente da Boa Vista Energia que nós que vivemos aqui... O senhor vive no Rio de Janeiro. Obviamente, com os meios de comunicação que tem, o senhor acompanha diariamente o andar da empresa. Mas essa história de devolver o dinheiro daquelas contas absurdas... Isso talvez seja um caso ou outro.

Eu tenho aqui na plateia uma senhora, Sr. Presidente — está bem aqui nesta plateia —, que pagou durante 6 meses uma conta de luz que não oscilou mais do que 10%. Ela começou pagando 210, e o máximo que ela pagou foi 228. De repente, ela recebeu uma conta de 996 reais. E sabe qual foi o tratamento da empresa com essa consumidora? Mandar aferir na casa dela para ver se tinha alguma coisa errada. Cobraram, ainda, uma taxa por esse serviço. E o que ofereceram a ela foi uma *(ininteligível)* de dívida e parcelar.

Portanto, eu gostaria de acreditar nessa boa intenção da Boa Vista Energia e que a Boa Vista Energia assumisse com esta Comissão que nos próximos 30 dias vai reexaminar toda conta de luz que oscilou mais de 10% nos últimos 6 meses. Eu gostaria de ouvir isso da Boa Vista Energia. Eu gostaria que a Boa Vista Energia



assumisse este compromisso com esta Comissão: que de janeiro até junho toda conta de energia elétrica que oscilou mais de 10% será objeto de reexame, com o acompanhamento do Ministério Público, que, eu tenho certeza, tem disposição e está pronto para acompanhar esse trabalho, e do DECON aqui do Estado de Roraima. Aí, sim, nós poderemos acreditar que a Boa Vista Energia saiu do discurso, saiu do que ora é erro, do que ora acha que é, do que ora supõe que é e passou a acompanhar a questão de fato. Eu gostaria de fazer essa proposta, em nome desta Comissão Parlamentar, à Boa Vista Energia.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Proposta aceita, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Então, nos próximos 30 dias, Ministério Público e DECON, num trabalho junto com a Boa Vista Energia, irão acompanhar o reexame de toda conta de energia que, de janeiro a junho, oscilou acima de 10% da média.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Positivo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Esta CPI tem um prazo de duração de 120 dias. E, com certeza, nós teremos tempo de receber esse relatório da Boa Vista Energia, DECON e Ministério Público.

Dr. Ademir.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Só uma questão de ordem, Presidente, para que seja encaminhado para o Ministério Público, e acredito que também para o DECON, a relação desses consumos todos, para que nós façamos o acompanhamento de caso a caso, de situação a situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós gostaríamos de propor ainda ao Presidente da Boa Vista Energia que fizesse publicar nos principais jornais deste Estado um aviso, chamando o consumidor que teve essa conta de energia oscilando, porque não é possível... Eu tenho o caso, Presidente da Boa Vista Energia, de uma consumidora da Assembleia que nunca pagou mais de 600 reais, e de repente ela recebeu uma conta de 2.900 reais. E o que ofereceram a ela foi parcelar ou cortar a energia daquela senhora. Então, nesses casos aqui, não é possível.... Nós estamos tratando aqui de casos concretos, de coisas que estão acontecendo em todas as casas desta cidade. Não é possível admitirmos, consentirmos e nos calarmos com essa situação.



Portanto, fica aqui a proposta. A CPI vai oficialar esse compromisso ao Ministério Público, ao DECON e à Boa Vista Energia. E vamos esperar o resultado dessa proposta assumida pelas 3 entidades aqui.

Com a palavra o Dr. Pedro Pinto e depois o Relator, Deputado Urzeni.

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Sr. Presidente, eu quero solicitar à Boa Vista Energia que esse trabalho já comece com as respostas negativas que nós temos no DECON. Ou seja, mais ou menos 300 consumidores que tiveram a resposta sendo negativa. Ou seja, a Boa Vista Energia insistindo em que a fatura estava correta. Então, nós já podemos, inclusive, começar esse trabalho com esses consumidores que estão lá com essas contas, com essas faturas pendentes, inclusive.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Nós vamos rever todas essas análises feitas. Se forem incorretas, vão ser revistas; se forem corretas, vão continuar como estão. Mas vamos fazer isso rapidamente. E vamos encaminhar aqui para a CPI também toda essa relação desses meses todos, nessa linha.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Sr. Presidente, está aceito da nossa parte, do Ministério Público. Estamos à disposição para fazer esse acompanhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Relator.

**O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO** - Presidente... Deputado Urzeni, uma questão de ordem aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - O Deputado Relator tinha pedido a palavra, depois o Deputado Petecão e na sequência o Secretário da Fazenda.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Pode falar o Deputado Petecão.

**O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO** - Presidente Edio, eu gostaria que amanhã, lá no meu Estado, nós tomássemos as providências no sentido de convocar o PROCON do meu Estado e o Ministério Público do meu Estado, devido à importância dessas 2 instituições aqui neste debate. Então, eu gostaria que amanhã nós tomássemos as providências cabíveis para fazer esse convite, se não foram convidadas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós informamos ao Deputado Petecão que não creio ser possível a convocação, haja vista que a convocação tem de ser objeto de requerimento por escrito, tem um prazo e tem de passar pelo Plenário da Comissão. Mas isso não nos impede, Deputado Petecão... E eu estou testemunhando a sua preocupação do quanto é importante a participação do Ministério Público e do DECON, reais defensores da sociedade brasileira hoje, da participação desses 2 órgãos no seu Estado.

Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que fizesse o convite a essas 2 instituições, mesmo que de maneira informal. E certamente, como admitimos aqui Deputados e Vereadores participarem desta audiência pública, no Acre não seria diferente. E certamente o Ministério Público e o DECON, lá no Acre, teriam muito e muito a contribuir com esta Comissão, a exemplo dessas 2 magníficas instituições aqui no Estado.

Com a palavra o Sr. Leocádio Vasconcelos, cearense, Presidente do CTG de Roraima. Ainda patrão do CTG? (*Pausa.*) É o único Estado brasileiro em que cearense é patrão de CTG — aqui em Roraima.

**O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO** - Sr. Presidente, a assessoria da nossa CPI comunica que já foram convocados. E eu agradeço a sua gentileza de nos fornecer a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - O.k. A eficiência da nossa assessoria é extraordinariamente perfeita.

Com a palavra o Secretário da Fazenda, Dr. Leocádio Vasconcelos.

**O SR. ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO** - Muito obrigado pela referência ao CTG. Aproveito a deixa para convidar a todos para a Semana Farroupilha, que começa amanhã. Mas, Presidente, na condição de cidadão e consumidor, também, de energia, na linha da composição da tarifa de energia, causa-me um certo desconforto — e isso não é de hoje; é desde que começou a acontecer — esse fato de estarmos pagando o investimento do Linhão em nossas contas. Segundo o ordenamento político brasileiro, Sr. Presidente, o Estado, em suas diversas esferas — União, Estados e Municípios —, quando realiza alguma obra pública que valoriza um bem privado, pode cobrar do proprietário daquele bem beneficiado, valorizado uma figura tributária chamada contribuição de melhoria, o



que não é o caso aqui. Nós estamos pagando pela compra, pela aquisição de um patrimônio que não é particular — é da ELETROBRÁS, é da ELETRONORTE, é da própria União —, lá na Venezuela. Nós estamos pagando por um bem que não é nosso. Nós vamos ter, na segunda-feira, a inauguração de uma ponte aqui. Vai que resolvem cobrar — cada cidadão que passar pela ponte vai ter que pagar. Vai que o Estado, ao construir uma escola, vai ter que cobrar de cada aluno que lá estudar. Então, causa um certo desconforto o fato de estarmos pagando algo que se assemelha à contribuição de melhoria, quando isso não está sendo revertido em favor de um bem meu, particular. Ah, mas o bem público é de todo mundo! É, mas nesse caso é um bem patrimônio da empresa federal, da ELETROBRÁS, da ELETRONORTE ou até da própria União. Então, eu, como cidadão comum, realmente não me sinto confortável com o fato de estar pagando na minha conta um pouco do investimento que foi feito para construir as pontes, as torres, para trazer o Linhão de Guri, a despeito da importância do mérito delas, porque sem elas nós não teríamos a energia na qualidade que nós temos hoje. Mas eu queria só deixar um registro, na condição de cidadão comum. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Pela ordem, Deputado Cameli.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Desde que nós iniciamos os trabalhos aqui, eu comecei a andar. Fiquei até pouco tempo sentado aqui, porque eu gosto mais de ouvir a população. E agora eu fui ao toalete e conheci o Sr. João, um líder comunitário de Roraima. Cadê o Sr. João? (*Pausa.*) Ali. Ele fez um comentário que até me estranha. A Boa Vista Energia — não é esse o nome da empresa? Boa Vista Energia? — corta energia. Vai lá, mete a tesoura e corta. Governador Flamarion, quando o cara vai lá, paga... Igual ao pai de família que ganha o salário mínimo... Pagou para religar a energia. Para religar imediatamente tem uma taxa alta. Não é isso, Sr João?

**O SR. JOÃO** - Vinte e quatro reais.

**O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI** - Vinte e quatro reais. Para religar. Eu acho que, pago com 2 dias, deve ser 5 reais e alguma coisa. Que absurdo é esse, pessoal?



Eu quero dizer, Sr. João... Não sou daqui de Boa Vista, não. Sou do Acre. Mas essa empresa vai ter um calo agora nos pés dela, que se chama Deputado Gladson Cameli. Vai ter um calo, porque isso é impossível, isso é inadmissível, isso não existe. Nós somos cidadãos brasileiros, pagamos nosso impostos e precisamos ter respeito. Quero dizer isso. Vou me aprofundar mais ainda nesse assunto. Vou me aprofundar, porque eu, como cidadão brasileiro, mais uma vez, não vou aceitar isso.

Presidente Eduardo da Fonte, preciso muito do seu apoio também nesta Comissão e do apoio dos demais Deputados Federais, para nós averiguarmos e cobrarmos explicações para isso. Eu estou ficando cada vez mais abismado.

E, para encerrar meu pronunciamento, informo que vou andar mais um pouco, porque eu quero ouvir a população. É importante isso. Está certo?

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Pela ordem, o Relator.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Eu acho, como disse anteriormente, que esta reunião foi extremamente produtiva para todos nós aqui em Roraima. Todos os convidados convocados que estiveram palestrando e dando as informações a esta CPI, os Deputados que vieram, membros da Comissão, de outros Estados para dar a sua contribuição e ouvir também as dificuldades do Estado de Roraima... Mas o Leocádio me tirou... Eu vou voltar àquele assunto, Leocádio, porque você tirou daqui. De tudo que eu ouvi aqui, Dr. Ademir, de tudo que eu ouvi aqui, o que mais me intrigou foi essa questão de pagamento de conta que eu não autorizei a pagar, a contratar.

O povo brasileiro... O povo brasileiro paga para a União, paga para os Estados, paga para os Municípios os seus impostos devidos, legais. E, diga-se de passagem, a carga tributária do nosso País talvez seja uma das mais altas do mundo. Discute-se, debate-se muito isso hoje no Congresso Nacional. São os empresários gritando, é a sociedade gritando. Enfim, a carga tributária é imensa. O PIB brasileiro... tem uma grande parcela dele que são os impostos. E o ente União, que arrecada isso, pega os impostos, o dinheiro dos impostos e administra o País,





faz as obras que são necessárias. O dinheiro que nós pagamos serve para investimento. Custeio da máquina e investimentos. Não tem segredo isso.

Agora, o Governo brasileiro resolve tomar dinheiro emprestado. O Governo do Estado toma outra parte emprestada e diz o seguinte: *“Olha, agora quem vai pagar é o povo”*. Aí é aquela história que o Leocádio disse aqui: quando o Governo for construir um hospital, nós vamos ter que pagar a conta de novo daquilo que nós já pagamos, porque, quando nós pagamos nossos impostos, nós estamos autorizando o Governo a construir escolas, a construir estradas, rede elétrica, enfim... Então, nós estamos sendo... Parafraseando o Leocádio, nós estamos sendo bitributados, não é isso? Tributados 2 vezes: pagar para dar o dinheiro e depois pagar pelo que ele fez. Você está pagando a conta 2 vezes.

Então, isso realmente... Talvez seja uma das maiores contribuições que esta reunião nos deu hoje, onde... Pode falar, doutor.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Posso só contribuir com o senhor um pouquinho?

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Perfeitamente.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - E com uma visão interessante de que a ELETROBRÁS seria uma empresa de acionistas, inclusive estrangeiros, como foi dito aqui, e a ELETRONORTE. São empresas que não podem fazer uma determinada bancagem, porque têm acionista, mas têm um investimento, porque nós pagamos para eles esse investimento. Talvez esse Linhão de Oriximiná e de... que está vindo para aí, se é que virá mesmo, nós também paguemos, e pertença a esses acionistas e não ao povo, como foi dito aqui.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - Então, veja bem, eu acho que... É preciso, inclusive, Dr. Ademir, fazer um plebiscito nas populações que serão contempladas. Por exemplo, poderíamos dizer o seguinte: *“Olha, nós vamos gastar tantos bilhões de reais para construir esse linhão que vai interligar a Região Norte, mas vocês é que vão pagar a conta. E cada um vai pagar tanto”*. E saber se as pessoas concordam, se a sociedade concorda com essa conta. Eu não posso concordar com contratos que eu não autorizei. Eu não afirmei que ia pagar.

Então, eu acho que, talvez, essa, Dr. Leocádio, Deputada Socorro, seja uma das maiores contribuições que esta reunião deu hoje, que deu uma... Eu não sabia



disso. Eu não sabia que estava pagando o linhão da Venezuela. Eu não sabia que estava pagando o linhão aqui de Roraima. E olhem que o Governo do Estado está hoje, como o Ilderlei disse... O Governo está pagando de 3 em 3 meses, se eu não me engano, ou de 6 em 6 meses, está pagando uma fatura de 5 milhões do Linhão de Guri. Todo tempo o Governo desembolsa isso. Como é que o Governo está pagando e nós estamos pagando? Então, está pagando a conta 2 vezes.

Então, Sr. Presidente, só para finalizar, quero agradecer a presença do Deputado Petecão, amigo lá do Acre, grande companheiro; do Deputado Maurício Quintella, outro grande Deputado querido lá do Congresso; do Deputado Ilderlei Cordeiro; do Deputado Gladson Cameli. A todos muito obrigado pela presença aqui em nosso Estado, o que muito nos honra.

**O SR. DEPUTADO SERGIO PETECÃO** - Deputado Urzeni, eu é que quero agradecer. O senhor acabou de confirmar a sua presença lá no Estado do Acre para nos ajudar a destrinchar aquele rolo grande que tem ali também.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA** - E finalmente quero agradecer ao Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da Comissão. Ele talvez seja o mentor de tudo isso que está acontecendo no Brasil hoje, com muita luta. Olha, para conseguir aprovar uma CPI no Congresso, não é brincadeira. O Deputado Eduardo da Fonte, devagarzinho, catando uma assinatura aqui, outra ali, foi vencedor, emplacou esta CPI, e, se Deus quiser, o consumidor brasileiro vai ter uma nova história, a partir do final desta CPI.

Agradeço à Presidência, ao Deputado Marcio Junqueira e a todos que contribuíram com esta nossa reunião.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós vamos passar a palavra ao Deputado Luciano Castro e, na sequência, para uma consideração rápida final, 1 minuto — 1 minuto de verdade — para cada um dos participantes que quiserem...

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - ...haja vista que o nosso plano de voo está para decolar às 20 horas de Boa Vista para Rio Branco. E, como sabemos, se atrasarmos, será preciso o comandante da aeronave formular todo um



plano de voo novamente. E sabe-se que é um trâmite um tanto quanto complicado. É diferente do carro, que dá na chave e vai embora. O avião — ainda mais um avião da Força Aérea Brasileira — requer todo um preparativo, uma burocracia, que demanda tempo.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Pela ordem, Deputado Marcio Junqueira.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Eu, assim que cheguei, compus a Mesa com o senhor. Eu solicitei a inscrição do Presidente da FAMER, Sr. Faradilson Mesquita, tendo em vista que ele representa aqui hoje vários presidentes de bairros que estão aqui desde o começo desta audiência. É o caso do Sr. João Miguel, lá do Centenário; do Sr. Patrício, do... do Sr. João Miguel, da Nova Cidade; do Patrício, do Centenário; do Sr. Jailson, de Senador Hélio Campos. E eu entendo que seria de bom tom que esta CPI concedesse, mesmo que de forma simbólica, a participação popular para que nós possamos ouvir, de fato, também o clamor das ruas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Diferente dos demais Poderes, Executivo e Judiciário, o Poder Legislativo é essa grande diferença. E nós ouviremos o líder comunitário. Mas antes ouviremos o Deputado Luciano Castro. Já convidamos o líder comunitário Faradilson para adentrar o recinto para que, num prazo, possa fazer uso da palavra.

Deputado Luciano Castro.

**O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO** - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, elogiar a iniciativa da Comissão de aqui estar em nosso Estado para discutir um problema que aflige todo cidadão roraimense, em especial o cidadão boa-vistense. Trata-se da sua conta de energia. Isso dói no orçamento, dói no dia a dia.

E nós sabemos, nós que somos políticos e aqui vivemos, que, muitas vezes, quando chega, meu amigo, Deputado da Fonte, a pessoa a nos procurar com a conta de luz, que não tem condição de pagar... Nós sabemos que, onde ela vive, não tem condição de consumir aquela quantidade de energia que está ali registrada na sua conta.



O fato é que nós vivemos 2 momentos, que precisam ser esclarecidos, Deputado Edio. O primeiro... Vamos um pouco atrás, quando, em Boa Vista, nós tínhamos aqui os apagões de energia. Aqui havia motores gerados a *diesel*, uma situação caótica. E deve-se fazer justiça. Naquela ocasião o Governador Neudo Campos trabalhou muito na parceria do entendimento com o Governo Federal, e se criou aí a alternativa de Guri, trazendo esse linhão lá da Venezuela e que, sem dúvida nenhuma, resolveu, na nossa Capital, e está resolvendo, já com a interiorização, o nosso interior também. Então, a energia de Guri trouxe uma solução, tranquilidade.

Eu lembro bem, meu caro Presidente da ELETRONORTE, que aqui chegavam e jogavam... jogavam os alimentos na beira da rua, na frente do Palácio, porque não havia energia. Então, vamos separar a evolução, um ganho que se teve nesse momento.

Nós vivemos um segundo momento, quando se criou a Boa Vista Energia. O Governo deixou o osso... O Governo Federal deixou o osso com o Estado, com a CER, que é a energia do interior; comunidades indígenas que não pagam conta de luz e tudo mais. E tem um ônus: tem que gerar e distribuir energia. Um ônus terrível! E a Boa Vista Energia, que seria criada para administrar a distribuição na Capital — expectativa essa gerada; e tivemos uma empresa estruturada. A Boa Vista Energia é uma empresa estruturada. No entanto, a conta que vem da Venezuela é uma conta de 200 megawatts, e um consumo de 80. Qual é a diferença? É que nós temos problemas, sim, com a Boa Vista Energia. Mas os problemas não são só da Boa Vista Energia.

A sugestão que V.Exa. está dando é oportuna: a revisão de contas de tarifas de janeiro até junho. Mas muitas das ações da Boa Vista Energia são cumpridas por força de resolução da ANEEL. Da ANEEL. Então, isso é para ela, como operadora, e é para outras operadoras, em outros Estados.

Então, quando aqui o Deputado Cameli levantou a questão de taxa de religação... Quero dizer que aquilo é uma portaria da ANEEL, não é da Boa Vista Energia.

Então, o que eu estou dizendo é que nós, inclusive a Comissão... Ela vai ter de discutir profundamente isso com a agência reguladora, porque a agência



reguladora, na realidade, penaliza, via suas concessionárias, as suas distribuidoras — no caso aqui, a Boa Vista Energia.

Então, é preciso ter cuidado com isso para que façamos a análise e possamos resolver o problema do consumidor, mas possamos também, amanhã, caracterizar bem quem tem responsabilidade sobre o quê. E nisso a Boa Vista Energia, embora tendo muitos problemas de atendimento do consumidor, como o Deputado Edio disse, de cobrança indevida, também não paga a conta sozinha, por conta de uma ANEEL, que muitas vezes vê o Brasil de forma homogênea, não vê o Brasil de forma heterogênea. Roraima é diferente do Rio Grande do Sul e tem que ser tratada diferentemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Bem, nós vamos passar para os encaminhamentos finais. Mas, antes, nunca é demais relembrar o compromisso assumido aqui pela Boa Vista Energia, da revisão das contas de luz do primeiro semestre de 2009. Eu acho que foi uma conquista extraordinária desta Comissão aqui em Boa Vista, obviamente contando com a boa vontade e a colaboração da Boa Vista Energia e também do Ministério Público e do DECON.

Para concluir, para que nós possamos anotar aqui, eu quero perguntar ao Presidente da ELETRONORTE... Já sabemos que o linhão do lado da Venezuela custou 90 milhões de dólares. Também sabemos que se paga anualmente ao redor de 1 milhão de dólares para a Venezuela, a título de conservação da rede do lado da Venezuela. Então, nós vamos aí para 91 milhões de dólares. Isso se considerarmos apenas 1 mês. A pergunta é: quanto custou o linhão de Pacaraima até Boa Vista? E se esse linhão também está sendo diluído na conta do consumidor. De forma bem objetiva.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - O linhão também está sendo diluído e custou alguma coisa como 100 milhões de dólares. Pacaraima... de Santa Helena até Boa Vista.

**O SR. IVO SOM** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Então, dentro daquela sistemática, vamos passar a palavra ao Faradilson, como representante popular, que tem 5 minutos para fazer a sua exposição. Eu sei que ele é bastante didático, e esse tempo será suficiente.



Sr. Presidente, Deputado Edio; Deputado Marcio Junqueira; Governador Flamarion, hoje Deputado aqui conosco; líderes comunitários Jailson, Patrício, Miguel, que representam os bairros aqui presentes; meu Prefeito, Deputado Luciano Castro, que tanto orgulha o Estado de Roraima: a minha primeira abordagem quanto a essa questão é que, quando nós chegamos aqui no debate, foi feita uma pergunta: se era economicamente viável as empresas explorarem esse serviço. E se percebeu que, como nós estamos pagando essa questão de Guri, já está se justificando a viabilidade econômica dos sócios dessas empresas.

Uma outra questão que me preocupa é justamente a das 3 empresas que estão explorando esse serviço em Roraima. Aqui em Roraima se falou — a sociedade discutiu — da questão da própria federalização da CER. Foi uma discussão que foi levada até o Presidente da República, justamente pela viabilidade econômica de a própria CER se sustentar no Estado de Roraima, porque no interior do Estado a nossa viabilidade econômica é muito menor. Então, a CER, com recursos do próprio Estado, estava bancando essa questão. Isso nos preocupou.

O meu questionamento é se, no final desse contrato com essas empresas, há uma possibilidade de apenas uma empresa administrar essa questão energética no Estado de Roraima. Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer ao Presidente.

Uma outra questão que me preocupa é a questão da tarifa. E aí eu não sei, necessariamente, se tem uma regulamentação da ANEEL; se uma tarifa de um morador de uma casa, na questão da tarifa pública, é por logradouro ou pela...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA** - ...atestada do terreno... Porque... O que ocorre aqui em Boa Vista? Eu tenho um terreno de 30 metros com 12 metros. Eu construo ali nesse terreno 10 apartamentos. Cada apartamento desses vai pagar a sua luz. Têm 10. O que ocorre? Os 10 pagam uma tarifa de 12 reais. Aí vem a pergunta: essa tarifa é por pessoa ou pelo logradouro? Isso tem uma regulamentação da ANEEL, que regulamenta isso?

Eu tenho uma outra preocupação aqui, Deputado Edio, que é quanto ao que foi levantado pela Defesa do Consumidor, e que talvez seja minha ignorância. Quando a ANEEL faz um resolução, ela tem validade nacional? Porque, se ela tem uma validade nacional, e aqui ela confronta com uma lei, que é a Lei do



Consumidor, como colocou o Pedro Pinto, o Pedro do PROCON, aí me vem um questionamento seguinte: se o Congresso Nacional poderia, nesse caso, quando a ANEEL faz uma resolução, passar pelo Congresso, porque nós já temos visto o Poder Judiciário legislar, o Poder Executivo legislar. E a ANEEL pode legislar nessa questão? Até pode. Eu queria deixar esta pergunta: se, no caso de uma regulamentação da ANEEL, esta Comissão poderia criar algum mecanismo para que ela passasse pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Então, essa é a minha pergunta.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, dizendo ao Deputado Eduardo, que foi citado aqui por todos, que na verdade esta Comissão... V.Exas. estão prestando um serviço ao povo brasileiro. E eu quero concluir o meu sentimento como consumidor... E as perguntas aqui levantadas e dirimidas por vários Parlamentares, tanto os Federais quanto os Estaduais... A minha opinião, como cidadão, é a opinião que François Mitterrand... Ele disse a um repórter, quando este queria fazer-lhe alguns questionamentos: *“Olha, eu não posso”*. O repórter olhou para ele e disse: *“Olha, Primeiro-Ministro, eu estou escrevendo a história”*. Ele disse: *“Então escreva, porque eu estou fazendo história”*. Esta CPI está fazendo história em todo o território nacional. E que bom que chegou no Estado de Roraima!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Muito bem, não conhecia esse lado filosófico do ilustre Líder.

**O SR. IVO SOM** - Presidente, questão de ordem para as minhas considerações finais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Questão de ordem, Deputado Ivo Som.

**O SR. IVO SOM** - Eu queria, em nome do povo de Roraima, agradecer justamente a esta Comissão, à Câmara dos Deputados.

*“Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica no Brasil.*

*Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Messias de Jesus, esta Comissão*



*Parlamentar de Inquérito realizará, amanhã, dia 11 de setembro, reunião de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a fim de tornar e tomar depoimentos sobre fatos relacionados ao objetivo da investigação desta CPI.*

*Comunico a esta Casa e a V.Exa, que o Deputado Estadual do PTN, Ivo Som, foi convidado a participar da referida reunião, o que será de grande valia para os nossos trabalhos.*

*Na oportunidade, agradecemos a todos.”*

Assina o Deputado Eduardo da Fonte, Presidente da Comissão, da CPI.

Quero agradecer. Aceito o convite — estarei pronto. Daqui a pouco, estarei no aeroporto. Peço licença para a minha retirada.

Agradeço, em nome do povo de Roraima.

Esta CPI — o Iranilson já disse tudo — vai dar o que falar e o povo vai agradecer.

Em nome da Deputada Socorro, em nome do Deputado Flamarion, em nome da Assembleia, em nome do povo, agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - O Deputado Flamarion também, parece estar predisposto a ir até o Acre colaborar com esta Comissão.

Agora, de verdade mesmo, um minuto para cada um fazer as suas considerações.

Começamos com o Deputado Flamarion.

**O SR. FLAMARION PORTELA** - Sr. Presidente, quero, nas minhas considerações finais, dizer o seguinte.

A Resolução nº 456 da ANEEL regulamenta essa cobrança das tarifas em âmbito nacional. Só para ilustrar — o Dr. Decat deve saber bem disso: em qualquer tarifa a ser cobrada pela média, a concessionária é obrigada a avisar o seus usuário.

Temos aqui no sistema Boa Vista Energia aproximadamente 76.500 usuários. Não conheço ninguém que tenha sido avisado — ela fez pela média. É um problema técnico? É, mas a sociedade tinha de ser avisada. Se não me falha a memória, art. 76 dessa Resolução nº 456 da ANEEL.





Segundo problema, Deputado Eduardo da Fonte. Se — também pela resolução da ANEEL — ainda insistir na cobrança mais de uma vez, ela deve ressarcir imediatamente, se não me falha a memória, um valor superior ao que foi pago para compensar os danos que o usuário sofreu.

Essa é resolução estabelecida já pela ANEEL. Que a CPI também atente para isso, aproveite a boa vontade do Dr. Decat. Vamos fazer toda essa revisão que foi prometida aqui, mas que também todos nós, consumidores, fiquemos atentos — Ministério Público, PROCON —, para que essa resolução, pelo menos nesses pontos mais vitais, esteja na cabeça de todos nós para defender os nossos direitos.

Eu só queria contribuir, com isso, mais uma vez com a CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Certamente, a Assembleia Legislativa da qual, com tanto brilho, V.Exa faz parte, Deputado, também contribuirá para o acompanhamento.

Aproveitando a deixa, quero perguntar ao Presidente da Boa Vista Energia. Nós havíamos feito a sugestão de que a Boa Vista Energia publicasse nos principais jornais uma espécie de aviso de *recall*. Eu gostaria de saber se a Boa Vista Energia também assume esse compromisso.

Enquanto a Boa Vista Energia... (*Pausa.*) Pois não.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Eu imagino que seria... Posso até publicar no jornal um aviso, mas a forma prática é levantarmos a variação das contas nesse semestre e dizer que estamos fazendo a reavaliação de todas aquelas contas. Isso a gente pode publicar também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - O.k. Então, fica o compromisso.

Na sequência, Deputado Quintella, do Estado do Alagoas, que hoje está conhecendo Roraima, esse recanto tão bonito da Amazônia.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA** - Quero dizer que foi um grande prazer vir a Roraima; agradecer a recepção aqui a todos; agradecer ao Presidente da Câmara e à Câmara Municipal por receber a CPI e dizer que o povo de Roraima conta com todos os Deputados que fazem esta CPI, porque o nosso objetivo é esclarecer para a população brasileira a composição dessa tarifa e lutar para que ela seja melhorada em benefício de toda a população.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Deputada Socorro, que tanto abrilhantou os trabalhos desta audiência.

**A SRA. SOCORRO SIMÕES** - Sr. Presidente, Srs. Deputados desta CPI, posso imaginar a alegria do povo de Roraima amanhã, quando, através da imprensa, tomar conhecimento dessa grande conquista, da esperança e da certeza de que o dinheiro será devolvido pelo empenho desta CPI. Eles vão querer correr para dar um abraço em cada um.

Que Deus os abençoe.

Muito obrigada pelo esforço de cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Meu ilustre Secretário de Fazenda do Estado de Roraima, Dr. Leocádio Vasconcelos.

**O SR. ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO** - Eu queria também, Sr. Presidente, só registrar minha alegria por ter participado desta audiência e dizer que estaremos na Secretaria de Fazenda à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento, a qualquer momento; agradecer e reiterar as boas vindas e a boa viagem de retorno aos Parlamentares que visitam este Estado pela vez primeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Só para alívio do nosso ilustre Secretário de Fazenda: tarifa 17% de ICMS é cara, mas é uma das mais baratas do Brasil. O Acre cobra 25%, e nós temos Estados que cobram acima de 30%.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Trinta por cento quem?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Com 30%. Portanto, é cara a 17%, mas ainda assim...

Meu ilustre Deputado, Presidente da CER, amigo e irmão, Raul Prudente de Moraes.

**O SR. RAUL PRUDENTE DE MOREAS** - Presidente Edio, Deputados Federais, eu queria cumprimentar o Deputado Neudo, na minha exposição, porque, preocupado com o tempo, não cumprimentei o Deputado Neudo; cumprimentar o Deputado Márcio Junqueira, Eduardo da Fonte; meu amigo também Sérgio Petecão, de grande lutas na época da *(ininteligível)* — é prazer tê-lo aqui em Roraima;



Deputado Flamarion; Deputado Luciano; Deputado Quintela; Deputada Socorro; meu professor, Dr. Ademir; Pedro Pinto, lutador; meu colega de trabalho, Leocádio Vasconcelos. Queria, Presidente, agradecer também o convite e dizer a V.Exas que espero ter contribuído, em parte, com a CPI. Graças a Deus, os nossos problemas são outros, não são os da tarifa. É claro, está claro. Nós concordamos, estamos trabalhando para que aquela empresa, em parceria... Eu queria agradecer, deixei por último, ao Dr. Flávio Decat e Palmeiras, parceiros de caminhada. Quero, de público, agradecer aos 2 que, nesses 10 meses à frente da Companhia têm sido os meus parceiros nessa caminhada. E a gente não faz nada só. Eu queria, então, agradecer a cada Deputado Federal, a cada Deputado Estadual, a todos os que fazem a política do nosso Estado e dizer que a CER está num novo caminho. Então, eu queria agradecer a V.Exa pelo convite. E espero contribuir mais, em outro momento, em momento oportuno. Muito obrigado. Uma boa noite e um bom trabalho aos senhores!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Aproveitando a oportunidade, a CPI solicita, gentilmente de V.Exa, a íntegra daquele trabalho que não teve a oportunidade de apresentar. E a mesma coisa é estendido à Boa Vista Energia: que possa oferecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito o trabalho que apresentou parte através de *data show*.

Com a palavra o nosso ilustre representante do Ministério Público de Roraima.

Antes que ele use a palavra, quero, ao final dos trabalhos, Dr. Ademir, passar às mãos de V.Exa uma cópia do contrato de importação de energia do Brasil com a Venezuela e também da CER com a Venezuela.

Vale dizer, a título de informação, que nós passamos quase 1 ano para conseguir este papel aqui, que deveria estar colocado à disposição de qualquer cidadão. E eu, como Deputado, passei quase 1 ano.

E o da CER, Dr. Ademir, o senhor vai ter oportunidade de ver, aqui, ainda veio tudo tarjado. Onde tem valor, onde tem cláusula, assim mais contundente, veio tarjado, como se fosse um documento *top* secreto, uma coisa de que o cidadão e o Congresso Nacional não poderiam tomar conhecimento.



Eu, ao final, quero passar à mão de V.Exa. certamente cópias para o nosso Pedro Pinto. Isso será, por certo, fator de contribuição para o seu trabalho.

Dr. Ademir.

**O SR. ADEMIR TELES DE MENEZES** - Muito obrigado, Deputado.

Sr. Presidente, eu quero agradecer o convite e gostaria de estender o meu gabinete a V.Exas. Façam do meu gabinete uma extensão do gabinete de V.Exas., da Comissão. Estamos à inteira disposição de V.Exas., da população em geral. Esperamos aqui resolver, pelo menos parcialmente, os problemas que estão aí.

Muito obrigado.

Estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Dr. Pedro Pinto.

**O SR. PEDRO PINTO DA SILVA** - Bom, eu queria agradecer o convite e deixar como sugestão que a CPI convidasse os órgãos de defesa do consumidor por onde os senhores passarem. Acho que eles têm muito a contribuir, porque os órgãos de defesa do consumidor são onde exatamente o consumidor vai reclamar, vai buscar os seus direitos. Acho que seria importantes esses órgãos estarem presentes. Eu queria agradecer mais uma vez e parabenizar a CPI. Que os senhores não desistam, porque a briga realmente é terrível. E não se esqueçam em momento algum da ANEEL. A ANEEL é o calo de Aquiles, ou seja, tem de acertar o calo. Acertando o calo da ANEEL, o resto vai ficar mais fácil. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Para as suas considerações, se assim julgar necessário, Dr. Jorge Palmeira, Diretor Presidente da ELETRONORTE.

**O SR. JORGE NASSAR PALMEIRA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, somente para agradecer a participação e desejar sucesso à CPI, para que ela consiga atingir seus objetivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Na sequência, o Dr. Flávio Decat, Diretor-Presidente da Boa Vista Energia.

**O SR. FLÁVIO DECAT DE MOURA** - Também para agradecer, Deputado, a oportunidade de vir aqui prestar esclarecimentos, contribuir, no possível, para ilustrar essa questão tão complicada, tão difícil, que é o estabelecimento de uma tarifa de um serviço público tão importante como é o fornecimento de energia elétrica. Ele



tem que ser módico. Ou seja, o mais barato possível e com a melhor qualidade possível. Essa é a dificuldade que a ANEEL tem na sua regulação, que os agentes têm na sua regulação. No mais, desejo a esta Comissão sucesso. Dizem que CPI sabe-se como começa e não se sabe como acaba. Espero que esta acabe muito bem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Essa é a intenção da CPI e a esperança do povo brasileiro, Sr. Presidente.

Na sequência, Deputado Neudo Ribeiro Campos, que tão tem contribuído para com este Estado e em especial para com esta Comissão.

Com a palavra o nosso Governador Neudo Campos, Deputado Federal por este Estado.

**O SR. DEPUTADO NEUDO CAMPOS** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dizer, primeiro, que, na minha avaliação, a CPI preencheu com sobras os seus objetivos. Da população que esteve aqui, da sociedade que esteve aqui testemunhando, certamente os comentários foram altamente positivos. É evidente que vão aguardar uma consequência disso, que vão aguardar desdobramentos que possam contribuir para que haja realmente uma redução da tarifa de energia elétrica. Aos olhos de todo o mundo, uma coisa ficou patente: há algo errado, algo não bate. O que temos, o quanto recebemos e o quanto é cobrado do consumidor não bate.

Então, esta CPI tem contribuído para isso — e tem força para isso; tem força de lei para isso. Tenho certeza de que cada um de nós fica feliz; cada um dos representantes da sociedade que aqui compareceu sai hoje mais aliviado, sai daqui muito mais esperançoso do que quando entrou.

Dessa forma, vejo que a passagem da CPI de Tarifas de Energia Elétrica em todo o País, sua passagem em Boa Vista cumpriu com a sua finalidade muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Antes de passar a palavra ao ilustre Líder Deputado Márcio Junqueira, digo que isso é o resultado de um levantamento baseado nos balanços de rendimento das principais empresas de distribuição de energia elétrica no Brasil. Temos aqui a campeã, que ganhou mais dinheiro do que os bancos: a Tietê, que teve um lucro de 102% sobre seu



patrimônio. E por aí vão descendo as privadas. Enquanto isso, as públicas estão aqui ou com lucro de 6%, ou negativo.

Então, alguma coisa está errada neste País. Empresa privada dobra capital em 1 ano, e a empresa pública, explorando a mesma atividade, consegue ter prejuízo.

Com a palavra o Deputado Marcio Junqueira.

**O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA** - Sr. Presidente, entendo eu que, nesta tarde, no dia de hoje, avançamos. A CPI, os membros, tendo em vista que esta é a primeira sessão nossa fora da Câmara — e aí quero parabenizar o Deputado Eduardo da Fonte, o Deputado Edio Lopes pela iniciativa. Aqui nos reunimos pela primeira vez em Roraima. Foi uma tarde esclarecedora. Vimos aqui e ouvimos aqui que o modelo que existe é equivocado, pois tanto a CER como a ELETRONORTE dizem que têm prejuízo e a população também tem prejuízo. Então, o modelo é equivocado.

Precisamos perseguir de forma determinada, obsessiva, insistente, e adotar o modelo que possa de fato atender a população do Estado de Roraima. E tenho certeza de que iremos tomar essas providências.

Volto a repetir o que disse no começo desta sessão: que é no Parlamento, seja ele o Parlamento Municipal, conhecido como Parlamento Mirim, seja ele no Parlamento Estadual, nas Assembleias Legislativas — e aqui em Roraima quero reconhecer o trabalho da Assembleia Legislativa, que tem travado essa luta no seu plenário, cobrando uma redução das tarifas. Da mesma forma, nós, no Congresso Nacional — e aí falo em nome de todos os Deputados Federais presentes —, temos a consciência de que somos nós que podemos — e vamos — mudar, melhorar.

Digo isso, já terminando, para reconhecer também o grande trabalho prestado pelos funcionários da Boa Vista Energia. Quero me referir, em nome de todos, à pessoa do Celso. A Boa Vista Energia também tem prestado grandes serviços, como vi as ligações do Bairro São Bento, a tentativa de estender o Luz para Todos ao PA Nova Amazônia, tendo conseguido no Murupu. Então, não personalizamos. Entendemos que os senhores aqui têm prestado um grande serviço à nossa sociedade. O problema está no modelo adotado, e não nas pessoas, nos funcionários.



Quero dizer que nós reconhecemos o trabalho da Boa Vista Energia, como reconhecemos o esforço da CER. É muito difícil poder levar energia como a CER leva hoje no interior do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, Presidente Eduardo da Fonte, quero agradecer, em nome do povo de Roraima, pelo fato de o senhor ter nos dado a honra de iniciar os trabalhos externos desta Comissão aqui no meu querido Estado de Roraima.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Na sequência, ouviremos o Dr. Plínio, Superintendente do Correio em Roraima.

**O SR. PLÍNIO NOVAIS PINTO** - Inicialmente, gostaríamos de parabenizar esta brilhante CPI por esta iniciativa, ao mesmo tempo em que agradecemos a nossa participação e colocamos os Correios à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Com a palavra o nosso querido e ilustre Presidente, Deputado Eduardo da Fonte, repito, sem o qual esta CPI não existiria. Esse não foi um trabalho de conjunto, foi um trabalho pessoal deste Deputado que está aqui sentado ao nosso lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria de, inicialmente, agradecer ao povo de Roraima por ter nos recebido e mostrado aqui a importância que tem a CPI das Tarifas de Energia Elétrica em todo o Brasil.

Vemos e reconhecemos que este não é um problema só do povo de Roraima, mas um problema de todo brasileiro e brasileira que, ao final do mês, vê seu orçamento familiar sendo comprometido com as altas tarifas de energia elétrica.

Tenho certeza de que, ao final dos trabalhos desta CPI, iremos apresentar propostas concretas que vão, com certeza, contribuir muito para que possamos modificar as metodologias de reajustes das tarifas em todo o Brasil.

Eu gostaria também de agradecer ao Sr. Jorge Palmeira, Diretor-Presidente da ELETRONORTE, por ter vindo aqui, respondido a todas as perguntas e colaborado com os trabalhos desta CPI; ao Dr. Flávio Decat de Moura, Diretor-Presidente da Boa Vista Energia, que, sem dúvida alguma, mostrou o espírito de colaboração da Boa Vista Energia, ao se comprometer com esta CPI revisar os últimos 6 meses de contas de energia, que, por algum motivo, tenham vindo com



sobrepreço — essa é uma grande conquista desta CPI na tarde hoje —, e também o anúncio, já antecipado por ele aqui, de que a tarifa de energia elétrica — Deputado Luciano Castro — vai ser reduzida na próxima revisão tarifária. Essa é uma vitória do povo de Roraima.

Agradeço também ao Sr. Raul Prudente Moraes, Presidente da Companhia Energética de Roraima; Sr. Plínio Novais Pinto, Diretor-Regional dos Correios; Dr. Pedro Pinto da Silva, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor — DECON; Dr. Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, Secretário de Fazenda do Estado de Roraima; Dr. Ademir Teles de Menezes, Promotor da Promotoria de Defesa do Consumidor e Cidadania do Ministério Público do Estado de Roraima, que tenho certeza de que tem contribuído muito com os consumidores de Roraima, porque sei da luta que ele tem travado para defender os consumidores. Por isso, em nome de todos os brasileiros e do povo de Roraima, eu gostaria de agradecer o trabalho que vem desempenhando à frente da Promotoria de Defesa do Consumidor.

Gostaria de agradecer também aos Deputados Federais que aqui estiveram; ao meu amigo irmão Márcio Junqueira, que também foi um dos grandes colaboradores para que essa CPI pudesse ser realizada; ao Deputado Edio Lopes, que também contribuiu muito, que é um gigante, uma pessoa que tem colaborado muito com os trabalhos da CPI; ao Deputado Urzeni Rocha também, que faz parte da CPI desde o início e tem ajudado o seu trabalho; ao Deputado Luciano Castro, que é uma das referências do Parlamento Federal, um dos Deputados mais atuantes e defensor incansável do povo de Roraima; ao meu amigo pessoal, ao meu Governador querido Neudo Campos, que, tenho certeza, trabalhou e irá trabalhar muito ainda pelo povo de Roraima, foi um dos grandes pioneiros para que Roraima pudesse ter energia elétrica na porta da sua população; aos Deputados Estaduais, a Ionilson Sampaio, pernambucano amigo meu de São José do Egito; ao irmão dele, nosso Prefeito de Boa Vista, Iranilson; ao nosso Senador Romero Jucá, que, com certeza, orgulha todo o povo de Roraima com o seu belo trabalho que faz no Senado Federal, um dos Senadores mais atuantes do Brasil e mais importantes do Congresso Nacional; ao Deputado Estadual Flamarion Portela, que contribuiu e nos encoraja com a sua luta também para que esta CPI dê resultados concretos ao povo





de Roraima e ao povo brasileiro; ao Deputado Estadual Ivo Som, que já mostrou a sua garra e a sua luta; a nossa Deputada Estadual Socorro Simões — e eu gostaria de saudar todas as mulheres de Roraima —, dizer-lhe que nos orgulha muito ter a sua presença aqui na tarde de hoje; ao Sr. Oscar Salomão, da ELETROBRÁS; também ao meu amigo irmão Deputado Maurício Quintella Lessa, que veio do Estado de Alagoas para cá para conhecer os problemas de Roraima, juntamente com o Deputado Sérgio Petecão, um dos Deputados mais atuantes do Congresso Nacional; ao meu amigo Gladson Cameli, um guerreiro incansável; ao Deputado Ilderlei Cordeiro, pela sua luta incansável em defesa não só do Acre, como de todo o Brasil.

Eu gostaria também de agradecer a presença e a colaboração ao nosso Secretário de Fazenda, que, com certeza, mostrou o espírito do Governo do Estado, onde temos um dos menores ICMS do Brasil; ao Coronel Artur Vargas, que nos acompanhou na vinda a Roraima e conseguiu, junto à FAB, aeronave para que pudéssemos nos deslocar com mais eficiência; aos servidores da Câmara dos Deputados, que nos acompanham nesse trabalho incansável em defesa do povo brasileiro — Francisco Diniz, nosso Secretário, José Mário dos Santos Silva, nosso Taquígrafo, Luiz Carlos, Operador de Audiovisual; aos servidores da Câmara Municipal — Bruna Barros, Chefe do Cerimonial, Lincon Saraiva e Alcindo, do som, e pessoal da copa, Fátima, Gardênia e Elisene; aos agentes da Polícia Federal, que nos deram todo o respaldo aqui em Roraima — Emanuela, Pascoal, Rodrigues, Sandro, Sérgio e Arlindo Jonhson; a todos da administração da Câmara Municipal, que, em nome do Vice-Presidente Jorge Mello e Presidente Braz Assis Behnck, cedeu-nos a Casa; a toda a imprensa, que deu cobertura importantíssima, para que a voz do povo de Roraima tivesse eco, para que pudéssemos trazer resultados concretos para Roraima e para o Brasil.

Gostaríamos de agradecer, mais uma vez, a todo o povo de Roraima, a todos que fizeram possível que esta reunião fosse realizada; dizer da importância que é a CPI sair de Brasília, da Câmara dos Deputados, e ir ao encontro do povo brasileiro, ao encontro daqueles que nós representamos em Brasília, para que possamos saber de perto os problemas e pleitear aqui as soluções.



A felicidade, tenho certeza, é de todos nós que fazemos esta CPI — o entendimento, o espírito de cooperação que o Dr. Flávio Decat teve, já trazendo uma solução real, prática, na vida de todo o povo de Roraima.

Portanto, muito obrigado.

Obrigado a Deus por esta oportunidade de poder estar aqui hoje junto com o povo de Roraima!

Passo a palavra ao Deputado Edio Lopes, para que possa fazer o encerramento oficial dos trabalhos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edio Lopes) - Nós queremos ser bastante rápidos, mas não poderíamos encerrar os trabalhos desta Comissão sem antes agradecer a todas as pessoas aqui já enumeradas pelo nosso Presidente Eduardo da Fonte e, de uma maneira muito especial, novamente agradecer a deferência ao Deputado Eduardo da Fonte em transmitir a presidência dos trabalhos desta Comissão a um Deputado roraimense, a um Deputado do Estado, com a relatoria do Deputado Urzeni Rocha, outro Deputado da bancada estadual, o que mostra bem a grandeza de espírito do Deputado Eduardo da Fonte.

Em nome do meu Estado, quero agradecer tudo isso, Sr. Presidente, e dizer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está imbuída do firme propósito de trazer à Nação brasileira uma radiografia dessa caixa preta que é a questão da tarifa de energia elétrica no nosso País.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião de audiência pública para amanhã, às 15h, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.